

CADERNOS MATEUS DOC

05
FRONTEIRA
FRONTIER

FRONTIER
FRONTIER
FRONTIER
FRONTIER

Mateus
18, 19 e 20 de outubro 2013
Instituto Internacional
Casa de Mateus

CADERNOS MATEUS DOC

05

Fronteira
Frontier

Mateus
18, 19, 20 de out. 2013
Instituto Internacional Casa de Mateus



Índice Table of Contents

04	O IICM The IICM
06	O Programa Mateus DOC The Mateus DOC Program
08	O Seminário na Casa de Mateus The Casa de Mateus Seminar
11	Prefácio <i>Acerca da notícia manifestamente exagerada do desaparecimento das fronteiras nacionais,</i> General José Alberto Loureiro dos Santos <i>Introdução,</i> Roberto Merrill e Bruno Pinto
29	I · Fronteira e Segurança <i>As fronteiras da imigração, crime e “crimigração”,</i> Maria João Guia <i>Fronteira de desigualdade e o controlo sem fronteiras,</i> Diana Miranda
51	II · Economia de Fronteira <i>Fronteira, língua e cultura – para uma economia das trocas fronteiriças,</i> Sérgio Ferreira <i>As Fronteiras e o Turismo,</i> Xerardo Pereiro

85

III · Fronteira e Alteridade

Tornando-se fronteira, análise de políticas de identidade e espaciais em Diu, Nuno Grancho

A (de)composição analítica das fronteiras,
Hugo M. Oliveira

107

IV · Conhecimento Transfronteiriço

Unha reflexión sobre a fronteira da galicia moderna, Rubén Castro Redondo

Culture Research – Digital Humanities: (de-)construindo as fronteiras da produção/difusão do conhecimento, Rosario Mascato Rey

127

V · Ciência e Fronteira

Comunicação de ciência – uma área de Fronteira,
Bruno Pinto

A Fronteira entre a Ciência e a falsa Ciência é clara,
David Marçal

149

Notas Biográficas

Biographical Notes

156

A Agenda do Mateus DOC V

The Mateus DOC V Agenda

Internacional Institute Casa de Mateus

The IICM is an international cultural association, which gathers universities, research centres, private members and the Casa de Mateus Foundation. Its mission is to contribute to the scientific and cultural debate through the organization of meetings, seminars and working groups. Each year, the Institute hosts national and international seminars in which scientists, artists, writers, politicians, economists, public thinkers, intellectuals and experts of all sorts and backgrounds, concerned with the actual contribution of science and knowledge to the public awareness of the community, are encouraged to exchange their views and actively engage in brainstorming discussions, challenging taken-for-granted views on the most pressing issues of the 21st century

In 2010, the Institute defined three lines of action: thematic cycles, starting with “Challenges of Adaptation” which ended in 2013 with the conference “Criativity, Games with Frontiers”; the Mateus DOC Program; and the organization of international meetings on themes related to European integration.

The Mateus DOC Program is now in its fifth edition and has come out with a volume on each one of them, making sure that the results and the conclusions, which are reached in the meetings, are made available to its participants and to a wider audience.

Instituto Internacional Casa de Mateus

O IICM é uma associação que reúne universidades, centros de investigação e sócios individuais. Foi criada em 1986 pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e a Fundação da Casa de Mateus. O seu objetivo é ser um instrumento ao serviço da comunidade através do qual são disponibilizados os recursos logísticos e operacionais da Casa de Mateus para a realização de reuniões internacionais sobre temas da atualidade e de impacto social.

Todos os anos, o Instituto organiza e acolhe seminários nacionais e internacionais, onde cientistas, artistas, escritores, políticos, economistas e outras individualidades com fortes interesses culturais procuram dar o seu contributo para o debate.

Em 2010 o IICM definiu três linhas de ação: ciclos temáticos, sendo que o primeiro, “Desafios da Adaptação” se concluiu em 2013 com a conferência “Criatividade, Jogos com Fronteiras”; o programa Mateus DOC dirigido a doutorandos e pós-docs; e a organização de encontros internacionais de reflexão sobre temas relacionados com a construção europeia.

O programa Mateus DOC teve cinco edições, sobre os temas da “Adaptação”, do “Risco”, da “Sustentabilidade”, “Representação” e “Fronteira”. Este último é objeto da atual publicação.

MATEUS DOC

The Program

Mateus DOC is a program aimed at researchers from all scientific fields. The program's main objective is to stimulate interdisciplinary dialogue among young researchers from different fields and to encourage them to discuss the most pressing issues of our time in an academic but informal way. Our goal is therefore to train the participants to reflect and develop further innovative research from a broader perspective, integrating contributions from other fields and methodologies. This approach will not only enrich their scientific work through the combination of diverse methods and the fusion of distinct contents, but it will also pave the way for the establishment of new cultural horizons, helping young scientists to position themselves culturally and socially.

The program Mateus DOC starts off with a call for proposals. Candidates submit a summary to the Institute explaining how they will approach a given theme - chosen annually by the Steering Committee of the IICM. Each year a Selection Committee will evaluate the proposals and structure the debate on the basis of the received contributions. The selected proposals are then redistributed to all participants who elaborate further on their papers in order to incorporate the other participants' ideas into a brief 5-page preliminary report, to be submitted through the IICM website.

These are redistributed again to everyone before the seminar. Within 30 days after the seminar the participants are asked to hand in their final articles, which must take into account the debate held at the Casa de Mateus. Both the articles and a brief description of the overall discussions are made available at the Institute's website.

MATEUS DOC

O Programa

O Mateus DOC é um programa dirigido a investigadores de todas as áreas científicas. O objetivo principal do programa consiste em estimular o diálogo interdisciplinar entre jovens investigadores de diferentes áreas, confrontando-os com temas de atualidade e interesse geral. Pretende-se, desta forma, habituar os participantes a encarar os seus temas de reflexão e investigação numa perspetiva alargada que inclua sistematicamente pontos de vista exteriores à área científica respetiva. Esta abordagem não só enriquece o trabalho científico através do estabelecimento de novas associações de método ou de conteúdo, como também abre novos horizontes culturais, ajudando a melhor posicionar, cultural e socialmente, o percurso pessoal de cada um.

O programa MATEUS DOC começa com um apelo à apresentação de propostas. Os candidatos submetem ao IICM a sua proposta de interpretação e formas de abordagens de um tema anualmente escolhido pela Comissão Diretiva do IICM. Um Comité de Seleção estrutura o seminário baseando-se nas contribuições recebidas. As propostas selecionadas são redistribuídas por todos os participantes que se comprometem a desenvolver o tema de acordo com sua proposta, tendo em conta as contribuições dos restantes participantes, sob a forma de um breve artigo preliminar de cinco páginas a

submeter através do site do IICM. Os artigos são novamente redistribuídos a todos antes do seminário. No prazo de 30 dias após a realização do seminário os doutorandos entregam ao Instituto os artigos definitivos tendo em conta o debate realizado na Casa de Mateus. Os artigos, acompanhados de um resumo do seminário, são publicados na página da internet do Instituto.

The meeting at the Casa de Mateus FRONTIER

Between the 18th and the 20th of October 2013 the fifth edition of Mateus DOC program took place at the Foundation Casa de Mateus, and focused on the theme “Frontier”. After carefully reviewing all the submitted proposals to the call, the best working papers were selected, and Mateus DOC convened a multi-faceted group of scholars, scientists and researchers currently at the doctoral and postdoctoral stage of their careers, coming from the most varied academic backgrounds.

Bruno Pinto (Biology), David Marçal (Biochemistry), Diana Miranda (Sociology), Hugo Oliveira (Chemistry), Maria João Guia (Law), Nuno Grancho (Architecture), Rosario Mascato (Literature), Rubén Castro (History), Sérgio Ferreira (Sociology), Xerardo Pereiro (Anthropology).

This group of scholars participated in all the debates revolving around the theme “Frontier”, delving into its various dimensions and adopting various approaches to this concept from an interdisciplinary viewpoint.

The meeting was also attended by members of the Selecting Committee and special guests, namely José Alberto Loureiro dos Santos, João de Deus Ramos, António Fontainhas Fernandes, Helena Sousa, and Gonçalo

Almeida Ribeiro, besides the directors of the Institute, António Cunha, Jorge Vasconcelos and Teresa Albuquerque.

The discussions revolved around the issues that were at the core of the selected proposals such as:

- › Frontier and Security
- › Economy at the Frontier
- › Frontier and Alterity
- › Transboundary Knowledge
- › Science and Frontier

During these three days, the discussions took place in an informal atmosphere, and were accompanied by walking tours around the countryside and chats by the fireplace. The debating program was conducted mainly by the scholars, with a discrete participation of the special guests and directors of the Institute.

The articles gathered in this volume reflect the diversity of viewpoints and approaches that were at the basis of the debate at Mateus. The different languages in which the debate was undertaken also reflect this and we have hence decided to remain faithful to that spirit of intercultural, interdisciplinary and intergenerational communion by publishing the articles in either Spanish, Portuguese or English. The contents of this publication can also be accessed through IICM’s webpage at www.iicm.pt.

O seminário na Casa de Mateus FRONTEIRA

O seminário da quinta edição do programa Mateus DOC decorreu entre os dias 18 e 20 de outubro 2013, em Mateus. Após um processo de seleção em duas etapas que se iniciou com um apelo à submissão de propostas de artigos a apresentar, o Mateus DOC reuniu em Mateus um grupo de investigadores, doutorandos e pós-docs, de diversas disciplinas e áreas do saber:

Bruno Pinto (Biologia), David Marçal (Bioquímica), Diana Miranda (Sociologia), Hugo Oliveira (Química), Maria João Guia (Direito), Nuno Grancho (Arquitetura), Rosario Mascato (Literatura), Rubén Castro (História), Sérgio Ferreira (Sociologia), Xerardo Pereiro (Antropologia).

Este grupo participou em todos os debates em torno do tema “Fronteira”, discutindo em conjunto e com outros convidados especiais várias dimensões e abordagens do conceito.

Participaram neste seminário, José Alberto Loureiro dos Santos, João de Deus Ramos, António Fontainhas Fernandes, Helena Sousa e Gonçalo Almeida Ribeiro, para além dos Diretores do IICM, António Cunha, Jorge Vasconcelos e Teresa Albuquerque.

As discussões foram estruturadas em torno dos seguintes temas elaborados a partir das propostas selecionadas:

- › Fronteira e Segurança
- › Economia de Fronteira
- › Fronteira e Alteridade
- › Conhecimento Transfronteiriço
- › Ciência e Fronteira

Durante os três dias do evento, as discussões tiveram lugar numa atmosfera informal permitindo aos investigadores presentes re-equacionar, defender e amadurecer as suas teses como forma de preparação para a redação do artigo final.

Os artigos finais aqui coligidos refletem a diversidade de pontos de vista e das abordagens que estiveram na base do riquíssimo debate em Mateus. Embora em três línguas, inglês, português e espanhol, os artigos são publicados num só idioma escolhido pelo autor. Apenas os textos de enquadramento são publicados em duas línguas, inglês e português. Os conteúdos desta publicação podem igualmente ser consultados no site do IICM: www.iicm.pt.

Prefácio

Acerca da notícia manifestamente exagerada do desaparecimento das fronteiras nacionais

General José Alberto Loureiro dos Santos

Há alguns anos para cá tem-se disseminado a ideia de que a globalização em que o mundo atualmente vive se trata de uma fatalidade a que nenhum país poderá escapar, por mais prejudicial que ela seja para alguns cidadãos, principalmente no que respeita ao domínio económico, mas também no que se relaciona com a indispensabilidade de abater barreiras de outra ordem, como sejam aquelas que se traduzem em perdas de soberania nacional.

Esta ideia, que, em determinadas circunstâncias, se pode tornar especialmente nefasta para os habitantes de alguns países, é sustentada basicamente por dois argumentos.

O primeiro é de natureza tecnológica e traduz-se na afirmação de que a globalização da informação/comunicação que se verificou nos últimos tempos é impossível de ser evitada e que ela arrastará, inevitavelmente, movimentos financeiros globais, mesmo em tempo real, criando condições para globalizar a economia, portanto para abrir fronteiras à entrada de produtos manufacturados com preços baratos provenientes de outros países, por vezes situados nos antípodas; o segundo assenta na afirmação de que seria extremamente imoral e injusto que essa globalização económica fosse deliberadamente contrariada, dadas as suas enormes vantagens para a humanidade no seu todo, pelas dezenas e centenas de milhões que ascendem a níveis mais elevados de bem-estar.

Estes dois argumentos ignoram, ou melhor omitem o facto de os movimentos de exportação e importação de produtos com valor acrescentado, se contribuem para a melhoria de qualidade de vida de muitos cidadãos, também podem concorrer para a redução dos níveis de bem-estar de outras tantas pessoas, se ela não for criteriosamente regulada pelos poderes políticos, afinal

aqueles que têm legitimidade para se pronunciarem sobre o que os seus governados consideram justo ambicionarem.

Não sendo assim, se não existir a regulação necessária dos poderes políticos sobre os agentes económicos, são muito prováveis situações de grande desnível de bem-estar entre pessoas. Não só entre os nacionais dos diversos países, mas principalmente entre os grupos que mais vantagens retiram de uma globalização económica desregulada politicamente, e o comum dos cidadãos.

Os grandes beneficiários do tipo de globalização económica que o mundo vive pertencem a um grupo restrito de indivíduos que têm as alavancas do sistema financeiro e económico, controlando as relações de um com o outro, assim como o acesso dos países, das empresas e dos cidadãos a financiamentos de que necessitem. Alguns dos elementos deste conglomerado financeiro-económico circulam entre grandes empresas privadas, empresas públicas ou a mais alta administração dos Estados, instituições financeiras e organismos políticos, financeiros ou económicos internacionais, e são chamados por vezes a desempenhar cargos governamentais nos países, situação que, em casos frequentes, tem gerado suspeitas sobre que interesses defendem prioritariamente - os públicos ou os privados. Pelo seu lado, alguns políticos que desempenharam ou ainda desempenham importantes cargos de responsabilidade nos diversos órgãos de soberania deixam-se capturar pelos interesses desse conglomerado, desenvolvendo relações promíscuas com as funções de que foram ou estão investidos, o que pode resultar da inexistência de legislação que preveja estas situações ou da sua ultrapassagem.

A própria revista *“The Economist”*, defensora do capitalismo puro e duro, no seu número de 11 de agosto passado, considera alarmante a promiscuidade entre o mundo dos negócios e os governos, como afirma na sua crónica habitual do blog Shumpeter, cujo subtítulo é bem significativo: “pessoas de negócios tornaram-se demasiado influentes nos governos”. A certa altura afirma o *The Economist*: “Pessoas de negócios têm todo o direito de influenciar os governos a seu favor, assim como os mais altos servidores do Estado têm de ocupar empregos no setor privado. Os governos terão de escolher as pessoas mais habilitadas para

preencher importantes funções: por exemplo, não abundam pessoas que conheçam o sistema financeiro em profundidade. Mas os governos também se devem lembrar que os negócios têm atores que agem em função dos seus interesses e tentarão defraudar o sistema em benefício próprio”.

Estes beneficiários do sistema político-financeiro-económico, com uma ética pouco recomendável, olham-se como componentes de uma classe superior e com direitos especiais em relação aos restantes cidadãos; vivem com padrões de vida de um nível inimaginável para as pessoas comuns; consideram-se merecedores dos mais elevados proventos financeiros e são indiferentes perante a miséria de muitos dos seus concidadãos; distinguem as pessoas pelo que possuem e não pelo que são, pelo que entendem que o seu “valor de mercado” é do nível mais elevado, mercado com que se encontram intimamente ligados e que é por si considerado como o real “deus ex-máquina” que determina todas as movimentações políticas.

Todos os que beneficiam da globalização económica desregulada defendem o desaparecimento de quaisquer peias limitadoras da “criação de riqueza” (segundo o seu jargão), sentem-se bem com a existência de organizações onde se abriguem montantes financeiros livres de impostos e de quaisquer fiscalizações. Para eles, a situação mais aconselhável seria um mundo sem fronteiras de qualquer espécie, mesmo fronteiras políticas. Um mundo destes, além de conduzir ao paraíso (certamente o seria para eles próprios) transformar-se-ia num verdadeiro “império do lucro” (qualquer que fosse a maneira dele ser obtido).

É dos principais componentes deste conglomerado que, sem condicionamentos políticos, sai a determinação da deslocalização das empresas multinacionais para os países onde pagam à mão de obra salários inaceitáveis (pelos padrões ocidentais anteriores à crise), com apoios sociais mínimos ou sem eles, tendo apenas em vista o aumento dos respetivos lucros. Foi esta a lógica que conduziu à industrialização da China, o que, por virtude da globalização económica, colocou em sérias dificuldades outros países cuja competitividade não conseguia concorrer com a competitividade chinesa. É a mesma lógica que está a fazer deslocalizar

da China muitas das empresas que lá haviam sido colocadas, por causa do aumento do custo da mão de obra chinesa e da sua conquista de alguns apoios sociais. Têm por destino países situados na bacia do Índico, no Sudeste asiático e na costa da zona central do continente americano cujos trabalhadores são bem mais baratos do que os chineses: Etiópia, Uganda, Quênia, Tanzânia, Sri Lanka, Bangladesh, Birmânia, Laos, Vietname, Camboja, Filipinas, Indonésia, México, República Dominicana, Nicarágua e Peru (países já conhecidos como os PC 16, ou seja, os 16 Pós-China).

Enquanto o salário mínimo da China já ronda os 270 dólares, com exceção do Peru e das Filipinas, que pagam mais ou menos o mesmo mas são competitivos por outros motivos, na Indonésia é pouco superior a 200 dólares, em todos os outros é inferior a este valor, com nove países a pagarem um salário menor do que 100 dólares, dos quais quatro a excederem os 50 dólares por pouco.

2. Antes de prosseguirmos, convém recordar de forma sucinta a origem da formação das unidades políticas, atualmente com a configuração de Estados, e portanto das respetivas fronteiras.

Qualquer unidade política resulta de um contrato, expresso ou implícito, entre os indivíduos enquadrados num determinado contexto geográfico, por um lado, e os responsáveis que assumem a sua direção política, por outro, baseado no compromisso de os primeiros (os indivíduos) passarem a agir segundo normativos definidos pelos segundos (os dirigentes), desde que estes lhes assegurem o bem-estar e a segurança que as pessoas se consideram em condições de ambicionar.

Ficamos assim perante o Estado (a nação politicamente organizada) cujos componentes essenciais são as pessoas, os governantes e o território.

Se este acordo não for cumprido, os cidadãos poderão denunciar o contrato, concedendo a novos dirigentes a responsabilidade de o satisfazerem.

O objetivo bem-estar é aquele que surge como fundador ou original para a constituição de um Estado; é com a finalidade de alcançarem o seu bem-estar que as pessoas se sujeitam ao contrato.

Bem-estar que se caracteriza pelo acesso a bens materiais ou tangíveis (indispensáveis a uma vida sem carências fisiológicas), assim como a bens imateriais ou intangíveis (relacionados com os comportamentos e valores que desejam adotar).

São vários os Estados cujos cidadãos almejam idênticos objetivos. No entanto, como muitos dos bens materiais são escassos e há Estados que precisam de competir com outros Estados para os conseguirem obter. Ao mesmo tempo, é frequente que um ou vários Estados tentem impor a outro ou outros os comportamentos e valores que entende serem mais convenientes para o próprio interesse. Nestas condições, há necessidade de alcançar e manter outro objetivo - a segurança. Sabemos bem que os conflitos por valores imateriais, nomeadamente religiosos, são por vezes mais sangrentos do que as lutas por recursos insuficientes para satisfazer a todos os Estados que os pretendem.

Bem-estar e Segurança apresentam-se assim como os dois objetivos básicos de qualquer unidade política. E existe entre si uma relação de complementaridade. Abaixo de um determinado nível de bem-estar não há segurança, tal com não se consegue segurança se o bem-estar for inferior a um nível que poderíamos considerar crítico.

Neste contexto, verifica-se que as fronteiras que dividem os Estados separam patamares específicos de bem-estar (material e imaterial) e de segurança.

Surgem, por vezes, associações ou alianças de vários Estados, quer por razões de bem-estar quer por razões de segurança; e também, com menos frequência, por ambos os motivos (segurança e bem-estar). Mas isso não põe em causa as fronteiras dos Estados; apenas potencia as capacidades de cada um como resultado do concurso sinérgico dos associados ou aliados.

3. Antes de fazermos um rápido relance sobre a situação das fronteiras que dividem o mundo atual, e das correspondentes soberanias por elas circunscritas, convirá referir que existem duas lógicas para definir fronteiras - a lógica dos interesses e a lógica da segurança. No âmbito da primeira, ainda se podem distinguir as fronteiras económicas ou dos recursos e as fronteiras dos valores,

principalmente dos valores religiosos, dos valores culturais, mas também dos valores políticos, como são os democráticos. Todos estes tipos de fronteiras se encontram interligados: os conflitos poderão ser travados por razões económicas e de valores e, frequentemente, o respeito por certos valores tem incidência em alguns aspetos relativos à obtenção e disputa de recursos.

Lancemos, então, um olhar abrangente sobre o nosso mundo.

– Começando pela Ásia/Pacífico, pode afirmar-se que a instabilidade que ameaça passar a graus superiores de conflito resulta basicamente de reivindicações sobre as fronteiras dos recursos que se desejam transformar também em fronteiras de segurança. Existem frequentes disputas entre a China e o Japão por virtude de ambos disputarem a soberania sobre algumas ilhas ou ilhotas cujo controlo significaria o reforço de posições defensivas e o domínio de vastos espaços marítimos onde abundam recursos piscatórios e energéticos de grande expressão (caso de algumas ilhotas desabitadas no Mar da China Oriental, ilhas Paracel, ocupadas pela China desde 1974, também disputadas por Taiwan e pelo Vietname.) Fricções destas também têm lugar entre a China e a Coreia do Sul, a Rússia e o Japão, mais a Norte, e entre a China, Taiwan, Filipinas, Vietname e Malásia (a propósito das ilhas Spratley no Mar do Sul da China). Grande parte da fronteira indo-chinesa encontra-se sem definição e os dispositivos militares das duas potências que as ocupam têm sido reforçados. Na Caxemira, existem tensões entre a China, a Índia e o Paquistão sobre a fronteira que os separa; a China preocupa-se com a turbulência no Tibete e no Xinguiang por virtude dos valores que caracterizam os povos destas províncias, ao mesmo tempo que os chineses penetram na Sibéria despovoada, acumulando focos de tensão da China com a Rússia nesta região. Não falando, ainda mais a Sudeste, nas dificuldades em marcar a fronteira marítima de Timor Leste com a poderosa Austrália, pondo em causa o acesso dos timorenses aos combustíveis fósseis a que se julgam com direito. Nem das tentativas de secessão de províncias das Filipinas, da Indonésia e da Malásia, normalmente por motivos de terem religiões diferentes das maioritárias, mas também por razões de origem étnica dos respetivos habitantes, o que ainda é visível no Paquistão, como no

Afeganistão e em alguns pontos da Ásia Central, pondo em causa as fronteiras de valores.

Registe-se que todos estes potenciais motivos de conflito são acompanhados de posições nacionalistas cada vez mais acentuadas, particularmente na China e no Japão, mas também nos países, tanto continentais como marítimos, de todo o Rimland do Pacífico, o que faz temer o pior - que passem de conflitos potenciais a conflitos efetivos.

— Ao longo de todo o equador islâmico, desde o Extremo Oriente até à África Ocidental, são múltiplas as tensões políticas, étnicas e religiosas, que fazem de todo o corredor um cinturão de profunda turbulência, incendiado pelas chamadas “primaveras árabes”, por fronteiras políticas recentes (herdadas do período colonial), pelos extremismos religiosos (por exemplo, cristãos versus muçulmanos e, nestes, xiitas contra sunitas), por etnias fraturadas por terem sido mal acomodadas politicamente (na prática, todos os países do Médio Oriente /região do Golfo e do continente africano) ou mesmo por serem ignoradas, como os curdos, e até por resquícios do colonialismo ainda não desaparecidos, como Ceuta e Melila.

Pormenorizando: as fronteiras israelo-árabes continuam por definir; o Curdistão continua a ser reivindicado, o que gera instabilidade no Iraque, na Síria, no Irão e, especialmente, na Turquia; o Líbano continua balcanizado com zonas xiitas, sunitas e cristãs; a Síria ameaça desfazer-se; a Jordânia procura sobreviver, a despeito de, ou essencialmente por ter mais palestinianos do que jordanos; o Irão teima em expandir-se e já fez do Iraque uma espécie de protetorado; o Iémen estilhaça-se; a Etiópia dividiu-se, assim como o Sudão, mas as fronteiras continuam em turbulência; no Norte de África, no Sahel e na faixa Norte da África subsariana, os extremismos campeiam e estabelecem-se novas fronteiras religiosas e/ou étnicas que ambicionam tornar-se fronteiras políticas; na África Central, além de outros conflitos, a República Centro Africana, a República do Congo e as fronteiras do Ruanda estão em causa, e na África Austral, embora com poucas fronteiras em causa, muitas etnias não escondem ideias secessionistas ou geram instabilidade nos países onde são minoritárias e

avultam os problemas internos ainda não resolvidos da República da África do Sul.

– Nas Américas, embora subsistam algumas questões fronteiriças, como a ambição do acesso ao mar dos países interiores e alguns diferendos, ainda não inteiramente esquecidos, no processamento de algumas aquisições territoriais que deslocaram fronteiras, a situação parece mais calma, embora ninguém esteja disponível para ceder soberania. E mantém-se o potencial fator de conflito representado pelas Falkland/Malvinas, que já originou uma guerra.

– O espaço geopolítico do Ártico encontra-se em rápida evolução como consequência do progressivo degelo, o que vai facilitando as possibilidades de acesso à região e à exploração dos abundantes recursos estratégicos aí existentes (como minérios e combustíveis), ao mesmo tempo que provoca mudanças radicais nas possibilidades de circulação marítima, o que anuncia novas linhas de comunicações marítimas estratégicas e de rotas pelas quais transitarão os transportes de mercadorias entre os diferentes continentes. São múltiplos os diferendos relativos aos direitos de soberania sobre vários territórios árticos e com elevado grau de constituírem focos de potencial confrontação, em relação às plataformas continentais onde os recursos energéticos e minerais são abundantes, assim como quanto aos direitos de navegação nas vias progressivamente abertas pelo degelo.

– Resta o velho continente, que nós, europeus, com a visão egocêntrica que criamos quando polarizávamos a sede do poder mundial, ainda tendemos a olhar como sendo um modelo universal. Egocentrismo que nos levou a considerar que as geometrias geopolíticas aqui desenvolvidas por nós representam o topo do movimento civilizador da espécie humana. Tanto do ponto de vista do conhecimento como dos valores.

Neste pressuposto, a União Europeia seria o produto mais acabado da evolução civilizacional, transformar-se-ia num grande “império burocrático” a partir de Bruxelas e impor-se-ia a todo o mundo, porventura ao universo que fosse progressivamente conhecido, a começar pela galáxia a que pertencemos, começando por atrair os países vizinhos alargando-se a todo o continente.

A realidade atual na Europa é outra e bem amarga: crise financeira e económica a generalizar-se, a pobreza a instalar-se com exceção de um reduzido núcleo duro com centro na Alemanha; as fronteiras comuns a serem crescentemente reforçadas; as fronteiras entre países a voltarem a erguer-se, particularmente no Espaço Schengen em que, na prática, foram ampliadas em largura e profundidade através de controlos sucessivos; acentuam-se as fraturas que a dividem (Norte versus Sul, Zona Euro versus restantes países da UE, países ex-satélites da Rússia versus Alemanha e Rússia), além da linha de fragmentação potencial que separa a Europa marítima da Europa continental.

Isto sem referir o estabelecimento de uma espécie de “paz-fria” entre os EUA e a Rússia, fazendo lembrar os tempos da guerra-fria, que pode arrastar vários países europeus – dividindo outra vez o continente –, mas com Berlim a estreitar relações com Moscovo. Nem lembrar os problemas crescentes originados pelas ameaças que se configuram a partir do caldeirão do Médio Oriente e da instabilidade em alta do Norte de África/Sahel, sem que possamos contar com o apoio militar norte-americano a que estávamos acostumados.

E não esquecendo as manifestações mais expressivas a favor da constituição de novas entidades políticas distintas: os Balcãs continuam frágeis; a Bélgica pode pulverizar-se; o Reino Unido tende a desunir-se (Escócia e País de Gales); a unidade espanhola está ameaçada, com ameaças secessionistas na Catalunha, no País Basco e, mais esmorecida, na Galiza; e a Itália poderá cindir-se, com a Padânia (a Norte) a separar-se do resto da península. E com a sobrevivência de algumas questões fronteiriças, como o Kosovo reivindicado pela Sérvia, Gibraltar reclamado pela Espanha, e Olivença ainda não ignorada por Portugal.

4. As fronteiras geográficas das unidades políticas têm sido definidas, na sua maioria, pelo resultado de conflitos por razões de soberania.

Os conflitos atuais adquiriram novas características que surgiram do aparecimento das sociedades modernas organizadas em rede resultantes das inovações tecnológicas surgidas nos últimos decénios.

Os seus fatores determinantes são:

1. O aparecimento de três novos espaços onde podem ser conduzidas operações de combate, além dos três teatros de operações tradicionais (terrestre, marítimo e aéreo). São eles o espaço exterior, o ciberespaço e o espaço mediático, onde os Estados e outros atores políticos ou até criminosos procurarão marcar novas fronteiras (espaciais, digitais e mediáticas).

2. A fragilidade das sociedades modernas, pois são extremamente vulneráveis a iniciativas violentas levadas a efeito por pequenos grupos e mesmo indivíduos isolados, com objetivos políticos ou criminosos, utilizando materiais comuns de uso corrente e de fácil acesso, capazes de paralisar os sistemas de apoio de vida e de funcionamento da sociedade dependentes de redes cibernéticas - financeiro, governamental, militar, de distribuição de energia, de telecomunicações, de saúde, do conhecimento e investigação científica, etc. (designadas por infraestruturas críticas).

3. O facto de existirem condições para que os atores militarmente fracos possam enfrentar com êxito os atores militarmente poderosos, através de estratégias de subversão ou de insurreição em campanhas prolongadas de desgaste, e da exploração inteligente do espaço de operações mediático, com a finalidade de conseguir gerar percepções nos restantes atores e nas opiniões públicas que lhes sejam favoráveis em termos de relações de forças.

4. Todos os teatros em que se desencadeie um conflito (armado ou desarmado) são potencialmente globais, por virtude do espaço de operações mediático; mesmo que inicialmente confinados a espaços terrestres, marítimos ou aéreos circunscritos, os movimentos táticos aí concretizados por qualquer dos atores em confronto poderão ter repercussão global, portanto efeito estratégico, desde que lançados no espaço mediático com operações de informação que transmitam percepções favoráveis às posições de cada um, no respeitante às respetivas relações de forças. Ou seja, a forma atual de fazer a guerra dá vantagem ao ator que domine as plataformas por onde circula a informação. Daqui o facto de a nossa época ter sido apodada por muitos especialistas como a Era ou a Idade da Informação.

5. Citando uma comunicação que farei dentro de dias à Academia das Ciências de Lisboa, atualmente os conflitos mais comuns desenvolvem-se em três níveis: “1) Num primeiro patamar, onde os atores principais são as maiores potências desenvolvidas, que procuram zonas de influência capazes de lhes proporcionarem recursos vitais para o seu funcionamento, o que pode significar conflitos entre iguais através de terceiros que possuam os recursos; ou simplesmente desenvolvem estratégias de domínio, por intermédio do apoio, que pode ser militar, a fações em luta pelo poder, num determinado país que dispõe dos recursos que ambiciona. 2) Num segundo patamar em que vários atores numa dada região procuram ascender a posições dominantes de poder, o que, se for atingido, significa a capacidade de obter e partilhar recursos. 3) Num terceiro quadro, diversos atores (locais, regionais ou globais) combatem por valores nomeadamente por valores religiosos, visando objetivos messiânicos relacionados com visões mitificadas acerca de um passado glorioso” e simultaneamente, por vezes, também por recursos.

Assim e continuo a citar: “As atuais muralhas tipo muralha da China do passado, além de poderem ser erigidas com barreiras digitais, que bloqueiam o acesso da internet a certos tipos de conhecimentos, são constituídas materialmente por muros altos de betão reforçado, intercalados por redes eletrificadas e reforçados por vigilância com meios terrestres (radares e dispositivos de visão noturna), e com meios aéreos, especialmente aeronaves sem piloto (os célebres UAVs), alguns com capacidade de combate contra o solo. E as guarnições dessas “muralhas” integrarão cada vez mais robots para efetuar tarefas diversificadas (desde provocar o rebentamento de minas e explosivos tecnologicamente improvisados até ao manejo de instrumentos pesados de natureza logística ou operacional) e dispõem de informação de alcance global disponível e trocada em tempo real pela internet. Estas “muralhas” da idade da informação já rodeiam o Estado de Israel e estão a ser construídas nos troços mais perigosos da fronteira entre os EUA e o México (...) “Muralhas” deste tipo tendem a proliferar, rodeando as sociedades mais prósperas, como os altos muros e os sistemas de vigilância privada que já protegem os condomínios das grandes cidades do mundo mais abastado”.

“A insegurança permanente provocada pela ausência de soberania leva as pessoas em desespero a procurar segurança ao abrigo de identidades primitivas, como as religiosas e étnicas. Os países balcanizam-se à volta dos núcleos de poder dos diversos atores em confronto, muitos deles reforçados por “irmãos” combatentes vindos de outras por vezes longínquas paragens que comungam das mesmas ideologias e de idênticos objetivos, respondendo ao apelo de acorrerem à guerra; outros são apoiados por Estados que retirarão vantagens da sua vitória, com apoio político, de armamento e mesmo operacional. As grandes urbes, que a desertificação crescente dos territórios torna cada vez maiores, mais frequentes e com aglomerados cada vez mais vastos em que os habitantes vivem em condições degradantes, fraturam-se por muros de guerra e de destruição” (outras tantas fronteiras) “e enchem-se de combatentes, de sem abrigo, de miseráveis e de criminosos, levando cada vez maior número de pessoas comuns a procurar fugir deste caldeirão. A instabilidade prolonga-se sem se lobrigir o seu fim. E alastra-se a regiões contíguas, ou mesmo longínquas, cujas ligações religiosas ou políticas forçam a entrar na liça. Ninguém aparece com a possibilidade de restabelecer a soberania que, tendo-se desfeito, pulveriza o país. Multiplicam-se os sem lei e espalha-se a insegurança além-fronteiras”, (das várias fronteiras - das antigas, já institucionalizadas mas em vias de desaparecer, e das novas, criadas no âmbito dos combates com a finalidade de perdurarem),” lembrando as lutas das hordas primitivas nos tempos pré-históricos.

Numa palavra, instala-se o caos. Há mesmo atores que afirmam que estaremos em presença de um novo tipo de guerras a que chamam “guerras do caos”.

“A situação da Síria é paradigmática. Segundo o New York Times de 18 de julho passado, “a guerra civil balcanizou o país, com vários grupos armados a controlar áreas diferentes. O governo mantém a sua autoridade na capital e solidificou o seu controlo sobre uma série de grandes cidades a Norte. Os grupos rebeldes dominam grandes áreas de território nas regiões Norte e Leste do país, mas longe de qualquer unidade, com as respetivas milícias competindo entre si pelos recursos, impondo as suas próprias leis e, por vezes, virando as suas armas umas contra as outras.

Os curdos, a mais numerosa minoria síria, controlam o seu território e frequentemente combatem para manter os rebeldes fora dele. No conjunto, 60% da população vive em áreas sob controlo governamental, enquanto os rebeldes controlam 60 a 70% do território (...) Os rebeldes são mais fortes nas áreas rurais com pouca população”

6. “A expressão de Eduardo Lourenço, no título que deu a um texto recentemente publicado na última edição do seu importante livro “Os Militares e o Poder”, traduz com clareza a situação em que se vive: segundo ele, cito, vivemos a situação de “O fim de todas as guerras e a guerra sem fim”.

Segundo António Telo e Nuno Lemos Pires, que caracterizam em pormenor e com profundidade as guerras do caos no seu recente livro “Conflitos e Arte Militar na Idade da Informação”, a doutrina criada na Escola de Comando e Estado Maior do Exército dos EUA pelo General Petraeus e por ele praticada tanto no Iraque como no Afeganistão, embora denominada doutrina de contra-insurreição, trata-se de uma verdadeira “doutrina contra-caos”, tendo em vista a ação abrangente que propõe, visando restabelecer a soberania das instituições sobre o território e não apenas neutralizar a insurreição. Os seus elementos caracterizadores situam-se na abrangência da ação, no emprego de meios civis e militares, e numa direção político-militar unificada. As próprias estruturas de articulação tática e estratégica terão de ser mistas (civil-militar) nos vários níveis de atuação.

Surpreendentemente, esta nova doutrina faz recordar a doutrina praticada pelas Forças Armadas Portuguesas nas campanhas de África durante a segunda metade do século passado, vertida num regulamento doutrinário da época chamado “O Exército na Guerra Subversiva”, que foi, aliás um dos manuais de consulta usados por Petraeus e seus assessores para elaborar o Field Manual (manual de campanha) de contra-insurreição presentemente em vigor no Exército e nos Marines norte-americanos”.

Só assim é que estas novas fronteiras que atualmente se encontram em construção em muitas partes do planeta se afirmarão e terão condições para perdurar.

Introdução

Roberto Merrill e Bruno Pinto

Quando se evoca a ideia de fronteira, esta é frequentemente assimilada, talvez de maneira um pouco negativa, a um limite, a algo que não se deve ultrapassar sem precauções. No entanto, quando isto acontece, também é fácil esquecer de que tipo de fronteiras estamos a falar: fronteiras políticas, culturais, geográficas, econômicas, ou ainda as fronteiras do conhecimento? Talvez para alguns esta falta de precisão não incomode já que, pensarão, sem dúvida de maneira algo utopista, que de qualquer maneira todas as fronteiras devem ser abolidas, em nome, por exemplo, duma unidade de todos os homens.

Certamente que há algo de correto neste projeto de abolição das fronteiras, dado que estas são muitas vezes consideradas as causas de todos os conflitos. No entanto, como alguém uma vez disse, “as fronteiras são as cicatrizes das guerras”, ou seja, a existência de fronteiras não será de certa forma também a condição necessária, embora não suficiente, da paz entre os homens, permitindo a todos de respeitar um direito à diferença? Sobre este tema, a leitura do artigo do Prefácio deste volume, do General José Alberto Loureiro dos Santos, intitulado “Acerca da notícia manifestamente exagerada do desaparecimento das fronteiras nacionais”, não podia ser mais instrutiva. Por outro lado, existe em nós uma vontade inata de transposição de fronteiras que nos motiva a enviar sondas para outros planetas, a descer aos pontos mais profundos dos oceanos, a investigar temas que ainda não conhecemos, a explorar o desconhecido. É, então, a curiosidade que nos leva a ir mais além, a ver o que está do outro lado. E assim satisfazemos temporariamente o nosso desejo de novidade, delineamos novas fronteiras, e o jogo de explorar aquilo que ainda não conhecemos recomeça.

No colóquio que deu origem a este volume, foram exploradas essencialmente cinco temáticas sobre o conceito de fronteira, as quais refletem com pertinência a riqueza e multiplicidade dos seus sentidos.

Na primeira temática, sobre “Fronteira e Segurança”, Maria João Guia, no seu artigo “As Fronteiras da Imigração, Crime e ‘Criminologia’”, e Diana Miranda, no seu artigo “Fronteiras de Desigualdade e o Controlo Sem Fronteiras”, exploram as transformações do controlo exercido na fronteira geográfica, examinam a questão do difícil equilíbrio a manter entre as liberdades individuais e a segurança coletiva, e avaliam e propõem à nossa reflexão a tese dum “conceito normativo de fronteira onde mais do que fronteiras físicas, se destacam as fronteiras sociais”.

Na segunda temática, sobre “Economia de Fronteira” Sérgio Ferreira no seu artigo “Fronteira, língua e cultura – para uma economia das trocas fronteiriças”, e Xerardo Pereiro, no seu artigo “As fronteiras e o turismo”, examinam o conceito de fronteira segunda a ótica das ciências sociais e humanas. Assim, exploram os temas da economia de fronteira e as relações antropológicas em território de fronteira, recorrendo a exemplos práticos oriundos da língua e cultura mirandesas (Sérgio Ferreira) e do turismo em regiões de fronteira entre Portugal e Espanha (Xerardo Pereiro).

Na terceira temática, sobre “Fronteira e Alteridade”, Nuno Grancho no seu artigo “Tornando-se Fronteira, Análise de Políticas de Identidade e Espaciais em Diu”, e Hugo M. Oliveira, no seu artigo “A (de)composição analítica das fronteiras”, exploram a dicotomia fronteiriça, a partir da arquitectura e da química, examinando os elementos arquitetónicos e urbanos do lugar de fronteira de Diu, uma antiga cidade colonial portuguesa situada na Índia (Nuno Grancho). Por seu lado, Hugo M. Oliveira examina algumas das formas como a química analítica está presente na nossa sociedade, mostrando alguns exemplos de análise qualitativa e quantitativa, mas também abordando a sua importância em aspetos tão diversos como a segurança nos aeroportos, a deteção de fraudes em alimentos ou medicamentos e a monitorização ambiental.

Na quarta temática, sobre “Conhecimento Transfronteiriço”, Rubén Castro Redondo, no seu artigo “Unha Reflexión Sobre a Fronteira da Galicia Moderna”, e Rosario Mascato Rey, no seu artigo “Culture research – digital humanities: (de)construindo as fronteiras da produção/difusão do conhecimento”, examinam a

questão da pertença identitária a uma comunidade “a partir da sequenciação espacial e temporal dos poderes administrativos sobre um determinado território”, tomando como exemplo a raia seca entre a Galiza e Portugal na Idade Moderna (Rubén Castro Redondo). Do seu lado, Rosario Mascato Rey examina a questão dos limites entre disciplinas académicas, em particular nas Humanidades, dando maior relevância à questão dos seus impactos económicos. Neste último caso, a fronteira toma uma forma mais metafórica, na discussão do que podem ser alguns dos limites que os investigadores em Humanidades estão a começar a transpor.

Por fim, na quinta temática, sobre “Ciência e Fronteira”, Bruno Pinto, no seu artigo “Comunicação de ciência – uma área de fronteira”, e David Marçal, no seu artigo “A fronteira entre a ciência e a falsa ciência é clara”, examinam o tema da comunicação de ciência como área de fronteira e a distinção entre o que é ciência e pseudociência, utilizando exemplos práticos para ilustrar ambos os temas. Mais uma vez, a ideia de fronteira assume nestes dois artigos um carácter simbólico, propondo uma reflexão sobre a comunicação de ciência como uma área multidisciplinar em expansão a nível nacional, e a importância da distinção entre o que é ciência e falsa ciência.

Estas são, então, cinco abordagens distintas das inúmeras possibilidades que poderiam ser feitas ao tema “Fronteira”. Tentamos, assim, cristalizar algumas das fronteiras que existem atualmente, capturando momentaneamente esse conceito em diferentes áreas académicas, mas tendo a perfeita noção de que muitas dessas fronteiras sofrerão alterações e já não serão as mesmas amanhã...

I. Fronteira e Segurança

Maria João Guia e Diana Miranda

Explorando as transformações do controlo exercido na fronteira, urge refletir sobre a intensificação destes processos, seus impactos nas liberdades individuais e na segurança coletiva. Debruçando o olhar na fronteira como uma membrana que filtra as mobilidades, averigua-se que os indivíduos em mobilidade são sujeitos a um poder classificatório consoante o risco que representam, sendo criadas fronteiras entre passageiros (in)desejáveis. Na busca da securitização da fronteira a mobilidade fica sujeita a restrições e limitações dos que são tidos como uma ameaça. A classificação das mobilidades pelas características dos indivíduos e sua origem remete-nos assim para um conceito normativo de fronteira onde mais do que fronteiras físicas, se destacam as fronteiras sociais.

As fronteiras da imigração, crime e “crimigração”¹

Maria João Guia

1. O presente resumo baseia-se no resultado da investigação para a tese de doutoramento da autora, a apresentar brevemente na Universidade de Coimbra. A autora deseja exprimir o seu agradecimento a João Pedroso, Alexandra Aragão, Pedro Caeiro, António Casimiro Ferreira, Alexandre Silva, Eduardo Guia e Tânia Vasco.

2. As diferenças existentes entre o Norte e o Sul, os países ricos e os pobres, implicando discrepâncias que se reportam a um maior ou menor poder económico e político, têm vindo a acentuar a necessidade de repensarmos a integração daqueles que escolhem (ou são impelidos a) migrar na demanda de melhores qualidades de vida. A inviabilização da entrada destes deslocados num determinado espaço físico, quer pensemos em Estados soberanos, e por isso em fronteiras internacionais, quer em espaços nacionais regionais, constitui por si só uma exclusão, ainda que em alguns casos justificada por razões plausíveis, sobretudo decorrente da possibilidade de os

A circulação de pessoas pelo mundo, as migrações e todas as implicações que decorrem de um fenómeno em constante mutação, nomeadamente as preocupações relacionadas com o controlo de fronteiras, a segurança dos países de acolhimento, a integração dos migrantes, a exclusão social² a que são votados, o racismo, a cidadania, os direitos humanos e tantos outros assuntos que se poderiam enumerar, estão na ordem do dia da discussão pública, sobretudo política e académica, mas também da sociedade civil desde há alguns anos, tendo ultimamente ganho maior destaque. As migrações em massa, que têm vindo a ser relatadas desde os primórdios da História, foram dos fenómenos mais marcantes do século XX e têm-se mantido cada vez mais como uma realidade no século XXI. Segundo dados da ONU relativos a 2009, os stocks de migrantes correspondem a 214 milhões de pessoas que abandonaram os seus países, procurando noutros as condições propícias a uma vida mais profícua, e outros cerca de 740 milhões que se deslocaram internamente, dentro das fronteiras dos seus próprios países. Este número de migrantes internacionais, ainda que residual, se comparado com o número de pessoas que nasce, vive e morre no mesmo local, já correspondia, há cerca de oito anos, à população do quinto país mais populoso do mundo: o Brasil (RCMI, 2005).

A globalização³ que caracteriza o mundo atual tem permitido uma maior visibilidade das oportunidades além-fronteiras, ainda que para muitos esse ensejo não passe de uma mera ilusão. Simultaneamente, a circulação internacional de pessoas tornou-se uma realidade cada vez mais ao alcance dos que nasceram em países favoráveis a tal movimentação⁴, enquanto noutros Estados se levantam múltiplas barreiras à entrada de estrangeiros. Por outro lado, as catástrofes naturais, as guerras, os ataques terroristas e a falta de oportunidades em países menos desenvolvidos fazem com que um maior número de pessoas se sintam impelida a migrar para outros destinos, abandonando as suas raízes e sujeitando-se às dificuldades de sobreviver e inserir-se em sociedades diferentes das suas.

Os mencionados processos de globalização implicaram uma dramática transformação nas relações entre os Estados, particularmente evidentes na maneira como as fronteiras territoriais são imaginadas, geridas e negociadas. As relações entre os Estados foram mudando e a gestão de algumas fronteiras internacionais tornou-se menos rígida (fruto de acordos celebrados) e ao mesmo tempo cada vez mais decisivas, sendo que as mudanças na natureza e no significado de ‘fronteiras’⁵ exigem maior reflexão e interação entre disciplinas como criminologia, sociologia, direito, antropologia, ciências políticas e relações internacionais.

Na Europa, a atual facilidade de circulação implicou que as medidas de segurança nas fronteiras fossem reforçadas⁶, a fim de não se comprometer a integridade física⁷ de todos os que residem nesse espaço de maior facilidade de movimentação⁸. As fronteiras são, por isso, uma preocupação crescente neste contexto: ao mesmo tempo invisíveis, mas reforçadas. A Estratégia de Segurança Interna para a Europa (2011-14) incide especificamente sobre “segurança dentro de fronteiras⁹”. Ao mesmo tempo, as propostas de reforma de imigração nos EUA, reveladas em fevereiro de 2013, sublinham a “melhoria do controlo das fronteiras”. Ambas as iniciativas se propõem “fortalecer a infraestrutura de controlo de fronteira”, o que consequentemente cria condições para a emergência de novos métodos de expansão da criminalização da imigração¹⁰, sobretudo na gestão da irregularidade.

Na Europa, a implementação de um espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, onde a circulação de pessoas e bens foi facilitada entre os países signatários do Acordo de Schengen¹¹, implicou que fossem discutidas políticas comuns a implementar, tanto no âmbito das migrações como no das medidas securitárias sobre a transposição de fronteiras e a gestão do espaço comum. Tem-se procurado caminhar convergentemente neste sentido, apesar de ainda existirem grandes discrepâncias nas opções para a gestão de todas estas matérias que, de uma maneira ou de outra, implicam cedências nacionais e de soberania em prol de uma gestão comum. Na perspectiva de Boaventura de Sousa Santos, a instalação das ‘superfronteiras’¹² (como o Espaço Schengen) que permitem aquilo que refiro como a estratificação da catalogação de cidadãos ou estratificação da cidadania, mediante as suas origens,

Estados não terem meios para conceder aos recém-chegados uma integração plena. Segundo Young (2002), a exclusão social não se restringe ao espaço, “mas envolve exclusão económica, política, bem como uma falta de acesso a áreas específicas como acesso a informação, à prestação de cuidados médicos, a habitação, policiamento, segurança”.

3. A globalização, presente em quase todas as atividades e áreas relacionadas com o ser humano, veio a revelar-se crucial no que respeita aos movimentos migratórios. A globalização jurídica, plasmada no Direito das pessoas que atravessam fronteiras (Sousa Santos, 2009), faz coincidir os benefícios da facilidade de movimentação de pessoas e os aspetos perversos inerentes aos grandes movimentos, por vezes massivos, de populações recebidas pelos autóctones com bastante reserva.

4. É cada vez mais frequente viver num país e trabalhar noutro; passar temporadas académicas ou profissionais no estrangeiro, ou fazer turismo em destinos remotos.

5. De facto, não é possível debater a forma

como a migração se processa sem pensar na forma como os Estados-Nação definiram as suas fronteiras. Cada um deles definiu as suas regras para a entrada legal e para a duração da permanência de imigrantes; este é um fenómeno recente que emergiu com as “políticas de migração modernas” do séc. XX (Kraler, 2009: 5).

6. A este propósito, refira-se a Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia (FRONTEX), criada pelo regulamento (CE) nº 2007/2004 do Conselho (26-10-2004, JO L 349 de 25-11-2004). Esta agência, com sede em Varsóvia, mantém ligações com outros parceiros comunitários e da UE, nomeadamente com a Europol (Serviço Europeu de Polícia), a CEPOL (Academia Europeia de Polícia) e a OLAF (Organismo Europeu de Luta Antifraude), também responsáveis pela segurança das fronteiras externas e pela cooperação no domínio aduaneiro.

7. Nomeadamente tendo em conta os ataques terroristas de 2001, 2003 e 2005.

8. É cada vez mais frequente viver num

“refletem o fascismo social” que “produz líderes e governantes inseguros e permanentemente ameaçados pelo Outro”. Aquilo com que nos deparamos atualmente na União Europeia é um escalonamento de cidadanias, numa categorização de cidadãos já referida, por exemplo, por Sousa Santos (2009) em “cidadãos de primeira e segunda classe”¹³ baseada num critério duplo de avaliação pelo nível de autonomia e o nível de risco da “gente que atravessa fronteiras” (Sousa Santos, 2009: 358-359) e do seu estatuto jurídico, dependendo de estarem em situação legal ou ilegal, mediante todas as condicionantes envolvidas como a autonomia, o risco, a nacionalidade, os laços de parentesco, a perspetiva do Estado, o acesso a determinados patamares de direitos, e sobretudo a origem dos migrantes. Na Europa, os Estados são soberanos desde os tratados de paz da Vestefália (ou os Tratados de Münster e Osnabrück). A territorialidade e a ausência de agentes externos tornaram-se parte dos Estados-Nação. Consequentemente, as fronteiras surgem como uma das características da soberania dos Estados-Nação, sendo implementadas leis e regulações feitas para os fluxos de imigrantes que querem atravessar essas fronteiras. Tal como foi afirmado por Joppke (1998, *apud* Kraler, 2009: 5), “só num mundo ordenadamente dividido em estados-nação, que definem regras explícitas sobre a entrada legal (e consequentemente ilegal) de imigrantes é que existe “migração ilegal” (Kraler, 2009: 5). Foi a partir deste momento que o conceito da ilegalidade foi institucionalizado (mesmo apesar de ter sempre existido), mas foi apenas nos últimos 20 anos que assumiu importância na agenda académica (Anderson / Ruhs, 2010) e, principalmente, nas preocupações estatais. Mas a escolha dos termos para esta entrada não-regular num país indica, ou uma posição política de neutralidade, ou uma inclinação para essa questão, tal como já foi discutido anteriormente. Podemos, assim, concluir que a migração não é um direito das pessoas uma vez que os Estados são soberanos e podem escolher se aceitam ou não a entrada de um determinado indivíduo, por várias razões. E sob estas circunstâncias, as pessoas escolhem frequentemente a entrada através de métodos irregulares.

A cidadania é percecionada tendo em conta a ‘fronteira’ física e subjetiva que está subjacente a todo o indivíduo que não beneficia na totalidade ou parcialmente dos direitos que a mesma

faculta¹⁴. Ou seja, ela é utilizada como um caminho de acesso aos plenos direitos reconhecidos e concedidos àqueles que são oriundos de um determinado local e que, por isso, beneficiam da proteção de um Estado que diligencia, na sua pertença ao espaço Schengen e na sua inter-relação com outros países da União Europeia, materializada através do esbatimento das fronteiras internas¹⁵, em favor de uma cidadania que deveria ser atribuída a todos os que nesse espaço convivem. A relação da cidadania com a irregularidade é uma constante ao longo dos tempos: não tendo acesso a direitos, os indivíduos não nacionais tornam-se invisíveis, diluem-se no espaço, enveredando frequentemente por esquemas informais e criminosos (quando não são sujeitos a um regresso¹⁶ ao país de origem), o que os coloca numa posição de grande vulnerabilidade e os impossibilita de diligenciarem no sentido da inclusão na sociedade de destino, favorecendo a sua percepção como ‘criminosos’, ainda que muitas vezes sejam apenas vítimas (Guia, 2008; Guia, 2010a).

Muitos são os fatores que contribuem para que os imigrantes não encontrem espaço para se inserir nas sociedades de destino. Por vezes, o Estado Penal poderá tender a ser mais severo para com o comportamento dos que vêm de fora (Guia, van der Woude, van der Leun, 2012). Mas isso fará deles “o inimigo”? Günter Jakobs refere-se ao “cumprimento das expectativas normativas” por parte dos indivíduos na sociedade, criando uma fronteira entre aqueles que o fazem e os que não se enquadram no conceito de ‘pessoa’. Apresenta assim uma divisão bipartida da sociedade que demarca o “direito penal do inimigo”. Segundo este autor, aquele que não segue a ordem normativa está contra ela e por isso é designado de ‘inimigo’ (Jakobs, 1985 in Melià and Díez, 2006).

Zaffaroni (2006: 19) retoma o conceito do direito penal do inimigo, classificando as pessoas como *cidadãos* (os que cumprem o estipulado pelo Estado regulador) ou *inimigos* (os perigosos, sujeitos ao “poder punitivo interno bruto” (Gomes, 2008). O imigrante é, não raras vezes, inserido neste contexto de inimigo e, como tal, encarado com toda a negatividade que aquele conceito encerra, sendo-lhe frequentemente vedadas oportunidades para uma inserção plena na sociedade em que se pretende estabelecer; ele constitui uma entidade externa ao grupo coeso de uma

país e trabalhar noutro; passar temporadas académicas ou profissionais no estrangeiro; fazer turismo em destinos remotos.

9. O número crescente de pessoas que se encontra em circulação no mundo, para além dos (e incluindo os) migrantes, desencadeou um debate em torno da segurança nas fronteiras e das condições em que estes migrantes irão viver, para além do debate sobre melhores políticas de integração. As alterações na forma como os Estados são concebidos, como a adesão de alguns países Europeus a espaços únicos, de Segurança, Liberdade e Justiça – o espaço Schengen – também implicaram discutir-se a manutenção deste novo fenómeno que é a movimentação de pessoas. Para além disso, e segundo Cvajner / Sciortino (2009), as estimativas apontam para a existência de milhões de imigrantes irregulares que há muito tempo se resignaram à sobrevivência na Europa Ocidental e na América do Norte.

10. Nos EUA, os processos de securitização desempenham um papel determinante nas fronteiras, funcionando como verdadeiros *gatekeepers*, tendo-se

estendido à Europa, na sequência dos referidos atentados, onde surgiu a necessidade de “reforçar os controlos nas fronteiras externas” (*Council of the European Union*, 2001) e ainda de “exercer a máxima vigilância aquando da emissão de documentos de identificação e de autorizações de residência” (*Council of the European Union*, 2001).

11. São os anos 90 que testemunham a celebração do Tratado de Maastricht, a que se seguiu o Pacto Político de Tampere, na sequência da assinatura dos Acordos de Schengen, iniciados em 1985 pela França, Alemanha e Benelux. Na viragem do século e após as decisões tomadas através do Tratado de Amesterdão, a Europa assiste ainda, neste campo, à celebração do Tratado de Nice, em 2003, e seis anos depois ao Tratado de Lisboa, cujos pilares assentam, entre outros, na Justiça, com enfoque especial na política de segurança e de estrangeiros (que se vai repercutir depois no relevo dado aos órgãos de polícia criminal e à cooperação policial em matéria criminal).

12. A existência de um espaço de livre circulação de bens e pessoas, como aquele que resultou dos acordos

sociedade portadora de ligações pré-estabelecidas e que é obrigada a abrir um espaço para que ele possa criar laços de afetividade com os outros (Guia, 2012).

No que respeita à relação do imigrante com o mundo do crime, a perceção geral das populações, muitas vezes construída ou adensada através dos meios de comunicação social, tende a fazer crer que existe uma conexão entre o recém-chegado à sociedade de *acolhimento* e o *mundo cinzento* das atividades delinquentes. Esta conexão baseia-se no desconhecimento do outro, na intolerância para com os seus comportamentos e escolhas culturais e na proliferação de notícias alarmantes nos meios de comunicação social sobre casos de violência praticados pelo “estrangeiro -inimigo”, disseminando sentimentos antinómicos e de rejeição para com todos os que se inserem no grupo dos recém-chegados (Guia, 2010b).

Sob o espectro da criminalidade internacional e do terrorismo, com especial destaque para os acontecimentos de 11 de setembro de 2001, 11 de março de 2004¹⁷ e 7 de julho de 2005¹⁸, caracterizando-se com novos *modus operandi* de fenómenos criminais como a criminalidade itinerante, o tráfico de estupefacientes, de armas e de pessoas, o crime organizado tem exigido o reforço das fronteiras externas e a delimitação de regras especiais relativas a estrangeiros (nacionais de países terceiros). Surgiram também novas propostas que vieram acentuar o carácter federal da União Europeia, como a criação de uma polícia europeia, de postos consulares europeus e de um Procurador Europeu (Piçarra, 2006). O efeito perverso desta questão prende-se com o facto de os Estados se terem servido da eventualidade de um ataque terrorista para alterarem alguma da legislação penal que, de alguma forma, interfere com a intimidade das pessoas. No caso de serem identificados diferentes problemas, deveriam ser aplicadas diferentes medidas, como por exemplo para o terrorismo, para a criminalidade organizada e para a criminalidade violenta. Mas o que se passa efetivamente é um pouco diferente: muitos destes procedimentos, criados por ação preventiva das forças de segurança, estarão a ser usados na atualidade para situações diversas das que originariamente estiveram na base da sua criação, abarcando uma pluralidade de situações. Acontece, então, poder haver

controle exagerado e até alguma perseguição a grupos específicos de populações migrantes, a coberto da ação protetora dos Estados que se escudam na eventual ameaça terrorista que, desde os acontecimentos referidos, tem sido alvo de maior atenção dos responsáveis.

A imigração irregular constitui um elemento decisivo para a modelagem de políticas ‘crimigratórias’. A lei de imigração e a lei criminal apenas recentemente se começaram a entrecruzar nos EUA, originando a emergência do conceito de ‘crimigração’ (Stumpf, 2006). Mais: a realidade da imigração irregular relacionada com o crime é apresentada como um problema de segurança nacional que os Estados soberanos encaram como tendo necessidade de ser combatido através da regulação e do reforço do controlo nas fronteiras, que podem funcionar como canal facilitador da circulação ou como elemento de bloqueio à passagem (Mateus, 2010). É neste contexto que surge a perspectiva da securitização proposta pela Escola de Copenhaga, em que a existência de opções políticas impõe uma legitimação das mesmas através de um “ato discursivo” (Buzan et al., 1998: 26) que declara a existência de uma ameaça e que justifica a adoção de medidas extraordinárias de segurança para defender um determinado objeto de referência (seja ele um Estado, uma nação, uma religião). Independentemente da existência real dessa ameaça, é necessário que essa ideia seja aceite e reconhecida pelo público a quem a mensagem se destina (idem, 27), transformando-se numa ameaça “existencial”, mais do que num problema normal, que justifica a moldagem das fronteiras de acordo com escolhas políticas em relação àquilo que representa, ou não, uma ameaça nacional. Esta securitização cria condições de segurança no interior, garantindo a proteção em relação ao exterior (Biersteker, 2003: 153).

A lei de imigração e a lei criminal apenas recentemente se começaram a entrecruzar nos EUA, como já foi referido, originando a emergência da ‘crimigração’. Inicialmente, a lei de imigração apenas era usada para recusar a entrada no país de um determinado indivíduo que tivesse condenações no registo criminal. Nem a entrada ilegal no país, nem a própria condenação por crimes cometidos nos EUA resultavam em expulsão, desde que o indivíduo já se encontrasse dentro das fronteiras norte-americanas (Stum-

e da implementação das convenções de Schengen, onde qualquer indivíduo habilitado com um título/autorização válido (independentemente da sua nacionalidade) que lhe confere o mesmo direito do que o dos cidadãos originários dos Estados signatários, pode circular livremente, reuniu condições para a facilitação da prática de crimes transfronteiriços como o tráfico de seres humanos, o auxílio à imigração ilegal e outros conexos, resultantes, entre outros fatores, da exploração da condição de ilegalidade dos indivíduos. Mas se, por um lado, o espaço Schengen permite a livre circulação de bens e pessoas, facilitando a movimentação mais célere de trabalhadores, a informação e até a reunificação familiar, as apelidadas “superfronteiras da Schengenlândia” por Boaventura de Sousa Santos (2009) constituem, por outro lado, uma separação e um limite na acessibilidade a determinados direitos àqueles que não as conseguem transpor.

13. Ainda que na dissertação de doutoramento tenha apresentado um escalonamento com diferentes níveis e explicações, que aqui não refiro por limite de espaço.

14. No Tratado de Lisboa, sobretudo no capítulo 2, podem encontrar-se medidas específicas relativas à gestão das fronteiras dos migrantes e de questões inerentes a estas, inclusivamente os direitos previstos dos indivíduos não nacionais, tal como previsto no artigo 79º.

15. “Fronteiras internas: as fronteiras comuns terrestres com os Estados partes na Convenção de aplicação [do Acordo de Schengen, de 14 de junho de 1985, assinada em Schengen em 19 de junho de 1990, cfr. l. h) artº 3º da lei 29/2012, de 9 de Agosto], os aeroportos, no que diz respeito aos voos exclusiva e diretamente provenientes ou destinados aos territórios dos Estados partes na Convenção de Aplicação, bem como os portos marítimos, no que diz respeito às ligações regulares de navios que efetuam operações de transbordo exclusivamente provenientes ou destinadas a outros portos nos territórios dos Estados partes na Convenção de Aplicação, sem escala em portos fora destes territórios (Lei 29/12, de 09 de Agosto, artº 3º, alínea p).

16. Regresso: o retorno de nacionais de Estados terceiros ao país de origem ou de

pf, 2006). Em 1875, o Congresso aprovou a primeira lei federal de exclusão da imigração, mas até 1917 não existiam mecanismos que permitissem operacionalizar aquela sanção. Só a partir desse ano o Governo decidiu instituir as expulsões de imigrantes não condenados, em situação irregular nos EUA, na sequência da constatação de um grande aumento de entradas daqueles. Nessa altura, as expulsões dos não-nacionais condenados eram sobretudo por crimes de tráfico de droga, ofensas que incluíam armas e um conjunto de crimes englobados num grupo designado por ‘indignidade moral’¹⁹ (Stumpf, 2006). Apesar de tudo, até 1929, as violações à lei da imigração eram sobretudo de cariz civil. Foi então instituído nesse ano a entrada ilegal no país como delito, e a nova entrada no país, após ter sido detetada uma primeira entrada ilegal, como crime. No entanto, segundo Stumpf (2006), os membros da Comissão da Câmara para a Imigração e Naturalização²⁰ começaram a demonstrar alguma preocupação, um ano depois, relativamente à atuação da Polícia de Fronteiras²¹, a mais de 100km para o interior da fronteira, efetuando detenções sem mandados. Nos anos 80, o número de expulsões de estrangeiros condenados e/ou votados à exclusão tornava-se cada vez maior.

Atualmente, o papel do Gabinete de Imigração e de Fiscalização Aduaneira (ICE) e do Gabinete de Alfândega e Proteção das Fronteiras é quase indiferenciado dos organismos de aplicação da lei criminal. A própria alçada dos assuntos da imigração, que antes era do foro do Departamento do Comércio e do Trabalho, foi transferida para a Justiça e recentemente para a Segurança Interna; este facto ilustra bem esta alteração substancial (Stumpf, 2006).

Os conflitos originados entre o objetivo traçado pelos migrantes que procuram estabelecer-se e as regras inflexíveis que os Estados mais poderosos impuseram recentemente, permitiram que se instalasse a ‘crimigração’ a partir das regras dessas relações de entradas irregulares e a conseqüente expulsão para os países de origem. A ‘crimigração’ tem estado ao serviço da criminalização de comportamentos, podendo permitir a confusão entre as entradas/permanências ilegais/irregulares de imigrantes que acabam por ser facilmente confundidos com a prática efetiva de crimes, sob a égide de ataques terroristas; adensam-se os estigmas que dificultam a integração dos migrantes, ao cunhar no seu

imaginário as fronteiras como uma muralha a dificultar a transposição para um mundo de maior justiça e igualdade.

Bibliografia

Anderson, Bridget / **Ruhs**, Martin (2010), “Researching Illegality and Labour Migration”, *Population, Space and Place*, nº16, pp. 175-179.

Biersteker, Thomas J. (2003), “The Rebordering of North America? Implications for Conceptualizing Borders After September 11”, in Peter Andreas / Thomas Biersteker Thomas (ed.), *The Rebordering of North America*, London, Routledge, pp. 153-168.

Buzan, Barry et al. (1998), *Security: A New Framework For Analysis*, London, Lynne Rienner Publishers, Inc.

Cvajner, Martina / Sciortino, Giuseppe (s.d.), *A Tale of Networks and Policies: Prolegomena to an Analysis of Irregular Migration Careers and Their Developmental Paths*.

Gomes, Luiz. F. (2008), “Berlusconi, o inimigo e o direito penal do ‘muy amigo’”. Recuperado a 14 Junho 2009 em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11637>>.

Guia, Maria J. (2008), *Imigração e criminalidade: caleidoscópio de imigrantes reclusos*, Almedina.

-- (2010a), *Imigração e criminalidade violenta: mosaico da reclusão em Portugal*, INCM e SEF.

-- (2010b), “Imigração e crime violento: verdades e mitos”, in Comissão Organizadora do I Congresso Nacional de Segurança e Defesa (Ed.), *I Congresso Nacional de Segurança e Defesa*, Lisboa, AFCEA e Revista Segurança e Defesa.

Guia, Maria J. / Van der Woude, Maartje / Van der Leun, Joanne (ed.), (2012), *Social Control and Justice: Crimmigration in the Age of Fear*, Eleven Publishing, Leiden.

Kraler, Albert (2009), “Regularisation: A Misguided Option or Part and Parcel of a Comprehensive Policy Response to Irregular Migration?”, *IMISCOE Working Paper*. Recuperado a 2 Fevereiro 2011 em: <<http://www.imiscoe.org/publications/workingpapers/documents/WP24-regularisation-pdf>>.

Mateus, N. (2010), “As Fronteiras no seu Labirinto: Permitir ou Bloquear o Acesso - As Políticas de Securitização como Gatekeepers”, *O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/FEUC/FLUC*, 4. Recuperado a 20 de Dezembro de 2011 em <http://cabodostabalhos/ces.uc.pt/n4/ensaios.php>.

proveniência decorrente de uma decisão de afastamento ou ao abrigo de acordos de readmissão comunitários ou bilaterais ou de outras Convenções, ou ainda a outro país terceiro de opção do cidadão estrangeiro e no qual seja aceite (Lei 29/12, de 09 de Agosto, artº 3º, alínea u).

17. Data dos atentados terroristas nos comboios em Madrid.

18. Data dos atentados ao metro de Londres.

19. *Moral turpitude*, no texto original

20. *House Committee on Immigration and Naturalization*, no texto original.

21. *A Border Patrol*, no texto original, é, segundo Stumpf (2006: 20), composta por 450 homens, a maior parte deles criadores de gado, militares, caixeiros-viajantes, xerifes locais e xerifes federais. As suas funções prendem-se com vigilâncias, perseguição de estrangeiros suspeitos indocumentados, controlos e detenções.

Melià, Cancio / **Díez**, Gomes-Jara (Ed.) (2006), *Derecho Penal del Enemigo. El Discurso Penal de la Exclusión*, Tomo 2, pp. 93ss.

Piçarra, Nuno (2006), *Estudo para a Reforma do Modelo de Organização do Sistema de Segurança Interna - Relatório Preliminar*, Lisboa [5 de Junho de 2006]. Recuperado a 9 de Dezembro de 2013 em <http://www.ipri.pt/eventos/pdf/Estudo%20preliminar%20final.pdf>.

RCMI (2005), Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais. *As Migrações num Mundo Interligado: Novas Linhas de Acção*, Fundação Calouste Gulbenkian [Outubro].

Santos, Boaventura S. (2009), *La Globalización, los Estados-nación y el Campo Jurídico: de la diáspora jurídica a la ecúmene jurídica?. Sociología Jurídica Crítica. Para un nuevo sentido común en el derecho*, Madrid, Trotta, pp. 321-409.

Stumpf, Juliet (2006), “The Crimmigration Crisis: Immigrants, Crime & Sovereign Power”, *Lewis & Clark Law School*. Recuperado a 20 de Julho de 2010 de <http://www.wcl.american.edu/journal/lawrev/56/stumpf.pdf?rd=1>.

Zaffaroni, Eugénio (2006), *El enemigo en el derecho penal*, Bogotá, Ibañez.

Young, Jock (2002), *A Sociedade Excludente*, Rio de Janeiro. Revan.

Fronteiras de desigualdade e o controlo sem fronteiras

Diana Miranda

Com esta proposta espera-se explorar o conceito de fronteira numa dimensão global, refletindo sobre a metamorfose do controlo exercido ao nível fronteiriço. Sob a égide dos efeitos da globalização e consequentes inseguranças globais é necessária maior cooperação ao nível internacional, sendo que as ameaças sem fronteira necessitam de uma intervenção também ela sem fronteiras para assegurar a ‘securitização’ da fronteira. Esta associa-se a questões de (des)igualdade e (i)mobilidade, transformando-se numa membrana que permite a entrada de uns e não de outros. O controlo da fronteira ilustra o medo perante a insegurança associada a certas populações classificadas como perigosas e, nesta perspetiva, a fronteira funciona como uma barreira protetora de ameaças e mobilidades indesejáveis. Esta gestão da fronteira como se de um filtro se tratasse remete-nos ainda para a intensificação do controlo, da vigilância e da categorização dos indivíduos que por ela se tencionam movimentar. As minorias acabam por ser o principal alvo destas práticas de controlo, fruto de um mecanismo de distinção entre mobilidades boas e más, ou então como refere Bauman (2011), de distinção entre turistas e vagabundos. Há assim uma espécie de hierarquia onde, por um lado, temos a liberdade de movimento, privilégio, poder e sucesso e, por outro, imobilidade, privação e insucesso. A questão geográfica ou física deixa de bastar para definir onde está a fronteira. Há, acima de tudo, a criação de fronteiras normativas que filtram os indivíduos consoante as suas características, sendo o seu próprio corpo um lugar de manifestação de fronteiras.

A border is no longer simply a ‘wall’ around a nation-state territory, but rather a distributed network of myriad check-points, technologies and actors, which can be situated inside or outside a given state territory (Aas, 2007).

A fronteira como paradoxo: (i)mobilizar

Numa aparente realidade sem fronteiras, estas surgem como um paradoxo face à possibilidade das mobilidades serem permitidas ou impedidas. Apesar do mundo globalizado estar vulgarmente associado à ideia de liberdade de movimento, o que se averigua é todo um conjunto de limitações e restrições de mobilidade daqueles que são tidos como uma ameaça com vista à securitização da fronteira. A fantasia de um mundo sem fronteiras desmorona com as ameaças externas, muito em particular o terrorismo. De facto, apesar da importância da fronteira por questões de ordem económica e dos fluxos globais estarem frequentemente associados à imagem de um mundo sem fronteiras, surgem diferentes estratégias para lidar com estes fluxos fronteiriços que enfatizam o crescente controlo da mobilidade.

1 - As fronteiras sociais

Já nas sociedades feudais as fronteiras eram reguladas e controladas e tal sempre aconteceu. O que difere é o modo como os fluxos ao nível global são agora uma constante e como tal faz com que a fronteira entre o ‘dentro’ e o ‘fora’ fique turva e indefinida (Aas, 2008). As fronteiras não desaparecem mas ganham novos contornos. Tal como referiu Gary Marx (2005): “we see continuity in the progressive erosion of borders, but also in the creation of new borders” (p. 34).

O que se verifica é que as fronteiras fecham-se e abrem-se simultaneamente, erguendo-se barreiras que funcionam por osmose. Este regime de mobilidade remete-nos assim para mecanismos de ‘screening’ (Shamir, 2005) e para a necessidade de proteger as fronteiras dos diversos países delineando fronteiras sociais capazes de rastrear as populações. Isto foi especialmente salientado no seguimento do 11 de setembro e exemplo disso é o modo como a legislação relativa à imigração e detenção de suspeitos terroristas tem vindo a tornar-se cada vez mais rigorosa, evidenciando-se, por exemplo, a preocupação em identificar comportamentos suspeitos nos aeroportos.

Para ilustrar este rastreio refira-se o regulamento relativo ao estabelecimento de regras comuns no domínio da segurança da aviação civil criado pelo Parlamento Europeu em 2002. Neste consta a referência à segurança do aeroporto (através de “vigilância, rondas e outros controlos físicos”) e aos passageiros e bagagem de cabina, fazendo a alusão a “passageiros potencialmente causadores de distúrbios” e à necessidade de serem submetidos a medidas de segurança. Refira-se ainda o regulamento aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho (n.º 185/2010) que vem complementar as normas anteriormente definidas (n.º 2320/2002, n.º 300/2008 e n.º 272/2009) e estabelece de uma forma muito elaborada as medidas de execução específicas das normas de base comuns sobre a segurança da aviação. Relativamente aos passageiros e bagagem de cabina é abordado detalhadamente como deve ser feito o rastreio dos passageiros, e é inclusivamente referido que “a autoridade competente pode criar categorias de passageiros que, por razões objetivas, serão sujeitas a processos de rastreio especiais ou isentas de rastreio” (regulamento n.º 185/2010).

2 - Fronteiras de (des)igualdade

As oportunidades de mobilização no espaço diferem ao nível global (desde fatores económicos, geográficos, culturais ou até políticos) e as desigualdades geram diferentes pressões nas fronteiras. Nas palavras de Katja Franko Aas (2008), “we live in a world (...) that is borderless for some and full of fences for others, and where the language of freedom and opportunity goes hand in hand with pervasive structural inequality” (p. 13).

A mobilidade tem vindo assim a tornar-se um fenómeno estratificado, em que os indivíduos são classificados. Há países tidos como suspeitos, isto é, com o potencial de exportar ameaças para países mais privilegiados (Shamir, 2005), sendo que, definitivamente, a identificação de mobilidades suspeitas parece depender da identidade nacional (Weber and Bowling, 2008). Tal exemplifica-se pela ‘lista negra’ (uma lista que contém os países que necessitam de visto para entrar na União Europeia) já que esta passou de 70 para mais de 126 países entre 1985 e 1995 (Aas, 2007). A mobilidade de alguns é restrita ao seu território e teremos assim

‘países suspeitos’ (também tidos como “hyper-ghettoes” para Ronan Shamir (2005)), que detêm a pior classificação em termos de mobilidade devido, essencialmente, ao difícil acesso a recursos (dinheiro, informação, documentação).

O paradigma de suspeição (Shamir, 2005) afirma-se como uma grande força cultural em termos de regulação do movimento e o melhor exemplo de como esta membrana opera e classifica é o símbolo contemporâneo de mobilidade por excelência: o aeroporto. Aí residem estratégias de segurança e ‘screening’ de passageiros (Adey, 2004), como já vimos, que variam pelo facto de estes serem “elegíveis” para viajar, ou então “indesejáveis” e “perigosos” (Bianchi, 2006). Não só a etnia e a raça, mas também as categorias de classe e religião, assumem um papel na identificação das mobilidades suspeitas. As novas tecnologias que emergem permitem a seleção, exclusão e imobilização destes indivíduos.

3 - Controlo sem fronteiras

As alterações nas dinâmicas do controlo social e a constante procura por mais segurança (Zedner, 2009) nas sociedades marcadas pela mobilidade, remete-nos para o aumento das práticas de vigilância dirigidas aos corpos em movimento (Lyon, 2001 e 2003) que passam pela “identificação do diferente e do perigoso de modo a excluir” (Hudson, 1997, p. 466). As técnicas de vigilância procuram capturar a essência do movimento e, consequentemente, a vigilância tem-se tornado mais móvel e tem-se afirmado cada vez mais enquanto modo de monitorizar os movimentos dos indivíduos e identificar as mobilidades suspeitas.

Já desde os anos 90 que os países têm vindo a intensificar os controlos nas fronteiras, recorrendo cada vez mais não só a novas tecnologias de vigilância (cartões de identificação nacional, passaportes e vistos com dados biométricos, entre outros), mas também a tecnologias militares para defesa das fronteiras. Exemplo disso é o SIS (Schengen Information System) na Europa ou então o programa US-VISIT. A ameaça (em particular a do terrorismo e do crime organizado) tem levado a que as jurisdições locais tenham vindo a adoptar agendas de controlo internacionais (Findlay, 2008) e vemos a formação de alianças supranacionais de

segurança, sendo exemplo disso Schengen, Europol e Nato; tal como vemos também, por exemplo, a criação de uma agência de controlo de fronteira europeia (Frontex).

Contudo, tal como já foi referido, o 11 de setembro é um marco no que respeita à introdução de novas tecnologias de vigilância e de novos esquemas de classificação. David Lyon (2001 e 2003) é uma referência fundamental no que respeita aos sistemas de vigilância montados e reforçados em resposta a estes eventos. Se já antes disso os governos e as empresas se interessavam por determinados sistemas de vigilância (por exemplo, no aeroporto Schiphol de Amsterdão ou mesmo no Heathrow de Londres o reconhecimento da íris era já algo planeado), o que acontece com estes atentados terroristas é que passa a haver apoio “racional” e até público para a implementação desses sistemas. Nos EUA, por exemplo, foi desenvolvido um sistema *counter-terrorism* denominado CAPPs (Computer Assisted Passenger Pre-Screening), uma forma de *profiling* que visa corresponder indivíduos suspeitos ao risco provável de cometerem atos terroristas, podendo estes “suspeitos” ser sujeitos a interrogatórios ou ter a sua bagagem mais vigiada (Adey, 2004).

3.1 - As tecnologias de vigilância e as mobilidades suspeitas

As tecnologias de vigilância reforçam a diferença, sendo os passageiros indesejáveis distinguidos dos privilegiados. A mobilidade tem vindo assim a tornar-se um fenómeno estratificado (Aas, 2008; Bauman, 2011), onde os indivíduos são classificados segundo aquilo que David Lyon (2003) chama de ‘social sorting’. Para identificar e vigiar as mobilidades suspeitas emergem novas tecnologias direcionadas aos indivíduos situados em categorias sociais de suspeito. O já mencionado *paradigma de suspeição* (Shamir, 2005) remete-nos precisamente para o controlo da mobilidade dos sujeitos situados nessas categorias, recorrendo a tecnologias ‘social screening’. Dito de outra forma, trata-se de uma percepção de personalidades universalmente perigosas, que leva a que os indivíduos em mobilidade sejam classificados consoante a ameaça e risco que representam pelo recurso a esse tipo de tecnologias. A tecnologia aliada ao *profiling* (um conjunto de práticas direcionadas à identidade tendo como objetivo

prever comportamentos e regular a mobilidade pela categorização dos indivíduos) gera a ideia de *biosocial profiling*, uma tecnologia de intervenção social que categoriza os indivíduos como suspeitos (Shamir, 2005).

The global mobility regime is predicated, first, on the classification of individuals and groups according to principles of perceived threats and risks, and second, on an emergent technology of intervention that provides the technical/ statistical means for creating elaborate forms of such social distinctions. (Shamir, 2005, p. 200)

Ao entrar nos EUA, por exemplo, os indivíduos são desde logo sujeitos a *face-scanning* e ao levantamento de impressões digitais ao abrigo do programa US-VISIT. A população-alvo de suspeitas é verificada e examinada de um modo “especial” através da vigilância, sendo que estas categorias pré-construídas são especialmente relativas a minorias, e em particular a etnia (Lyon, 2001), tal como já foi referido.

Trata-se de uma espécie de *profiling* étnico, e exemplo disso é que opera inicialmente tendo por base a recolha sistemática de informação demográfica, étnica e socioeconómica, e depois na recolha de informação relativa ao corpo individual (cor de pele, características faciais, impressões digitais e DNA) (Shamir, 2005). Estas estratégias são associadas a um poder classificatório onde o corpo surge cada vez mais como um objeto de vigilância e como sendo capaz de gerar identificação e classificação. De facto:

Mechanisms of control have evolved with changing technologies; where vagabonds were once whipped, branded and carted back to their home parish, they are now intercepted, documented biometrically, detained, deported and monitored electronically. (Weber and Bowling, 2008, p. 371)

A importância do desenvolvimento de novas tecnologias biométricas e sua aplicação nestas práticas de vigilância tem vindo a ser destacada (Maghiros et al. 2005). O indicador biométrico diz respeito às características físicas ou biológicas que podem ser medidas e usadas na identificação automatizada. Neste sentido, o corpo é destacado pelo facto de fornecer informações e

assume-se como um lugar de manifestação de fronteiras na categorização e gestão da mobilidade. A esse respeito destacam-se os “smart ID cards”, cartões de identificação electrónicos com *chips* inseridos que contêm dados biométricos (Lyon, 2008). Tal como refere Louise Amoore (2006):

The biometric border is the portable border par excellence, carried by mobile bodies at the very same time as it is deployed to divide bodies at international boundaries, airports, railway stations, on subways or city streets, in the office or the neighbourhood. (p. 338)

Focando novamente o caso do aeroporto, mais recentemente começaram a ser usados scanners corporais com vista a melhorar o controlo na aviação pela obtenção de imagens detalhadas do corpo. Esta nova tecnologia tem provocado alguma controvérsia já que pode representar uma invasão à privacidade e à dignidade humana pelo facto das imagens corporais revelarem detalhes anatómicos privados (Tugas, 2013). Além das normas referidas anteriormente a propósito do controlo nos aeroportos, surge em 2011 nova regulamentação por parte da Comissão Europeia que menciona o uso destes scanners nos aeroportos europeus especificando as condições do seu uso (n.º 1141/2011 e 1147/2011).

Segundo alguns autores, nomeadamente Gary Marx (2003) e David Lyon (2004), apesar da constante procura por soluções eficazes, nunca se conseguirá alcançar a eficácia. Ficaremos apenas pela ilusão ou promessa de eficácia e, simultaneamente, falácia da tecnologia? Bruce Schneier (2010) refere-se às medidas adoptadas como “security-theater measures”. Sendo então tais medidas encaradas como um teatro de segurança, serão estas estratégias eficazes ou farão apenas parte da paranóia em alcançar a tão desejada segurança? A vigilância e as novas ferramentas tecnológicas suscitam questões complexas quando se aborda a fronteira, a cidadania e o controlo em sociedades democráticas. O uso massivo de tecnologias de informação é uma dessas questões, já que nos remete para a possibilidade de partilha de dados pessoais sem qualquer tipo de fronteira. Outra questão é a invasão da privacidade e de outros direitos fundamentais dos cidadãos. É, assim, necessário refletir e questionar estes

procedimentos face ao seu impacto na segurança ao nível global e a sua ponderação face aos direitos dos cidadãos. Servirá este “clima de terror” como uma “oportunidade conveniente” para a intensificação do controlo e da vigilância mesmo quando a segurança pode não ser garantida? Surgem assim novos perigos na fronteira aos quais devemos permanecer vigilantes. Tal como refere Gary T. Marx (2005):

Developments in communications and surveillance create new forms and destroy, re-arrange and alter some of the physical, geographical, spatial, juridical and temporal borders that have traditionally defined and protected the integrity of individuals and groups (p. 34).

Considerações finais

O regime de mobilidade é de facto uma importante característica da globalização e os movimentos dos indivíduos ao nível global trazem consigo importantes implicações para as noções de pertença cultural e cidadania (Aas, 2008). Os movimentos globais dos cidadãos criam novos desafios de controlo, sendo que surgem crescentes restrições de movimento, apesar de haver toda uma percepção de abertura e fluidez social. Temos assim a ideia de uma mobilidade ilimitada e de um mundo sem fronteiras de braço dado com a ideia de proteção de fronteiras e interdição de certas mobilidades.

Os indivíduos em mobilidade são classificados consoante a ameaça e risco que representam e tal ilustra a diferença que as tecnologias de vigilância permitem e como elas próprias criam fronteiras sociais, pela distinção de passageiros indesejáveis e privilegiados. Há uma associação entre restrição de movimento, classificação social e exclusão devido aos processos que procuram conter as pessoas ditas indesejadas e os movimentos dentro e entre fronteiras para melhor gerir o risco num regime global de mobilidade. Estamos então perante um regime de mobilidade ele próprio criador de fronteiras pela procura de ameaças através dos dispositivos tecnológicos. A fronteira assume a função de uma ‘membrana’ (Aas, 2007 e 2008) que filtra os que podem e os que não podem passar. A fronteira é eminentemente social e, como

tal, a questão geográfica ou física deixa de bastar para definir onde está a fronteira. Esta parece estar um pouco por todo o lado.

Bibliografia

Aas, Katja Franko (2007), “Analysing a world in motion: global flows meet ‘Criminology of the Other’”, *Theoretical Criminology*, 11(2), pp. 283-303.

Aas, Katja Franko (2008), *Globalization & Crime*, Londres: Sage.

Adey, Peter (2004), “Secured and sorted mobilities: examples from the airport”, *Surveillance and Society*, 1(4), pp. 500-519.

Amoore, Louise (2006), “Biometric borders: Governing mobilities in the war on terror”, *Political Geography*, 25, pp. 336-351.

Bauman, Zygmunt (2011), *Globalization: the human consequences*, Cambridge, UK: Polity Press.

Bianchi, Raoul (2006), “Tourism and the globalisation of fear: Analysing the politics of risk and (in)security in global travel”, *Tourism and Hospitality Research*, 7(1), pp. 64 - 74.

Findlay, Mark (2008), *Governing through globalised crime*, Cullompton: Willan.

Hudson, Barbara (1997), “Social Control”, in: Mike Maguire, Rod Morgan, Robert Reiner (Ed.), *The Oxford Handbook of Criminology*. Oxford: Clarendon Press.

Lyon, David (2001), *Surveillance Society: Monitoring Everyday Life*, Maidenhead: Open University Press.

Lyon, David (2003), *Surveillance after September 11*, Malden, MA: Polity Press in association with Blackwell Publishing.

Lyon, David (2004), “Technology vs. Terrorism”, in: S. Graham (Ed), *Cities, War and Terrorism*. Oxford UK e Malden: Blackwell.

Lyon, David (2008), “Cartões de identificação nacionais: controlo do crime, cidadania e classificação social”, in Catarina Fróis (Ed.), *A sociedade vigilante - ensaios sobre identificação, vigilância e privacidade*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Maghiros, Ioannis, et al. (2005), *Biometrics at the Frontiers: Assessing the Impact on Society. Study for the European Parliament Committee on Citizens' Freedoms and Rights, Justice and Home Affairs (LIBE)*, IPTS, Sevilha.

- Marx**, Gary T. (2003), “Some information age techno-fallacies”, *Journal of contingencies and crisis management*, 11(1), pp. 25-31.
- Marx**, Gary T. (2005), “Some Conceptual Issues in the Study of Borders and Surveillance”, in E. Zureik e M. Salter (eds). *Who and what goes there? Global Policing and Surveillance*. Portland: Willan, pp. 11-35.
- Regulamento** (CE) N.º 2320/2002, de 16 de Dezembro.
- Regulamento** (CE) N.º 300/2008, de 11 de Março.
- Regulamento** (CE) N.º 272/2009, de 2 de Abril.
- Regulamento** (UE) N.º 185/2010, de 4 de Março.
- Schneier**, Bruce (2010), “Why the TSA can’t back down”, *The Atlantic*, 2 de Dezembro, Online: <http://www.schneier.com/essay-333.html>, consultado a 16/10/2013.
- Shamir**, Ronen (2005), “Without borders? Notes on globalization as a mobility regime”, *Sociological Theory*, 23(2), pp. 197-217.
- Tugas**, Joan (2013), “Privacy and Body Scanners at EU Airports”, *Novática - Privacy and new technologies*, pp. 49-54.
- Weber**, Leanne; Bowling, Benjamin (2008), “Valiant beggars and global vagabonds: select, eject, immobilize”, *Theoretical Criminology*, 12, pp. 355-375.
- Zedner**, Lucia (2009), *Security*, Abingdon: Routledge.

II. Economia de Fronteira

Sérgio Ferreira e Xerardo Pereira

Nesta sessão, o grupo de trabalho foi desafiado a perspetivar o conceito de fronteira segunda a ótica das ciências sociais e humanas. Assim, procurou-se explorar a íntima relação entre território de fronteira, entendido como espaço dotado de características próprias, e agentes sociais nele presentes, contribuindo para a sua dinâmica e transformação social.

Ao explorarem a economia de fronteira, centraram-se em aspetos distintos, com pressupostos oriundos da sociologia e da antropologia, recorrendo a exemplos práticos a partir de estudos centrados na língua e cultura mirandesas (Sérgio Ferreira) e da potencialidade do turismo em regiões de fronteira (Xerardo Pereira). No processo de construção social da fronteira, destacou-se a permeabilidade e plasticidade dos movimentos transfronteiriços, superando as tradicionais definições de fronteira marcadas pela rigidez e formalidade jurídico-legal. Ficou demonstrado que a organização política e administrativa, especificamente em zonas de fronteira, não se sobrepõe inteiramente à organização social dos grupos e indivíduos que procuram desenvolver estratégias de cooperação económica (indubitavelmente assimétricas). Para além disso, concluiu-se que este é um espaço pautado por fortes constrangimentos produtivos e por baixos níveis de dinamismo económico. As línguas minoritárias e todo o manancial cultural e patrimonial que as contextualiza, quer no espaço português, quer no espaço espanhol, permite-nos re-equacionar o conceito de turismo de fronteira. Finalmente, ressaltou-se a transversalidade deste tema a outros como a multiculturalidade, cooperação transnacional, a par dos processos de reinvenção dos espaços fronteiriços (reinvenção dos próprios modos de vida rurais) através da patrimonialização e turistificação que advém do aproveitamento e maximização das potencialidades dos locais e das gentes que neles ainda habitam.

Fronteira, língua e cultura – para uma economia das trocas fronteiriças

Sérgio Ferreira

Introdução

Cambedo (Chaves), 27 de Maio de 1955

Estranha, esta vida fronteiriça, fim da respiração de uma pátria e princípio de respiração de outra! Tudo parece ao mesmo tempo esfumar-se e renascer: os solos, as casas e os moradores. Estes últimos, sobretudo. Ambíguos na fala, na raça e nos costumes, presentes e fugidios, lembram-me pássaros que tivessem licença de voar com uma asa apenas, e utilizassem clandestinamente as duas. Carenciados de espaço concreto, mesmo parados é como se caminhassem no espaço concreto possível. O habitante do centro do país é dono de todos os horizontes que o envolvem. Mas ao raiano falta-lhe um lado do ambiente. O gume arbitrário do destino roubou-lhe um segmento à fome redonda de movimentação. É só no contrabando teimoso da própria alma, na furtiva negação dos limites, consegue ter o mundo dos outros - o mundo aberto que lhe sugere a imagem sem extremas do firmamento. Proibido de olhar o ilícito, não lhe apetece o lícito. E todo ele é uma renúncia e uma ânsia, um desespero e uma esperança - chama que se apaga à luz do sol e se reacende na escuridão.

Miguel Torga (1983: 184-185)

O espaço ibérico é, por excelência, um território de fronteira(s). As lutas no seu interior são secularmente reconhecidas e desenvolveram-se através dos tempos num sentido de permanentes reconfigurações que colocam em jogo espaços, agentes sociais e, na sua interpenetração, jogos de poder e negociação.

Curiosamente, o espaço ibérico partilhado em zonas de fronteira, especificamente a área de contacto entre Portugal e Espanha, revela uma regularidade significativa pois são espaços remotos, pautados pelo desinteresse ou afastamento do poder central (das capitais do poder político), com uma densidade populacional que traduz o esvaziamento e/ou rarefação dos contingentes humanos

presentes na maior parte desta linha de fronteira (podemos retirar deste quadro depressivo a zona do Minho). Estes territórios de fronteira assumem-se atual e genericamente como espaços duplamente deprimidos (pelo esvaziamento populacional e pelo envelhecimento galopante) e economicamente periféricos. Assim, a noção de fronteira que aqui estaremos a explorar conceptual e empiricamente será amplamente determinada pelas condições sociais associadas a um espaço de fronteira multidimensionalmente periférico¹. A fronteira, ressalve-se, reúne as condições privilegiadas para colocar frente-a-frente o indivíduo e o Estado, pois ao mesmo tempo que se tornam importantes as relações sociais locais, também sobre estas recai a figura tutelar do Estado através dos seus bastiões locais que demarcam a questão nacional no espaço local (Donnan/Wilson, 1999: 13). Acresce, desde logo, que o correlato de periferia será a aparente evidência do fenómeno de isolamento. José Cutileiro redige em 1971 um prefácio na obra de Peristiany (1988) onde assinala que as comunidades mediterrânicas são singulares e não são espaços isolados, mesmo os mais remotos, e adianta algumas justificações que nos interessam, mesmo que pronunciadas num contexto da investigação antropológica. Atente-se à sua oportuna reflexão de forma a compreendermos a interação entre espaço, experiência e poder em zonas periféricas.

Mesmo as mais remotas dentre elas [comunidades mediterrânicas] não se podem considerar «isoladas». Falam uma língua que não lhes é exclusiva, a sua religião é Islâmica ou Católica (Romana ou Ortodoxa), os seus sistemas de família e parentesco são casos particulares de sistemas mais vastos. O seu sistema legal e jurídico é o do Estado moderno a que pertencem e a sua economia depende da deste. O governo central nomeia-lhes magistrados, cobra-lhes impostos e leva-lhes jovens para a tropa. Há comunidades que conservam características que não se encontram no resto da sociedade: dialectos particulares ou, por exemplo, formas de comunitarismo agro-pastoril. Mas tais aspectos, importantes para a linguística e a sociologia comparadas, são raros e, portanto, pouco ilustrativos da sociedade mais larga que essas comunidades pertencem (Peristiany, 1988 [1965]: xi).

1. Atente-se ao importante estudo de Simões et al. (1996) sobre a realidade de fronteira em Trás-os-Montes.

2. Esta investigação foi financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (ref.º SFRH/BD/72547/2010), apoio concedido através de verbas do POPH/QREN - Tipologia 4.1 - Formação Avançada, compartilhado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do Ministério da Educação e Ciência.”

O contexto que oferece origem a esta breve reflexão em torno do conceito de fronteira surge no âmbito da investigação desenvolvida no Curso de Doutoramento em Sociologia - Desigualdades, Cultura e Território, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto². Nesta investigação, procurou-se apostar numa abordagem sociológica que reinterpretasse a língua e cultura mirandesas, oferecendo uma visão crítica sobre os modos de produção, difusão e utilização de uma língua outrora popular, rural e transmitida oralmente durante séculos que conviveu de perto com uma realidade de fronteira.

Deste modo, no ano de 1999, quebrou-se a fronteira do monolinguismo português. O alargamento da língua oficial portuguesa para a integração da língua mirandesa foi a superação de um mito. A sua oficialização tornou visível uma nova fronteira linguística colocada aos portugueses. Aprovada a Lei n.º 07/99, de 29 de janeiro, enquadrando legalmente e legitimando a existência da língua mirandesa, alterara-se também a fronteira da própria identidade mirandesa/portuguesa, solucionado o multissecular “problema ideológico-político” (Ferreira, 2002: 65) que se centrava no falso monolinguismo, tão presente no horizonte identitário português. Subitamente, aos olhos da generalidade dos portugueses, a fronteira surgiu como realidade visível e de interesse especial, pois “localizava” um espaço falante do mirandês que as comunidades da raia ainda preservavam. Um vasto património (i)material, (in)visível e (trans)fronteiriço parece ser a história fundamental dos mirandeses e parte integrante da cultura portuguesa. Sendo de origem asturo-leonesa (Alves, 2008), o mirandês surgiu no contexto de uma realidade tensa entre fronteiras físicas (redefinidas até tardiamente entre autoridades régias e eclesiásticas portuguesas e espanholas), mas também entre relações de força entre línguas nacionais que se propunham cimentar as primeiras.

Seria de todo estranho que, no mapa das línguas europeias, Portugal permanecesse orgulhosamente monolingue, elemento reforçado pela sua antiguidade de possuir apenas uma língua no interior do seu território desde tempos imemoriais. Certamente que este cenário não seria possível, muito menos no contexto da Península Ibérica, com tantas variações linguísticas quantas regiões e povos diversos que nela habitaram. Aceitando a existência

de várias línguas no espaço ibérico, esta riqueza linguística não se encontra num vazio de poder e de estatuto, uma vez que as trocas linguísticas estarão sempre sujeitas às lógicas de um mercado linguístico. Isto introduz um conjunto de sanções e censuras próprias de um espaço desigual, em que a definição de fronteiras se constrói também com a força impositora das línguas oficiais e legítimas, relegando os restantes produtos linguísticos para a subalternidade ou para a submissão face à língua dominante do Estado.

Um mercado linguístico unificado, será afirmar também um país unificado, permite a vigência e um modo de expressão que se destaca face aos demais. Este mercado protege uma língua legítima tida como única, classificando e hierarquizando os outros modos de expressão, como os dialetos (com origens diferenciadas por classes sociais, regiões ou grupos minoritários e etnias). Esta avaliação diferencial impõe um processo conexo de integração e exclusão social, uma vez que a integração na “comunidade linguística” é a integração instituída pelo Estado, reproduzida politicamente por instituições dotadas de legitimidade e de reconhecimento universal da “língua dominante” (Bourdieu, 1998: 25). Esta integração impõe a génese e condição para a “instauração de relações de domínio linguístico”, nos termos de Bourdieu. Assim, língua e fronteira são elementos correlacionados com a consolidação dos espaços nacionais.

Fronteira(s) dos paradigmas sociológicos - dupla observação

A teoria sociológica não tem concedido ao tema da fronteira uma atenção privilegiada e assim a lacuna na sua conceptualização torna-se evidente. No entanto, apesar da aparente ausência de um interesse claro na definição sociológica de fronteira, afigura-se possível e interessante abordá-la segundo diferentes paradigmas sociológicos. Desta forma, consideramos desde logo oportuno, e de óbvia riqueza interdisciplinar, que o tema seja inicialmente vertido em duas sociologias distintas que, num largo período do século passado, qual travessia de antagonismos, nos ofereceram uma gradação entre uma sociologia mais rígida (“hard sociology”), de filiação organicista e estruturo-funcionalista, e uma sociologia mais suave (o contraponto “soft sociology”), próxima das correntes interacionistas e construtivistas.

As próximas considerações foram inspiradas num artigo de Seweryn e Smagacz (2006: 18-19) que, ao pretenderem relacionar as fronteiras com a identidade, recorreram à inspiração sociológica para fundamentar a necessidade de reinventar as fronteiras europeias nas suas dimensões territoriais e simbólicas. Este esforço é meritório, visto que é desenvolvido claramente no sentido de superar a definição formal ineficaz e antiquada das fronteiras físicas bem delimitadas e estanques.

Observemos que o primeiro paradigma (de matriz estruturo-funcionalista) afirma uma visão sistémica, holística e organicista, ambiente típico da macrossociologia, sendo que a segunda representa o nível microsociológico por excelência, privilegiando os indivíduos, as (inter)ações e as lutas simbólicas por estes travadas. Por outro lado, os tempos e os espaços sociais sofrem uma clara distinção: no primeiro, os dados estatísticos aliados aos métodos quantitativos fornecem-nos uma imagem a partir do exterior e sobrevoando estaticamente a realidade estudada. Já a segunda abordagem permite uma visão de permanente mudança e negociação de sentido, onde as ações dependem e são construídas através das orientações individuais e grupais, fundadas nas experiências (inter)subjetivas dos indivíduos. Adicionalmente, podemos observar uma oposição pertinente entre uma abordagem mais consensualista e de manutenção da ordem social (tão aprimorada nas correntes funcionalistas) e uma visão mais conflitualista e dinâmica reportada à capacidade de reflexão, luta e transformação da realidade desencadeada pelos sujeitos nos diferentes contextos de (inter)ação. A rigidez e a fluidez podem ser assim contempladas neste espectro paradigmático com óbvias consequências sobre a produção de conhecimento sobre a realidade de fronteira.

A nossa intenção é demonstrar de forma propedêutica que o primeiro paradigma oferece uma leitura da fronteira segundo uma definição mais conservadora, evidenciando dimensões como a análise de totalidades sociais (países, estados-nação, regiões, grupos étnicos), a análise geográfica e territorial propriamente dita e a análise histórica, segundo as quais a fronteira se define assim através das suas linhas visíveis, na conjugação frequente das fronteiras naturais (rios, montanhas) com as fronteiras artificiais

(mapa político-administrativo). As suas análises contemplam com frequência as dimensões relativas à estrutura económica e política, cenário pouco propenso à audição ou observação do papel social dos indivíduos.

Num outro sentido, o segundo paradigma permite uma abordagem diferente da realidade de fronteira dado que a leitura que providencia se centra nos sujeitos, na sua capacidade reflexiva e na sua ação prática. O dinamismo e transformação sociais ganham evidência num plano interno que agrega dimensões psicossociais e simbólicas potenciando a análise qualitativa. A fronteira pode ser, desta forma, considerada não-territorial (visto que integra e religa a comunidade num território social, cultural e simbólico), histórica (relacionada com as trajetórias individuais e coletivas e as histórias de vida dos sujeitos que experimentaram a situação de fronteira) e simbólica (uma vez que vigora também uma economia de trocas simbólicas - e linguísticas - como expressão das lutas no interior da região/campo).

A consequência a destacar desta matriz subjetivista é podermos integrar nas nossas análises a invisibilidade das fronteiras, pois somos obrigados a (re)considerar a própria experiência dos indivíduos face à realidade apresentada, as dimensões simbólicas, culturais e identitárias (perceção e representação do “eu/nós” face ao “outros”). Surge assim o caso mirandês, entre outros possíveis, em que a própria língua se torna numa variável “soft”, tal como as tradições locais, os fluxos de pessoas, a troca de bens e serviços, as trocas económicas e simbólicas que marcam presença nas situações de fronteira e, no presente caso, situados em espaços rurais remotos ou periféricos.

Convém ressaltar, a título transversal, que segundo Giddens (1996: 164), devemos sempre considerar que os paradigmas se entrecruzam e a fluidez das suas fronteiras implica que “devemos colocar como ponto de partida que todos os paradigmas (leia-se “jogos de linguagem”, etc.) são mediados por outros”. Assim, tal como a unidade interna dos paradigmas é permanentemente testada pela fragilidade das suas fronteiras, também as fronteiras estão sujeitas a leituras diferentes segundo os próprios paradigmas a que recorramos.

Fronteira e periferia(s) - a construção da dupla (di)visão

A fronteira impõe (di)visões significativas e coloca no centro da sua análise as próprias estruturas sociais, ao mesmo tempo que constatamos que os sujeitos (re)configuram permanentemente as referidas estruturas. Assim, a tradução da realidade de fronteira segundo a lógica dual/assimétrica de centro/periferia, por um lado, e a lógica identitária portuguesas versus espanhóis, por outro lado, impõe uma duplicidade de posições no espaço local que afeta as estruturas cognitivas (estruturas mentais e formas simbólicas) dos sujeitos, configura práticas e representações sociais, é incorporada pelos sujeitos por aprendizagem social e assim condiciona a ação, a percepção e a avaliação dos mundos sociais em contacto.

O conhecimento prático do mundo social da fronteira abre espaço para esquemas classificadores (as tais estruturas mentais e formas simbólicas) operados pelos sujeitos e que se reportam às estruturas fundamentais da uma sociedade. Desta forma, a fronteira como realidade produtora de um mundo de sentido comum opera também princípios de divisão, de diferenças, de duas ou mais realidades, uma no interior dos indivíduos e outra no seu exterior, uma realidade materializada ao mesmo tempo que incorporada na abstração da mente humana e assim imaterializada e plasmada nas relações sociais. O caso mirandês apresenta um quadro existencial e representacional que, perante a condição de fronteira, se pautou pela construção de modos de vida que exploraram amplamente as possibilidades de (sobre)vivência nos dois lados da fronteira.

Consequentemente, a fronteira apresenta-se para os sujeitos como uma realidade presente e marcante nos seus modos de vida e no conjunto de práticas sociais e estratégias de relacionamento com a realidade local. No caso português, particularmente no estudo da realidade mirandesa, as fronteiras terrestres são denominadas de raia (seca ou molhada, quando delimitadas por um rio) e são representativas de regiões marcadas pela periferia, ou, segundo classificação da União Europeia, zonas agrícolas remotas de fraco desenvolvimento económico. É de salientar que a fronteira portuguesa com Espanha é marcada por padrões de

forte envelhecimento, desertificação, isolamento, fraco desempenho económico e rarefação da ocupação humana, sendo destino semelhante o das regiões fronteiriças espanholas em contacto com Portugal. A fuga ou a complementaridade, ambas consumadas através das migrações e trajetórias laborais permanentes, são marcadores genéticos da cultura e diáspora mirandesas na procura de melhores condições de vida. A língua materna (mirandês) cedo constituiu um fator de vergonha social e de imobilidade social face ao português que se assumiu como a língua do sucesso consolidada pela expansão do sistema escolar na década de 60 do século passado. O sua revitalização somente viria a ser possível com o seu reconhecimento jurídico.

A fronteira cria uma (di)visão de dois mundos que se interpenetram ao mesmo tempo que se distanciam. A aproximação e o distanciamento constituem variáveis-chave para compreendermos a dialética presente nos espaços de fronteira e no aproveitamento constante e estratégico desenvolvido pelos sujeitos que conhecem e incorporaram nos seus “habitus” a história social e económica da divisão social operada pela linha que une e que separa as duas margens da sociedade de fronteira.³

Num território caracterizado pela escassez de recursos, os agentes sociais exploraram historicamente as possibilidades da fronteira num sentido de ganhos económicos, culturais e simbólicos. A título de exemplo, o “passador” (ou o emigrante) foi sempre uma figura de mediação entre duas realidades imaginadas ou criadas para funções específicas no contexto dos modos de vida da raia. Consequentemente, “atravessar” uma fronteira poderia significar um destino incerto (no caso das primeiras vagas de emigração “a salto”) ou um destino planeado (no caso das migrações pendulares para a realização de trabalhos agrícolas sazonais nos latifúndios das regiões de Zamora ou Salamanca) ou na avassaladora vaga emigratória para a Europa iniciada em 1960.

Ao longo dos séculos, este constante atravessar de fronteiras converteu-se na partilha de um espaço cultural que superou as barreiras físicas pré-existentes ou as barreiras sociais e políticas impostas por decreto. Desta forma, a língua, a música, as danças,

3. O conceito de “habitus” é definido inicialmente por Bourdieu na sua obra “Esquisse d’une théorie de la pratique – précédé de trois études de d’ethnologie kabyle” de 1972, na qual se destaca o seguinte: “As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem “habitus”, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente reguladas e regulares sem ser o produto da obediência a regras objetivamente adotadas ao seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente”. (Bourdieu, 1972 in Casanova, 1995:63).

os objetos e artefactos de lazer ou de trabalho e as atividades económicas desenvolvidas foram sempre objeto de “contaminações” de ordem económica, social, cultural e simbólica, sendo exemplos que refutam qualquer tese isolacionista ou autárquica dos espaços rurais remotos e das próprias fronteiras naturais ou impostas. A transgressão ou a criminalização dos movimentos humanos, típicos das realidades fronteiriças, são reflexo de contradições impostas pela sociedade que, através de sanções, regulam, polarizam e antagonizam o elemento humano presente nesses espaços. Assim, lícito e ilícito acompanham de perto a (di)visão da fronteira.

A fronteira foi por excelência o ponto de partida para a construção de trajetórias sócio-históricas dos portugueses, e dos mirandeses em particular, ao enquadrar migrações sazonais (próximas do espaço de residência e da fronteira) desde os séculos XII até à atualidade; migrações pendulares (mais longínquas, mas noutras regiões do território espanhol) incluindo os séculos XIX e XX; migrações de longa duração (emigração via Brasil e mais tarde França, Alemanha e resto da Europa) nos finais do século XIX e no século XX (principalmente nos anos 60) e as migrações intranacionais (litoral português e grandes cidades), desde o início do século XX. Estas vagas migratórias representam a íntima relação entre uma fronteira física, as condições sociais a esta associadas e a sua superação através dos projetos e trajetórias transfronteiras operados pelos indivíduos e coletividades.

Fronteira e o mito do isolamento

A dupla condição de fronteira dos espaços rurais remotos revela-se na direta proporção do seu afastamento face aos grandes centros nacionais (neste caso, face a Lisboa e às grandes cidades do litoral) e na sua relação oposta ao lado político-administrativo da realidade e jurisdição espanholas.

Por outro lado, na periferia, sente-se com menor expressão o peso do aparelho político administrativo, sendo o Estado paradoxalmente presente e ausente que alimenta simultaneamente a ocorrência de significativas manifestações de transgressão e a fuga para o “outro lado” da fronteira. O exemplo histórico da “cultura

do contrabando” foi assim parte integrante e constituinte das comunidades da raia ao mesmo tempo que falsifica a tese do isolamento do território.

A constante dificuldade no povoamento da fronteira na fase de consolidação dos espaços nacionais revela bem a sua condição remota e a exposição a constantes guerras e (re)conquistas. O déficit de acessibilidade era também o seu mais importante traço estrutural. No entanto, as rotas e os itinerários antigos alimentaram até meados dos anos 50 do século XX a vitalidade necessária para o contínuo intercâmbio e contacto cultural e económico destas comunidades da raia. A língua e as suas diferentes expressões culturais, bem como as histórias de vida dos mirandeses, provam a fluidez de fronteiras físicas, simbólicas, reais ou imaginadas.

Paradoxalmente, os mirandeses relativizaram a sua situação de periferia. Convém afirmar que, na ausência de uma referência de centro, este a-centrismo da cultura mirandesa permitiu-lhes uma autorreferenciação importante, seja no espaço aldeão, seja no espaço local. Por outro lado, mesmo que por necessidade e cooperação compulsivas (comunidade de interesses nos termos weberianos), os mirandeses reviram-se sempre na existência do “outro”, elemento heterorreferenciado que se completa económica, social e culturalmente com o primeiro. Na realidade, o forte fechamento e modelo de autossubsistência dos mirandeses fora, desde sempre, um mito. A cultura local e a cultura de fronteira são sempre uma cultura híbrida, translocal, regional e permeável, sendo lógico que uma cultura de fronteira se alimente dos fluxos constantes que a atravessam por necessidade, por impulso material (subsistência económica) e por utopia (criação/projeção de futuros alternativos). A identidade mirandesa é, assim, expressão de uma identidade de fronteira, paradoxalmente centrípeta e centrífuga.

A incapacidade das elites dirigentes locais de imporem uma determinada forma de dominação alargada, apesar de serem impositoras de uma cultura emitida a partir de um determinado centro de poder (eclesiástico, régio, ou atualmente estatal), permitiu às populações locais um descentramento cultural produtor de um espaço de criação cultural (e linguística) próprio. Este espaço

deve a sua existência a um mapa cognitivo mais vasto que acompanha as raízes locais e as migrações dos seus próprios elementos. A comunidade de fronteira não é assim somente território; é um espaço não isolado, é um território mais amplo em que a fronteira é paradoxalmente uma linha de (re)ligação com outras dimensões da realidade. Como Boaventura de Sousa Santos afirma:

O facto de o Estado português não ter desempenhado cabalmente nenhuma das duas funções - diferenciação face ao exterior e homogeneização interna - teve um impacto decisivo na cultura dos portugueses, o qual consistiu em as espácio-temporalidades culturais local e transnacional terem sido sempre mais fortes de que a espácio-temporalidade nacional. (Santos, 1994:47)

Fronteira e práticas sociais - bilateralidade e hibridismo

Decorre das lógicas anteriormente expostas que, apesar da situação pré-determinada de espaço exclusivo de um determinado país, a circulação de pessoas, bens e serviços nunca respeitou os limites jurisdicionais impostos artificial e normativamente. As estratégias historicamente datadas de controlo dos espaços e fluxos fronteiriços revelam a importância que práticas, como o contrabando diversificado, quer de gado e de bens de consumo - como vinho e alimentos -, quer de volfrâmio (em tempo de guerra), tiveram para as populações locais: uma função essencialmente de compensação financeira face aos parques recursos económicos retirados de uma agricultura de subsistência. A pluriatividade dos camponeses não se poderia dirigir para a indústria, já que essa era/é quase inexistente no território, mas consolidava-se nas atividades económicas lícitas e ilícitas disponíveis e concretizáveis na região. Os modelos de trocas económicas reinventados em territórios de fraco dinamismo económico provam a capacidade empreendedora das populações de fronteira que procuram retirar o máximo de benefícios com o mínimo de recursos, nas atividades agrícolas, no comércio e nas relações sociais que reproduzem.

A miríade de feiras regionais dos dois lados da fronteira, concomitantes com as romarias e celebrações religiosas tão comuns nesta região, são exemplos dignos e significativos da ampla região

bilateral que comunga de visíveis traços culturais permeados e assimilados nos interstícios dos espaços aldeãos transfronteiriços.

Este espaço de confluência económica, social e cultural contradiz qualquer tese de espaços remotos e periféricos num certo sentido, pois sendo espaços privilegiados para os conflitos, foram também espaços de permanente negociação e construção de acordos com ganhos para ambos os lados. Se, por um lado, se sente a presença do poder central nas instituições sociais dominantes e nos aparelhos estatais presentes em zonas de fronteira (no caso mirandês, representado pela cidade de Miranda do Douro), por outro lado, fora do seu alcance (no caso das aldeias mais afastadas do centro urbano), permanecem formas de lutas e relações de força entre agentes sociais que pretendem disputar posições dominantes no interior da região, recorrendo aos recursos localmente disponíveis e mobilizáveis.

Neste sentido, Santos (1994: 50) afirma que a “riqueza está, acima de tudo, na disponibilidade multicultural da zona fronteiriça”. As ligações seculares entre as terras de Miranda e as de Zamora, Aliste e Sayago, que fraquejam a partir do século XVIII, reforçam esta tese. Se a fronteira geográfica isolou até muito tarde o nordeste transmontano do resto do país, o rio Douro e a morfologia local estabeleceram condições para uma proximidade virada para o lado da fronteira política de Leão e Castela. As redes viárias existentes (estradas, caminhos antigos, rios e vias romanas) são um património local bem conhecido e transmitido intergeracionalmente durante séculos. Na evolução das cidades de fronteira, faz-se sentir também este hibridismo cultural refletido na sua arquitetura e renovadas funcionalidades transfronteiriças (no caso da cidade de Miranda, a sua especialização foi e é atualmente o pequeno comércio vocacionado para o poder de compra dos espanhóis).

É, igualmente, sabido que as terras de fronteira, consolidadas ora por marcadores naturais, ora por bastiões edificadas por obra humana (o caso muito marcante do projeto hidrográfico do rio Douro - as barragens), significaram espaços de tensões constantes até aos momentos históricos de estabilização. A conflitualidade de fronteira é um fenómeno também singular marcado por adaptações

e negociações que atestam secularmente relações assimétricas mas, ao mesmo tempo, complementares. Ao subverter e regular as relações sociais e económicas, a fronteira abre espaço para a construção de pontes e formas de cooperação que são muitas vezes estrategicamente mobilizadas pelos agentes sociais.

Fronteira e línguas minoritárias

Num estudo mais recente sobre a realidade mirandesa, desenvolvido pela sociolinguista Aurélia Merlan (2009: 454-464), a língua mirandesa caracteriza-se como sendo uma língua minoritária, sem Estado, confinada ao espaço de uma comunidade de baixa densidade e representação populacional. Esta língua está mais presente no concelho de Miranda do Douro e nalgumas aldeias do concelho de Vimioso, com cerca de 5000 falantes efetivos, avaliados com boa ou muito boa competência linguística. A língua mirandesa foi transmitida até meados do século XX de forma oral. Minoritária e minorizada, esta língua era usada na sua maioria pelo campesinato português residente nesta região de fronteira (com pouca ou nenhuma instrução), e, devido às características anteriormente apresentadas, exposta ao perigo de gradual erosão e declínio no contexto da crescente escolarização das gerações mais jovens.

Neste sentido, as línguas de fronteira, como o caso mirandês, concorreram com as línguas de prestígio, oficiais e dominantes. Como língua do campesinato, da ruralidade portuguesa mais profunda, resistiu até aos nossos dias lutando no seu interior (e no exterior, reconhecemos) pela sua defesa face às sucessivas crises de reprodução. A sua salvação e recuperação, na ausência da salvação dos seus modos de vida e de produção, residiram na força da lei que oficializou o uso legítimo e autorizado, a mesma que impõe fronteiras ao comportamento e aos movimentos dos sujeitos.

A hibridade linguística parece ser uma constante na raia, fruto de um multilinguismo interno e externo: interno, numa diglossia, estável durante vários séculos (mirandês/português) e instabilizada a partir dos anos 50 com a crescente abertura dos espaços rurais (Champagne, 2002); e externo, no plano dos mercados linguísticos

distintos em contacto (português/castelhano). Afigura-se curioso verificar que, na zona de influência linguística do ramo asturo-leonês, também os espanhóis do outro lado da raia sofreram de semelhante diglossia entre as variantes de fronteira asturo-leonesas e a crescente imposição da língua castelhana oficial e dominante.

De acordo com Santos (1994: 49):

A zona fronteira é uma zona híbrida, babélica, onde os contactos se pulverizam e se ordenam segundo micro-hierarquias pouco suscetíveis de globalização. Em tal zona, são imensas as possibilidades de identificação e de criação cultural, todas igualmente superficiais e igualmente subvertíveis (...)

Assim, a língua minoritária em contacto (acrescido do elemento fronteira) revela uma plasticidade única dos seus portadores que, na sua especialização laboral e nos seus modos de vida, pesam e avaliam o valor dos bens linguísticos, consoante os diferentes mercados linguísticos onde se integram. Na fronteira, estes mercados entram em contacto e concorrência e os agentes sociais reconhecem e utilizam diferentemente este valioso recurso de comunicação e de expressão de mundos tão semelhantes e tão diferentemente expressados. A língua é a metáfora explicativa ideal para compreendermos a fluidez dos fenómenos de fronteira, pois ao mesmo tempo que retrata a competição e relação assimétrica da fronteira (relações de força e de forte divisão social) permite também compreender as formas de cooperação negociadas e as heranças culturais comuns que partilham.

O epíteto popular atribuído à fala mirandesa - “fala atrabessada” - imposto do exterior e incorporada pelos próprios mirandeses, é reflexo do permanente convívio e contaminação linguística que ocorre até aos nossos dias (Cahen, 2009: 43). A frutífera osmose social e linguística representa uma língua dinâmica (a mirandesa, no caso em estudo) que atravessa fronteiras e dialoga com abertura invulgar, importando vocábulos, mundivisões e utopias; ela evolui e reproduz-se, noutros tempos em crise, presentemente em revitalização. Hagège (2009: 5) sustenta que: “*Languages are the conduit for life, not only because they provide access to the social plan, but also because they themselves are the manifestation of life.*”

A cultura linguística de fronteira é assim um fenómeno social total. Esta cultura linguística surge assim como um conceito que amplifica conceptual e analiticamente o conceito de língua.

Tal como Feytor Pinto (2010) exemplarmente destacou, a cultura linguística é multidimensional, num sentido em que se assume primeiramente na sua função cognitiva (língua como instrumento simplificado de organização e sistematização do conhecimento que assim, atua como matriz de leitura e interpretação das experiências de cada indivíduo), sendo esta(s) matriz(es) fruto de uma organização em estruturas coerentes e duradouras. De igual forma, integram outras características como os atributos ou associações com determinados objetos/realidades, e podem fundamentar-se na observação direta, em inferências ou na auto-ridade de outrem. Noutro quadrante, a função da língua destaca-se ao mesmo tempo como “expressiva subjetiva”, pois é garantia de um espaço de “avaliação emotiva”, permitida através da liberdade de sentimentos positivos ou negativos acerca de um dado objeto/realidade (língua como expressão de personalidade e identidade do sujeito). A “função social” de uma cultura linguística é a dualidade da sua capacitação, ou seja, ao permitir a partilha de matrizes tendencialmente uniformes de interpretação do real (geradas coletivamente), implica a influência do grupo sobre cada sujeito, ao mesmo tempo que caracteriza o próprio grupo. Por outro lado, uma “função conativa” pode ser igualmente identificada pois a cultura linguística gera predisposições (tendências ou intenções perante os objetos/realidade) que podem determinar certos comportamentos explícitos dos sujeitos. (Feytor Pinto, 2010:18)

O dinamismo e transformação das fronteiras (espaço-tempo)

A fronteira deve ser lida sempre como um território que evolui no tempo. O tempo da história e do percurso é, na atualidade, outro, o tempo demora menos tempo a percorrer, mas o espaço subsiste, porém alterando-se também na sua perceção e apropriação. As distâncias são as mesmas, mas o tempo para as percorrer é outro, comprimido nas vias de comunicação materiais e imateriais, das “vias rápidas” às “autoestradas da informação e comunicação”. As fronteiras do espaço e do tempo antes rígidas são fluídas

na modernidade Mas é ainda no espaço que se mantêm as diferenças, apesar da sua transformação e alteração da sua percepção, é nele que ainda (e sempre) se evidenciam as diferenças. Assim, espaço-região é também dual, efeito de poder e de consciência, construído segundo as possibilidades materiais e cognitivas, da natureza e dos sujeitos, ou seja, a reprodução social (de mobilidade e imobilidade consoante os casos) concretiza-se no e pelo espaço.

Desta forma, a tendência para a eliminação do tempo (homologia curiosa sentida na construção do espaço físico quer através das autoestradas nos lugares mais remotos, que alteram drástica e violentamente a paisagem, quer na sub-terrena e oculta instalação dos cabos de fibra ótica, que transportam mundos novos para as aldeias mais remotas) não provoca o desaparecimento do espaço, apenas o (re)liga de outra forma.

O tempo de percurso é outro, o lugar é o mesmo. No entanto, as transformações ocorridas no devir da historicidade do tempo e na ocupação/construção do espaço revertem em pensamentos novos, em percepções renovadas que mudam identidades e projetos, mudam assim também os espaços das diferenças sociais. O passado não consegue exprimir uma realidade futura, já que sendo descontínuo na velocidade perde progressivamente raízes no espaço mental dos sujeitos. A língua e a cultura mirandesas, perante a alteração da fronteira espaço-tempo, têm conseguido reinventar e defender a sua riqueza, explorando as novas fronteiras disponibilizadas pela internet e pela legitimidade do poder da escrita (a oficialização e a normalização são fatores decisivos). A lei dos direitos linguísticos do mirandês (1999) e a normalização da sua escrita (por meio do acordo ortográfico - 1995/1999 -, gramática e dicionários) constituíram-se como melhor defesa e fator de revitalização, superando assim a sua fase de introspeção e fragilidade típicas de uma língua minoritária eminentemente oral e não oficial.

Consequentemente, a abertura do espaço físico é também abertura da consciência; a articulação entre local e translocal implica entender a reprodução das relações sociais no exterior da fronteira do lugar. As novas atividades e as novas fronteiras alteram os

processos produtivos tradicionais, transformando os comportamentos e valores, modificando a língua e os seus portadores, alterando campos semânticos que assentavam nos campos físicos da existência. É certo que o quotidiano se transformou, o espaço-tempo também, a identidade alterou-se e o devir encontra-se plasmado nas aldeias transfiguradas e nos percursos dos seus habitantes. As fronteiras redefinem-se.

O espaço de fronteira surge, assim, também associado à identidade de fronteira, pois oferece-lhe uma referência presente e consolidada, apoio simbólico sentido na memória da comunidade, proporciona suporte físico para registar, enunciar e narrar a sua história na pedra, na rua, na aldeia ou na cidade. As histórias surgem como narração do próprio “espaço-tempo”, simultaneamente posse dos sujeitos e propriedade física dos lugares.

Fronteira e identidade(s)

No cruzamento da experiência dos sujeitos, segundo o seu posicionamento na estrutura social (as fronteiras sociais também são significativas), integrando a sua dimensão ontológica, podemos afirmar que existe o espaço de construção da identidade pessoal, intimamente relacionada com a identidade coletiva. É importante que este processo seja explorado, se relacionado diretamente com a dimensão de efeitos de dominação nas relações sociais. A construção de identidades tida como um espaço de afirmação e de defesa, é igualmente um elemento de liberdade, de reflexividade, de criatividade social que escapa (provisoriamente) ao próprio processo das classes dominantes que impõem e “constroem” os discursos e imagens das classes dominadas, reforçando assim o efeito global de marginalização, de silenciamento e de enviesamento do mundo social que enquadra identidades locais estigmatizadas (relegadas para a invisibilidade social). O caso mirandês não escapou durante largo período do século XX a esta invisibilidade.

Se desejarmos escapar ao “efeito das estruturas”, atenuando o seu peso na análise social, somos obrigados a reabilitar o sujeito como construtor de realidades através da sua invejável capacidade de simbolização do real e de processos de significação

fundados na sua experiência. Assim, na fronteira das estruturas sociais, os sujeitos refletem e atuam transformando as primeiras. Os mirandeses foram determinantes na mobilização de recursos para a recuperação e defesa dos seus direitos linguísticos.

Qualquer comunidade como espaço de produção de cultura não parece existir sem a enunciação de nomes, topónimos, sem a língua que partilha, sem produzir sentidos que incorporam distinções essenciais como o Eu perante os Outros, ou o Nós perante Eles. O conhecimento que produzimos para nós é uma construção dual, processo de autorreferenciação que nunca está dissociado dos Outros, visto que permite, em última instância, que os outros também (nos) conheçam.

Este processo de construção da identidade é, desta forma, fonte de significação sempre ancorado numa dada realidade cultural, isto é, a identidade surge intimamente associada a “atributos culturais interrelacionados” (Castells: 2003, 2). Para os atores sociais, a identidade sofre uma múltipla referenciação (geradora de identidades múltiplas) que implica uma constante luta entre autorrepresentações e a própria ação concreta. Significa esta noção que parte da identidade se confunde com os papéis sociais (elemento central e relacionado com o conceito de produção/trabalho) que estabelecem a íntima lógica entre o poder normativo das instituições e organizações da sociedade e o conjunto de comportamentos esperados dos indivíduos, segundo a diversidade de contextos da ação social. Assim, a par da identidade, joga-se a “amortização das tensões sociais” entre representação, vontade e identidade: representação porque referenciamos as nossas ideias face à própria sociedade; vontade porque adequamos as nossas necessidades e desejos ao “jogo do possível” enquadrado nas instituições; identidade porque, possuindo uma significação pessoal, estas são individuais e autoconstruídas, oferecendo espaço à autodeterminação, a uma espécie de reserva de significação mais afastada dos próprios papéis sociais.

A construção de identidades serve-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparelhos de poder e revelações de cunho religioso. No entanto,

todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedade que reorganizam o seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados na sua estrutura social, bem como na sua visão de tempo/espço. (Castells: 2003, 4)

O conteúdo simbólico das identidades (que implica conhecermos quem as produz e com que finalidade) revela uma função social essencial ao permitir que um dado significado dessa identidade possa servir quer para a identificação social, quer para a exclusão. A construção das identidades é um processo que também coloca em evidência formas de poder que se gerem por negociações, acordos e lutas que produzem um eco ou ressonância na identidade como plasma dos significados da realidade social.

De forma a retirarmos as devidas consequências das noções expostas anteriormente, vejamos a proposta de Castells para diferenciar a origem e forma de diferentes tipos de identidade, não esquecendo que esta tem implícito um processo de “agrupamento de significado”.

A identidade pode assumir a forma de “identidade legitimadora” quando é produzida pelas instituições que visam essencialmente reproduzir a sua dominação através de racionalização e expansão das suas bases de domínio sobre os sujeitos. Em Portugal, esta tendência é evidente no nacionalismo introduzido pelo Estado Novo e que ideologicamente vigorou durante quase 50 anos, determinante para analisarmos a “fase da identidade da vergonha” dos mirandeses.

Num outro quadrante, podemos identificar a “identidade de resistência” que emerge como produção e construção de identidades perante condições sociais marcadas pela desvalorização e estigmatização. O efeito de dominação (material e simbólico) pode originar nos grupos sociais desfavorecidos a criação de espaços de resistência identitária e sobrevivência de elementos que têm por base princípios (significados) diferentes (ou opostos) dos que vigoram na sociedade e nas suas instituições. Esta identidade de resistência e sobrevivência é fundamental para compreendermos o fenómeno de bilinguismo (e trilinguismo) secular, relação linguística desigual e alvo de estigmatização

no uso e reprodução restrita de uma língua minoritária face à língua oficial portuguesa.

Finalmente, um terceiro tipo denominado “identidade de projeto” emerge de uma ação dos sujeitos que recorrem a um dado suporte cultural (conjunto de elementos culturais pertinentes) para a construção de uma nova identidade (ou reconstruída). Esta identidade de projeto permite um reposicionamento social na sociedade, com efeitos e mudanças das estruturas sociais. Em parte, a situação cultural e linguística do mirandês, na sua fase pós-oficialização, encontra-se numa fase de reabilitação, legitimação e revalorização que pode traduzir-se, pelo menos em algumas situações, numa transição da identidade “difusa” de resistência para a identidade “concreta” de projeto assente numa língua reconhecida e protegida.

A evolução e fronteira das identidades demonstra claramente a sua intrínseca natureza dinâmica, produto da ação dos sujeitos em função das estruturas sociais e das instituições dominantes. Porém, nenhuma identidade pode ser uma essência, no sentido de conter limites precisos, nenhuma identidade se encontra fora de qualquer contexto sócio-histórico. Resulta do anteriormente exposto que as identidades construídas pelos sujeitos transpõem e superam frequentemente as fronteiras físicas e simbólicas.

Conclusão

Nestes breves apontamentos sobre o tema Fronteira, pudemos verificar que a economia das trocas fronteiriças pode ser analisada através de uma vertente estrutural que consolida e impõe lógicas distintas, formais e relações assimétricas mais endurecidas, a par de uma vertente mais fluida, atemporal e não territorializada que traduz as inerentes características da fronteira: dinâmica, simbólica, permanentemente (re)construída, translocal e dialética.

Da plural semântica à reducionista materialização da fronteira, esta estará sempre incorporada na cognição humana, seja por necessidade funcional, seja por segurança ontológica, seja por necessidade afetiva e/ou manifesta necessidade de (re)ligação com o “outro” próximo/distante.

Deve-se reinterpretar o conceito de fronteira, considerando-a como um fenômeno social total, uma vez que é sempre fruto de uma construção social dos sujeitos. A fronteira é um conceito evolutivo e dinâmico, pois evolui ao mesmo tempo que se transformam as condições sociais e históricas pela ação dos indivíduos e dos grupos sociais que se apropriam e projetam num dado território. Assim, a fronteira encerra em si relações de força entre grupos concorrentes e/ou complementares, relações assimétricas que são estrategicamente produzidas no interior das práticas e atividades dos indivíduos. A fronteira ao separar também aproxima, na língua e na cultura; a fronteira é sempre um espaço multicultural e multilinguístico.

Neste sentido, Hagège (2009: 5) afirma que “almas sem limites e sem fronteiras, as línguas são reflexos do infinito”, reforçando a independência das línguas face a determinismos geofísicos ou limites políticos e administrativos.

A fronteira é dotada de plasticidade, pois na tensão entre centro e periferia, entre formalidade e informalidade, são criados espaços de liberdade e atuação dos indivíduos que definem trajetórias no interior e no exterior das fronteiras existentes (ou das próprias condições sociais). A situação de fronteira (re)configura também uma relação intersubjetiva (personalidade e cultura), projeta relações do foro económico por excelência (trocas e rotas de produtos), edifica e estabelece uma realidade estratificada e hierarquizada (posições sociais diferenciadas), ao mesmo tempo que assegura um refúgio e proteção.

Em suma, fronteira é sempre é um espaço dual (dualidade entre estrutura e indivíduo), uma transição graduada de forma latente ou manifesta, implicando uma vertente identitária permanentemente negociada. A fronteira é, assim, uma realidade híbrida e geradora de oportunidades e desafios para aqueles que nela habitam.

Bibliografia

Alves, António Bárbo (2008), “La lhéngua mirandesa: ancruzelhadas i caminos del último secló”, in José R. Morala Rodríguez (ed.) (2008), *Ramón Menéndez*

Pidal y El dialecto leonés (1906-2006), Instituto de la Lengua Castellano y Leonés, Colección Beltenebros, pp. 295-323.

Bourdieu, Pierre (1972), *Esquisse d'une théorie de la pratique, Précédé de Trois études d'ethnologie kabyle*, Genève, Droz.

Bourdieu, Pierre (1998), *O que falar quer dizer*, Lisboa, Difel.

Cahen, Michel (2009), *Le Portugal Bilingue. Histoire et droits politiques d'une minorité linguistique: la communauté mirandaise*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes.

Casanova, José Luís (1995), "A Teoria da Prática - uma prática menos teorizada?", *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º 17, pp. 61-73, Lisboa, CIES - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (disponível em linha em <http://sociologiapp.iscte.pt/pdfs/23/227.pdf> - acedido em 27-01-2014).

Castells, Manuel (2003), Vol. II: *O poder da identidade*, tradução de Alexandra Lemos e Rita Espanha, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Champagne, Patrick (2002), *L'héritage refusé - La crise de la reproduction sociale de la paysannerie française 1950-2000*, Paris, Éditions du Seuil.

Donnan, Hastings/ Wilson, Thomas M. (1999), *Borders: Frontiers of Identity, Nation and State*, Oxford, Berg (Oxford International Publishers, Ltd).

Ferreira, Amadeu (2002), "Statuto Jurídico de la Lhéngua Mirandesa", in *V Simpósio Anternacional de lhéguas ouropeias i legislaçones*. Anclabes lhengüísticos na Ouniun Ouropeia, Barcelona, CIEMEN - Centre Internacional Escarré per a les Minories Ètniques i les Nacions, pp. 65-86.

Giddens, Anthony (1996), *Novas regras do método sociológico*, Lisboa, Gradiva.

Hagége, Claude (2009), *On the death and life of languages*, New Haven/London, Yale University/Odile Jacob.

Merlan, Aurélia. (2009), *El mirandés. Situación sociolingüística de una lengua minoritaria en la zona fronteriza portugués-española*, Oviéu, Academia de la Llingua Asturiana.

Peristiany, J. G. (1988), *Honra e Vergonha*, trad. José Cutileiro, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Pinto, Paulo Feytor (2010), *O Essencial sobre Política da Língua*, Lisboa, INCM -Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Santos, Boaventura de Sousa (1994), "Modernidade, Identidade e a Cultura de Fronteira", *Tempo Social*, 5:1-2, pp. 31-52, São Paulo, USP. (Disponível em linha em <http://www.flch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edico>

es/v0512/Modernidade.pdf - acedido a 20-08-2013).

Sewerin, Olga / Smagacz, Marta (2006), “Frontiers and Identity: Approaches and Inspirations in Sociology”, in Lud’a Klusáková e Steven G. Ellis (ed.), *Frontiers and Identity: exploring the research area* (Thematic Work Group), Pisa, Edizione Plus - Pisa University Press, pp. 17-25.

Simões, José Manuel, Portela, José e Cepeda, Francisco (Coords.) (1996), *A região fronteira de Trás-os-Montes. Diagnóstico e estratégia de desenvolvimento*, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques.

Torga, Miguel (1983), *Diário VII*, Coimbra, Coimbra Editora.

As Fronteiras e o Turismo

Xerardo Pereiro

Introdução

Abordo neste pequeno ensaio uma conceptualização da fronteira na sua relação com o turismo e desde uma visão disciplinar antropológica e espacialmente ibérica. Começamos com uma reflexão concetual sobre a noção de fronteira para logo ilustrar o que significa e representa a fronteira luso-espanhola ou melhor as fronteiras ou “raias”, na sua diversidade, entre Portugal e Espanha. Finalmente, este breve ensaio esboça a ideia como o turismo é um elemento importante de redefinição das fronteiras em geral e da fronteira luso-espanhola e luso-galega em particular.

O conceito de fronteira

A partir dos anos 1990, a eclosão dos estudos de fronteira experimentaram uma mudança teórica e metodológica (Donan / Wilson, 2001; Houtum *et al.*, 2005; Pereiro *et al.*, 2008; Godinho *et al.*, 2009; Wastl-Walter, 2011; Popescu, 2012) motivada pelas mudanças políticas e económicas mundiais: a redefinição da União Europeia, a queda do comunismo, os atentados do 11 de setembro de 2001 e a intensificação do processo de globalização.

Do ponto de vista teórico, de uma perspetiva clássica funcionalista da geopolítica das fronteiras que apenas descrevia a linha entre o dentro e o fora (imaginado como diferente e desigual), passou-se a assumir um conjunto de modelos construtivistas e compreensivos. Esses modelos teóricos permitiram olhar a fronteira a partir da sua constante definição e redefinição enquanto instrumento de afirmação das identificações (estratégicas, ambíguas e polissémicas). Isto foi transversal a todas as ciências sociais, e as fronteiras deixaram de ser pensadas só em termos de linhas administrativas e práticas institucionais macropolíticas. Em vez disso, o foco de atenção centrou-se nos processos sociais, políticos e culturais da reconstrução das fronteiras e das diferentes visões do mundo e do outro (alteridade) que entraram em jogo nos cenários locais, regionais, nacionais, estatais e internacionais.

Paradoxalmente, e em função das diferentes escalas de observação, os estudos de fronteiras aumentaram em contextos como o europeu, nos quais se começou a definir o desaparecimento das fronteiras internas para reforço e reafirmação de outras fronteiras, as consideradas “exteriores”. Assim, a ênfase construtivista colocou um desafio metodológico importante aos estudos de fronteiras na Europa, o qual foi respondido no sentido de abordar as diferentes escalas, do local ao global, de uma forma multidimensional que integrasse as políticas, representações, discursos e práticas sociais dos agentes sociais implicados nelas.

E neste quadro dos estudos de fronteira, o conceito de fronteira apresenta-se como uma noção polissémica e poliédrica. Enquanto criação humana, podemos afirmar que é uma das elaborações mais controversas, não só pelas suas diferentes perspetivas, mas também pelas suas implicações e os seus efeitos nas vidas das pessoas e dos grupos humanos. Num sentido antropológico alargado que problematize os sentidos e significados do conceito, a fronteira é um limite construído socialmente que marca um espaço não apenas geográfico mas também cultural, social, político e económico. Portanto, a fronteira é um tipo de limite simbólico que se materializa segundo diversas expressões. Enquanto limite político-jurídico e administrativo entre países e territórios, alguns autores sugerem que as fronteiras são as cicatrizes da história ou também de como elas são resultado de um “bordering process” (Sidaway, 2002), assumindo a sua plasticidade e a sua estratigrafia complexa.

Porém, afirmar a fronteira como um tipo de limite social e simbólico implica ir mais além da ideia de fronteira como linha físico-jurídica ou político-administrativa, e também mais além da ideia de fronteira que segmenta espaços geográficos, algo muito visível na cartografia política que representa o mapa geopolítico mundial. Este sentido político-administrativo é abordado por meio do conceito de “frontier”, mas a fronteira pode ser abordada numa visão mais alargada como “boundary” ou “border”, isto é, como limite simbólico, social e também mental que vai mais além da alfândega e as suas barreiras. Neste segundo sentido, a fronteira converte-se num modo de dar sentido ao nosso mundo e o dos outros. E enquanto investigadores, penso que não devemos

reificar a fronteira, antes pelo contrário, devemos questionar, compreender e desconstruir a ideia de fronteira para não cair em preconceitos, estereótipos, essencialismos e reificações.

O conceito de fronteira é um dos conceitos mais trabalhados pela história, a geografia e a politologia, mas também pela antropologia. Já o antropólogo Frederik Barth (1969) no seu trabalho clássico *Os grupos étnicos e as suas fronteiras*, estabeleceu a tese de que a etnicidade era mais do que um traço, um atributo, uma característica comum ou um conteúdo cultural específico, e a fronteira era uma forma de organização social das diferenças étnicas fabricadas socialmente entre grupos. A fronteira, aparece nesta perspectiva como um mecanismo de afirmação e construção social dessas diferenças. A fronteira é, assim, um tipo de limite social, uma construção ou invenção social limiar mas também ambígua. Isto é, a fronteira atua como uma barreira, mas também como uma ponte e um lugar de passagem, e é desta forma um elemento maleável e poroso sobre a qual se projetam diferentes percepções, narrações e práticas sociais.

Como afirmamos, a antropologia entende a fronteira como limite simbólico e social, como um instrumento para construir divisões sociais, classificar e segmentar grupos de pertença. Nesta visão, e enquanto limite, os seres humanos levantamos e apagamos fronteiras, umas para dividir e outras para unir, interiormente, e juntar-se com os outros. Esses limites são eminentemente sociais e culturais, e tem força e eficácia simbólica e política na definição e delimitação de grupos humanos e pessoas a adscrever a um determinado grupo. E como todo limite este costuma ser ambíguo. É esta ambiguidade que caracteriza toda fronteira, que se debate entre barreira, canal e ponte, e que como espaço poroso chega a criar identidades híbridas (García Canclini, 1997) e melhor dito mestiças, produto do intercâmbio e do empréstimo intercultural de traços apropriados.

Ao longo da história a fronteira não teve sempre o mesmo significado. De significar um limite mais alargado, a fronteira converteu-se, no século XIX, num instrumento do estado-nação burguês na afirmação das identidades nacionais. Os estados territoriais e as fronteiras internacionais são fenômenos

relativamente recentes na história, associados à ideia de soberania territorial, e a fronteira é um mecanismo de legitimação e representação do monopólio no exercício de poder sobre um território. Enquanto processo, a fronteira obedece a um constructo ideológico e material que delimita espaços, tempos e pessoas, não sem conflitos, contestações e resistências. Mas, entendida enquanto limite social e simbólico, a fronteira é algo mais do que um limite estatal que administra e controla as mobilidades. Ela simboliza e visibiliza o poder do estado nas margens criando culturas de fronteira (Amante, 2009a; 2009b; 2010) específicas e particulares. Do mesmo modo, enquanto limite simbólico, social e mental, a fronteira mostra os significados das relações entre nós e os outros e como elas são classificadas e delimitadas.

A fronteira luso-espanhola

Se nos centramos no caso europeu, a construção da União Europeia significou a aplicação da ideia de uma “Europa sem fronteiras”, que de uma forma lenta, tem-se concretizado na quebra de muitas fronteiras físicas e administrativas para a mobilidade dos cidadãos e dos capitais. Mas muitas “fronteiras simbólico-mentais” ainda perduram na cabeça das pessoas. Do mesmo modo que algumas fronteiras caem, outras levantam-se, inventam-se, reinventam-se ou reforçam-se.

Se descendemos ainda mais a nossa mirada ao das relações transfronteiriças entre Portugal e Espanha estas não são uma novidade. A fronteira luso-espanhola, longe de representar a “fronteira mais antiga de Europa” como tantas vezes é falado de uma forma mítica e ideológica sem o rigor académico necessário, é uma fronteira que se foi fazendo a custa de conflitos, encontros, desencontros e negociações que de uma forma mais clara se concretizou no *Tratado de Limites de 1864* (Godinho *et al.*, 2009).

A fronteira luso-espanhola foi-se construindo historicamente como um artefacto ideológico dos estados centrais, face ao qual os habitantes da fronteira tentaram moldar-se e adaptar-se, estrategicamente, em função de interesses e necessidades partilhados. É aqui onde a noção de semelhança e identificação

complexa deve entrar em articulação com a de construção da diferença. Como sabemos, em 1986 inicia-se a entrada na União Europeia dos dois estados ibéricos, e a cooperação transfronteiriça tornou-se num discurso, prática e oportunidade de desenvolvimento para competir cooperando e adaptar-se melhor ao novo quadro global.

No meu ponto de vista, a nova cooperação transfronteiriça contribuiu para a transformação dos espaços de fronteira e também das miradas cruzadas entre os dois lados da raia. Do mesmo modo, a cooperação transfronteiriça criou novas cumplicidades, aproximações, distanciamentos e diversidades nas fronteiras raianas luso-espanholas. Neste sentido temos que diferenciar entre a cooperação entre diferentes atores sociais, territoriais e políticos: Galiza-Norte de Portugal; Portugal-Castilla y León; Minho-Galiza; Trás-os-Montes-Galiza; Trás-os-Montes-Castilla y León; Beira-Castilla y León, Extremadura-Alentejo, Alentejo-Andalucía, Algarve-Andalucía.

A cooperação transfronteiriça integra também outras diversidades: a fronteira litoral/interior e a raia húmida/seca, a cooperação entre administrações, governos, universidades; a cooperação entre empresas; e a cooperação entre a sociedade civil dos dois lados da fronteira. Todas elas foram favorecidas pelo novo quadro europeísta, mas não podemos esquecer a base social e cultural de cooperação tradicional (ex. contrabando) que muitas vezes é posta de lado ou é simplesmente tornada exótica e patrimonializada de uma forma folclorística e pouco sociologista e antropologista.

Neste contexto, a questão que nos temos feito há muito tempo é qual é o papel do turismo na redefinição da fronteira luso-espanhola e quais os seus efeitos sobre os espaços de fronteira e os seus visitantes.

Pensar o turismo de fronteira e o turismo transfronteiriço

O turismo pode ser pensado como um sistema de relações interétnicas (Pereiro, 2009a; Pereiro, 2009b; Pereiro / Pereira, 2010)

que tem como base a mobilidade e a experiência de atravessar fronteiras. O turismo é uma cultura de mobilidade, uma espécie de nomadismo controlado numa certa borbulha que questiona os nossos limites e o nosso lugar no mundo. Neste sentido, a relação entre turismo e fronteira pode colocar-se num jogo de espelhos no qual o turismo possibilita reconhecer o outro, ver-nos e comparar-nos com a alteridade. Portanto o turismo é uma atividade fronteiriça – liminar – neste sentido, e igualmente transfronteiriça.

No caso ibérico, entre Portugal e Espanha existe um terceiro país, que é a “raia”, esculpida pelo escultor tempo e habitada por humanos que sofreram as guerras entre estados e as mudanças, muitas vezes ameaçantes, de regimes políticos. A raia está-se a converter em património cultural (e natural), e por consequência num produto turístico-cultural. Esse processo é protagonizado por mediadores culturais que contribuem para a criação de narrativas temáticas patrimoniais como as rotas do contrabando, os museus do contrabando e da fronteira, as rotas de turismo cultural, etc.

Num momento em que o Estado e o Mercado querem acabar com as fronteiras, os agentes sociais da fronteira reinventam esta e afirmam a sua identidade diferencial com interesses de reprodução social, económica e identitária. São dignos de realce casos luso-galegos como os da Fraga dos Três Reinos e Moimenta em Vinhais, Vilardevós na Galiza, Vilarelho da Raia e Cambedo em Chaves, o Ecomuseu do Barroso, Vilar de Perdizes, o Couto Misto e Tourém em Montalegre, Castro Leboreiro ou Vila Nova da Cerveira. Na raia seca com a Galiza os processos de patrimonialização e turistificação estão associados a uma reinvenção das ruralidades em crise. Na raia húmida estes processos de reinvenção da fronteira estão mais associados à re-construção de pequenas e médias cidades seguindo modelos urbanos nostálgicos, artísticos e ecológicos.

É em relação a esses produtos turísticos que podemos falar de um turismo de fronteira (Pereiro / Pereira, 2010; Pereiro, 2013), associado a um turismo de proximidade transnacional. A procura de um turismo de fronteira busca a mesma fronteira e os seus lados como objeto central da motivação e da experiência turística.

Sem deixar de ser um subtipo de turismo transfronteiriço, ele é de menor escala e tamanho que o transfronteiriço, mas não menos importante do ponto de vista da interculturalidade, o etnodesenvolvimento e a cooperação transnacional. Estamos face a práticas de turismo histórico, turismo cultur-natural, turismo de memórias e turismo gastronômico, e turistas que procuram não já o tipismo exótico, porém aprender do e com o outro e questionar os estereótipos redutores que deturpam o conhecimento da outro.

E a diferença desse turismo de fronteira associado aos processos de patrimonialização dela, o turismo transfronteiriço alarga e estica a fronteira até levar o turista mais além da própria fronteira político-administrativa. Ligado às novas acessibilidades e a centros de interesse turístico mais longe da própria fronteira político-administrativa, o turismo transfronteiriço visita Porto, Espinho, Braga, Guimarães, Chaves, Santiago de Compostela, Vigo ou Sanxenxo. A fronteira político-administrativa estatal passa a ser assim um lugar de passagem e não um lugar de encontro como no anterior caso. Novas são as fronteiras recriadas nestas experiências turísticas transfronteiriças, são os limites sociais, mentais e simbólicos que construímos os humanos nas relações com os outros.

Bibliografia

Amante, M.F. (2009a), “Cultura de fronteira: a assimetria sustentada na raia luso-espanhola”, *Atas do VIII Congresso de Cultura Europea*, Pamplona: Editorial Aranzadi, pp. 515-524.

Amante, M.F. (2009b), “Cultura e cooperação. Desafios e entraves à relação Ibérica no contexto da Europa”, *Revista de População e Sociedade*, 17, pp.155-168.

Amante, M.F. (2010), “Local discursive strategies for the cultural construction of the border. The case of the Portuguese-Spanish border”, *Journal of Borderland Studies*, 25 (1), pp. 99-114.

Barth, F. (1969), *Ethnic Groups and Boundaries*, London: Allen and Unwin.
Donnan, H. / **Wilson**, T. (2001), *Borders: Frontiers of Identity, Nation and State*, Oxford: Berg.

García Canclini, N. (1997), *Culturas híbridas, estratégias para entrar e sair da modernidade*, São Paulo: EDUSP.

Godinho, P. / Carou H. / Pereiro, X. (ed.) (2009), *Portugal e Espanha - Discursos de centro, memórias e práticas de fronteira*, Lisboa: IELT (Instituto de Estudos de Literatura Tradicional), Edições Colibri. Pereiro, X. (2009a), “Imagens e narrativas turísticas do “outro”: Portugal-Galiza”, in Carou H. / Godinho, P. / Pereiro, X. (ed.), *Portugal e Espanha - Discursos de centro, memórias e práticas de fronteira*, Lisboa: IELT (Instituto de Estudos de Literatura Tradicional), Edições Colibri, pp. 173-198.

Pereiro, X. (2009b), *Turismo cultural. Uma visão antropológica*, La Laguna: Pasos, e-book em www.pasonline.com

Pereiro, X. (2013), “Construyendo puentes II: El turismo entre Portugal y España”, in Caro Carou, H. (coord.), *La construcción sociopolítica de la frontera hispano-lusa (Siglo XIX-XX)*, Madrid: Plaza y Valdés (manuscrito).

Pereiro, X. / Llana, C. / Risco, L. (ed.) (2008), *As fronteiras e as identidades raianas entre Portugal e Espanha*, Vila Real: UTAD.

Pereiro, X. / Pereira V. (2010), “Turismo nas fronteiras e as fronteiras do turismo”, *Arraianos*, nº VIII, pp. 54-57.

Pereiro, X. / Silva, P. (2000), “A re-elaboração da História como recurso estratégico na construção das Identidades: Historiografias e Fronteiras”, *Atas do VI Congresso de Antropologia de Iberoamérica*, Salamanca, 8-12 de Maio de 2000, pp. 85-96.

Popescu, G. (ed.) (2012), *Bordering and Ordering the Twenty-first Century: Understanding Borders (Human Geography in the Twenty-First Century: Issues and Applications)*, New York: Rowman and Littlefield.

Sidaway, J. (2002), “Signifying Boundaries: Detours around the Portuguese-Spanish (Algarve/Alentejo-Andalucía) Borderlands”, *Geopolitics*, 7 (1), pp. 139-64.

Van Houtum, H. / Kramsch, O. / Zierhofer, W. (eds.) (2005), *Bordering Space*, Hants: Ashgate.

Wastl-Walter, D. (ed.) (2011), *The Ashgate Research Companion to Border Studies*, Farnham: Ashgate.

III. Fronteira e Alteridade

Nuno Grancho e Hugo M. Oliveira

Esta sessão debruçou-se sobre a dicotomia fronteira, partindo da arquitectura e da química, e agregando a interacção social e cultural, o que transforma estes lugares de fronteira locais fascinantes e únicos. As cidades fronteira ocuparam a primeira parte da sessão, com Diu em pano de fundo. Atendendo à sua localização geográfica, à sua inserção numa rede global ao longo de vários séculos, e à sua ocupação por diferentes povos, esta cidade é uma cidade de fronteira por excelência. Assim, foram apresentados e discutidos os elementos arquitetónicos e urbanos do lugar de fronteira de Diu e de que forma a sua evolução ao longo dos séculos tem permitido não só o estabelecimento de novas fronteiras, mas sobretudo as transferências culturais, a regulação urbana, a importação / exportação de instituições e uma dimensão única e original no seu território.

Na segunda parte da sessão, foi abordada a (de)composição analítica das fronteiras. Neste caso, a química analítica, a sua capacidade de gerar a composição química do mundo, e a sua capacidade de interagir com a sociedade constituíram o ponto de partida desta reflexão. A viagem continuou através da dimensão social da ciência analítica, da dinâmica dos desafios analíticos e das suas linhas de decisão, terminando a sul, com o exemplo das medições analíticas no estudo dos ciclos biogeoquímicos polares e a sua importância na compreensão de fenómenos altamente complexos, como as alterações climáticas.

Tornando-se fronteira, análise de políticas de identidade e espaciais em Diu

Nuno Grancho

1. Latitude:
20.714547222222000,
Longitude:
70.996116666667000.

2. Sobre Diu, como cidade colonial portuguesa, ver, entre outros autores: Rossa, Walter e Grancho, Nuno, "Diu: urbanismo, arquitectura militar e arquitectura religiosa". In José Mattoso (org.), *Património de Origem Portuguesa no Mundo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, volume 3 - Ásia e Oceânia, 2010, 112-127. Shokoohy, Mehrdad & Natalie H., "The Island of Diu, its Architecture and Historic Remains", *South Asian Studies*, London: 26:2, 2010, 161-191. _____, "The Karao Jamī Mosque of Diu in the Light of the History of the Island", *South Asian Studies*, 16:1, 2010, 55-72.

Grancho, Nuno, "Diu: uma tentativa de cidade". In *Oriente*, 6, Lisboa: Fundação Oriente, 2003, 86-101. Antunes, Luís Frederico Dias, "Diu, espaços e quotidianos". In *Espaços de um Império: Estudos*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999,

Enquanto trabalhava a história da arquitetura e a história do urbanismo portugueses na Índia, tornou-se cada vez mais claro para mim que Diu¹, cidade colonial portuguesa² na Índia, foi uma exceção dentro das possessões coloniais portuguesas no Oriente e especialmente na Índia. Rapidamente me dei conta que essa peculiaridade, que transparece de maneira natural e óbvia nos seus espaços e edifícios, já tinha sido apontada em diversos lugares por outros, pelo que irei avançar uma interpretação para esse facto e tentar fazer a discussão da "identidade"³ de Diu, nomeadamente como "lugar de fronteira".⁴

Dito isto, este texto aceita e é baseado no núcleo principal do pensamento pós-colonial, o qual faz parte do pensamento e prática atuais sobre a Índia, que continuam a ser dominados pela experiência colonial e pelo facto de que uma das principais fontes de identidade na Índia dos dias de hoje é a sua história colonial. Isto é especialmente evidente nos domínios da arquitetura e do urbanismo, uma vez que as organizações públicas, administrativas e religiosas e correspondentes estruturas espaciais e construídas dos vários poderes coloniais perduram e ainda existem na Índia dos dias de hoje, explícita ou implicitamente. Também é esta uma das principais razões porque uma investigação sistemática sobre as estruturas e sobre os espaços coloniais é assaz relevante para o conhecimento da arquitetura e do urbanismo, quer da Índia atual, quer da presença colonial europeia de outrora no subcontinente indiano.

Nos escritos de língua portuguesa, a Índia é, por vezes representada como "a Índia" ou "o Hindustão" no singular, e por vezes, no plural, como "as Índias". A origem de representações em escritos literários da Índia como entidade, quer singular quer plural, pode ser ligada à ambiguidade da sua geografia espacial refletida em obras literárias de referência dos séculos XVI e XVIII. Por exemplo, "Ptolomeu⁵ dividiu a Índia em duas partes: a Índia intra-Gangem [Índia da bacia do Ganges] e a Índia extra-Gangem [ou

Índia para além do Ganges]. ‘A Índia intra Ganges’ é a península formada pela Índia, Paquistão e Bangladesh atuais.”⁶ Para Mage-dera, “mesmo quando havia uma percepção de que a Índia poderia ser entendida pelos colonizadores europeus como um país, as tabelas de Ptolomeu e as suas representações visuais, em 1300, deram novo impulso ao sentido expansivo que a palavra ‘Índia’ sempre teve nas representações ocidentais.”⁷

Diu é uma ilha situada na margem sul da península do Kathiawar no estado Guzerate, noroeste da Índia, com importância regional fundamental no oeste do subcontinente indiano. Desde o século XVI, esteve sob domínio de portugueses e mais tarde de outros estados europeus.

A história de Diu pode ser escrita de várias maneiras. Uma destas é através da sua representação como fronteira induzida sob o colonialismo, da sua apropriação, apagamento e re-inscrição nas grandes narrativas das histórias pós-coloniais dos espaços nação. Isto é, como uma fronteira do subcontinente em termos de soberania e poder, normas sociais, práticas discursivas, meios de produção, redes comerciais e políticas espaciais e de identidade.

Os traços da história espacial e de identidade de Diu foram desenhados resultado da sua existência numa “zona de contacto”.⁸ Este lugar de fronteira circunscreve-se num espaço de liminaridade com limites mais indeterminados que os permitidos pelos discursos oficiais na negociação com as comunidades pré-coloniais no noroeste da Índia. Até hoje, foi sempre subsumido dentro de espaços maiores quer do sultanato do Guzerate, quer do Estado da Índia e mais tarde da Índia como nação. A introdução de elementos de fronteira foi caracterizada por uma história de partilha e de negociação, fazendo parte duma zona com políticas fragmentadas, limitadas e dependentes de um mesmo espaço colonial. Noções de poder que gozavam de um considerável grau de importância em tempos pré-coloniais, passaram a ser fixas e limitadas com o advento da presença colonial. Diu tornou-se a partir do século XVI numa cidade colonial circunscrita, reduzida a uma periferia colonial marginal.

As causas para Diu se ter tornado num adaptado e fluido lugar de fronteira foram a contestação imperial, nacional e étnica sobre

149-159.

Rossa, Walter, *Cidades Indo-Portuguesas:*

contribuições para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental, Lisboa:

Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, 68-76.

Fernandes, José Manuel,

“De Cochim a Diu -Análise de alguns espaços urbanos da Índia de influência portuguesa”. In *Encontros sobre Portugal e a Índia -referências e vivências culturais*. Lisboa: Fundação Oriente, 1993, 153-165.

3. A análise do processo por meio do qual se verifica historicamente a identidade nacional mostra que esta é inseparável da sua percepção coletiva. Ou melhor, entre o momento de apropriação do poder sobre um território até aquele em que a consciência de pertença ao coletivo nacional se vai formando, vai um longo caminho. O processo tem um ponto de partida meramente político: a apropriação do poder por um chefe com uma autoridade própria sobre um conjunto de homens; tem um ponto de chegada que já não se pode classificar como meramente político, mas que se situa no domínio dos fenómenos de sociologia ou da

psicologia social. Sobre os conceitos de Identidade e de Nação, ver, entre outros autores: Anderson, Benedict, *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, London: Verso, 2006. Bhabha, Homi K., *Nation and Narration*, New York: Routledge, 1990. Chatterjee, Partha, *The Nation and Its Fragments: Colonial and Postcolonial Histories*, Princeton: Princeton University Press, 1993. ———, Partha, *Nationalist Thought and the Colonial World: a derivative discourse*, Minnesota: University of Minnesota Press, 2003. ———, Partha, *Empire and Nation: Selected essays*, New York: Columbia University Press, 2010. Aqui especialmente o ensaio de 1991 chamado “Whose Imagined Community?”. Gellner, Ernest, *Nations and Nationalism*, Cornell: Cornell University Press, 2009. Hobsbawm, E. J., *Nations and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality*, Cambridge: Cambridge University Press, 2012. Mattoso, José, *A Identidade Nacional*, Lisboa: Gradiva, 1998.

4. No seu livro intitulado *The African Frontier* de 1987, Igor Kopytoff (1930-2013), antropólogo, descreveu um cenário subsariano no qual se continuaram

territórios. Sistemas políticos, economias, culturas e sistemas sociais emergiram nesta região de forma diferente da que aconteceu em áreas do subcontinente indiano com assentamentos territoriais mais estabelecidos. As restantes causas foram uma demografia incomum e uma condição territorial desafiante e excepcional, uma mobilidade acrescida, a interculturalidade, uma economia não-tradicional, a violência e uma complexa luta pelo poder e dominação em que padrões normativos divergiram significativamente dos existentes em áreas de assentamento territorial estável.

Contestações, apropriações e traduções marcaram políticas espaciais e de identidade no Guzerate no geral e em Diu em particular. Desde a chegada dos portugueses ao território no início do século XVI, aconteceram e persistiram no território invulgares condições. Foi uma cidade colonial onde emergiram uma pluralidade de identidades, isto é, o seu espaço, etnia e territorialidade foram sempre compartilhados entre hindus, muçulmanos, parsis e católicos europeus (portugueses), tornando possível apresentar e negociar diferenças no seu espaço construído. Modos de circunscrição e descrição de identidades através de geografia, língua e casta também aconteceram. A este respeito, o conceito de “comunidades imaginadas” (na verdade, aplicado ao estudo da nação) de Benedict Anderson, é substancialmente útil na compreensão do que unifica uma comunidade em volta duma particular identidade.

A sua colonização aconteceu muito cedo na história da colonização europeia da Ásia e perdurou durante cerca de cinco séculos. Diu foi mudando cronologicamente no contexto das diversas estruturas de poder dentro do tempo colonial. As suas fronteiras coloniais foram elaboradas em lugares sem história de fronteira de estado e o domínio colonial foi condicionado pela formação do estado pré-colonial e pelas definições locais da territorialidade. Num processo histórico de tempo longo, os limites políticos utilizados pela colonização portuguesa para organizar as relações entre Diu e o Guzerate foram circunscritos aos limites territoriais dos impérios locais e umas vezes sobrepuseram-se e outras vezes chegaram mesmo a atravessar as fronteiras nativas. As fronteiras aqui definidas não precederam a construção de uma nação, mas

precederam a formação de um estado. Importantes laços transfronteiriços étnicos, económicos e políticos mantiveram-se resultando na interação entre pessoas e bens. Aconteceu uma rutura com grandes narrativas relacionadas com histórias nacionais. Em vez disso, foram exploradas relações humanas e associações políticas além dos limites fixos de nacionalidade, ao mesmo tempo que se desfez a inflexibilidade de ver a sua história anexada a uma específica identidade nacional. Isto verificou-se no seu contexto dos espaços urbanos e arquitetónicos, provavelmente melhor entendidos devido à “criação de novas formas transculturais dentro das zonas de contato produzidas pela colonização”⁹ ou à tradição arquitetónica europeia no contexto das circunstâncias locais do que num quadro mais global duma transferência de formas arquitetónicas europeias.

No quadro do Estado da Índia, Diu foi um dos lugares possíveis para comparar tendências num estado pré-colonial/colonial centralizado, destacando semelhanças e diferenças entre cada uma destas formas de aparato para absorver periferias. As estruturas de poder foram semelhantes enquanto que as estruturas administrativas foram diferentes. Os efeitos destes dois tipos de estado em economias, culturas e administrações periféricas desviaram a atenção sob as formas em que se ajustaram a essas culturas periféricas para estabelecerem relações de soberania. Tal tornou-se importante para a compreensão da prevalência de um modo de governança em detrimento de outro, que não precisa necessariamente de ter como premissa o conflito, mas que também pode ter como suporte a negociação. Prevaleceu a interação entre culturas locais dos tempos pré-coloniais, tendendo a serem convenientemente ignoradas as fraturas que possam ter existido. Ao tornar-se económica e culturalmente periférica, inicialmente para o império colonial português no oeste da Índia e, posteriormente, para a nação indiana e para o estado pós-colonial, o seu território sempre foi representado como lugar de continuidade e não de rutura, caindo, assim, vítima de entendimentos diferentes de identidade, de nacionalismo e de pertença.

Estes lugares de fronteira são vistos por alguns historiadores como “livres do peso duma civilização... uma encruzilhada que se baseia, transforma e reconstrói correntes provenientes” de

a desenvolver inúmeras microfronteiras, não só nas imediações de sociedades estabelecidas, mas justamente *entre* elas, nos seus interstícios ou “espaços intermediários” [betweeness]. Para Kopytoff, em África, houve uma constante troca de lugares entre centros e periferias, as fronteiras continuaram a re-sintetizar culturas, embora a tendência dominante fosse a manutenção das mesmas, provocando variações de temas duráveis dentro de um único todo. Kopytoff partiu da tese de Turner e apoiando-se na etnografia africanista clássica, embora subvertendo pressupostos de estabilidade e atemporalidade, colocou ênfase no encontro e na mistura de povos, nos territórios intersticiais, e baseado em contextos etnográficos menos convencionais, preferiu a designação de “lugares de fronteira”. Faleceu em agosto de 2013 e em conjunto com Arjun Appadurai, Daniel Miller ou Krzysztof Pomian, foi um dos que mais contribuíram para o renascimento e reconfiguração que os estudos de Cultura Material conheceram na Antropologia de finais dos anos 80 do século passado e que já no novo milénio continua a ser uma das áreas de maior vigor da disciplina.

5. Ptolomeu (90 d.C. - 168 d.C.) foi um matemático, astrónomo e geógrafo grego. Realizou importantes trabalhos de investigação em Alexandria (Egito) que deram contributo ao avanço da astronomia, matemática, geometria, física e geografia.

6. Magedera, Ian H., 'India cross-referenced: Western encyclopaedias and the word "India" 1728-1886'. In Catherine Delmas (ed.) *Stories/Histories of India*, New Delhi: Macmillan India, 2009: 13.

7. Idem, 22.

8. O conceito de "zona de contacto" foi desenvolvido por Mary Louise Pratt e por outros, e refere-se a contextos culturais que criam condições específicas de perceção e receção, resultantes quer da própria "aura" do objeto, da sua proveniência ou historiografia, quer das predisposições, assunções e intenções do seu destinatário. Relações assimétricas de poder são comumente observadas em tal contexto. Sobre zona de contacto, ver:

Pratt, Mary Louise, *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*. London: Routledge, 1992.
 ———, "Arts of the Contact Zone." *Modern Language Association:*

regiões como a Índia, o Médio Oriente e a Europa,¹⁰ enquanto que outros olham regiões como o Sri Lanka, Madagáscar, a Nova Guiné e o noroeste da Índia como "fronteiras que separam cada região de outras regiões do mundo."¹¹ Identifica-se um regresso à narrativa civilizacional, talvez mais subtil na última abordagem do que na primeira, mas, sem sombra de dúvidas um retorno. Uma das principais inquietações é a persistência escondida (por vezes não tão escondida) desta narrativa que "necessariamente (se não intencionalmente) induz uma leitura de 'sentimentos nacionalistas' num passado intemporal... impedindo assim, a história de ser feita contra as hegemonias culturais do presente por invalidar a nossa análise da mobilidade, contexto, agência, contingência e mudança."¹²

É significativa a não-aceitação duma "maior" identidade guzerate prevalente no continente e que tendeu a subsumir a diferença de Diu, resistindo a uma soberania e poder diferentes. Ao mesmo tempo, o reconhecimento e a deferência pelo que esta singularidade representa naquele lugar, trouxe o desigual para um patamar da igualdade. Foram modificadas ligações entre Diu e o continente confinante, entre Diu e Goa, capital do Estado da Índia, e entre Diu e Lisboa, capital do império, resultado de transformações em estruturas de poder e foi feita uma rutura com histórias periféricas convencionais. Isto é, tornou-se ali possível desconstruir uma narrativa escrita a partir dum "centro" e consentir localizar a história a partir duma perspetiva de periferia ou olhar para uma região que sempre teve tratamento marginal a partir de pontos de vista nacionalistas estabelecidos. Apesar do esforço de contrariar a periferização histórica de Diu e fazendo uma crítica contra a abordagem civilizacional,¹³ o próprio ato de tornar ilegível a periferização de Diu significou indiretamente cair no engano de exaltar o seu lugar na própria hierarquia civilizacional. Não se podem ignorar ou descartar completamente histórias nacionalistas na formação da identidade de povos/lugares em particular (mesmo que marginais), porque esta marginalização fornece argumentos para se ir além desses espaços nacionais e desfazer a periferização ou marginalização dos lugares em causa. Ali foi possível desconstruir uma narrativa escrita a partir dum "centro" e consentir olhar e localizar a história a partir duma perspetiva de periferia (ou

na perspectiva de quem pertence a uma região que frequentemente teve um tratamento marginal nas obras históricas escritas a partir de pontos de vista nacionalistas estabelecidos ou convencionais).

A fronteira¹⁴ foi uma construção colonial de marginalização. A fronteira trouxe para o primeiro plano, práticas espaciais locais. Concentrou-se na heterogeneidade de culturas e pessoas e afastou a sua homogeneidade. Foi uma construção colonial e, mais tarde, igualmente uma construção nacionalista.

Embora as fronteiras sejam por definição fixas e inflexíveis, em Diu o movimento de pessoas e a transferência cultural tornou essa inflexibilidade ilegítima, uma vez que não exerceu qualquer influência sobre as interações que as tornam mutáveis. Na verdade, essas limitações serviram com menor ou nenhum significado, os motivos políticos dos habitantes de fronteira. Em Diu, por exemplo, não houve qualquer impacto resultante da imposição dum discurso hegemónico de espaço e poder pelo Estado da Índia ou do apagamento de práticas espaciais locais e fluidas em áreas de fronteira¹⁵ e que foi o foco de outras histórias coloniais europeias na Índia.

Como pode pois ser escrita a história de espaços desconexos de fronteiras em histórias dominantes? Uma das respostas pode ser a sua narrativa em histórias pré-coloniais e coloniais que sejam estudadas no interface entre “o local e o regional, o supra-regional e por vezes até mesmo o global.”¹⁶

A partir do século XVII, o Estado da Índia reconstituiu o território de Diu como espaço marginal e preterido. Tornou-se economicamente dependente e culturalmente adjacente, inicialmente do império colonial português e depois de 1961 da Índia e do estado pós-colonial. As suas ligações com o Guzerate mudaram como resultado da alteração entre as suas estruturas de poder que as mantinham. O resultado foi a alteração da orientação das conexões comerciais e das relações sociais com essas áreas e com a capital do Estado da Índia¹⁷ – uma descontinuidade de recursos, que tanto ocorreu a partir duma noção de igualdade e partilha como de desigualdade e exclusividade.

Profession 91 (1991), 33-40.

9. Ashcroft, Bill, Griffiths, Gareth, Tiffin, Helen, *Key Concepts in Post-colonial Studies*, London: Routledge, 1998, 20.

10. Subrahmanyam, Sanjay, *Explorations in Connected History: From the Tagus to the Ganges*, Delhi: Oxford University Press, 2005, 6.

11. Van Schendel, “Geographies of Knowing, Geographies of Ignorance: Jumping Scale in Southeast Asia”, *Environment and Planning: Society and Space*, 20(6): 2002, 650-1.

12. Ludden, David, “Where is Assam? Using Geographical History to Locate Current Social Realities”, *Himal South Asia*, Kathmandu: 2005, 3.

13. Em sintonia com David Ludden.

14. A partir do século XIX, a ideia de fronteira dominou o pensamento e o conhecimento humanos com a definição de saberes e conhecimentos e a necessidade de delimitação dos respetivos campos de ação e reflexão. O problema e o debate da fronteira tornou-se tão vasto quanto conhecer a fronteira do eu e do Outro, dos

impérios, dos estados e nações, das ciências e dos saberes. O termo teve a sua primeira análise em 1893 com o historiador americano Frederick Jackson Turner, refere-se comumente à expansão territorial das nações ou civilizações em áreas “vazias” e às suas supostas consequências para as culturas políticas nacionais,

Frederick Jackson Turner iniciou o debate sobre as questões de fronteira na sua “Turner Thesis” ou “Frontier Thesis”, durante algum tempo com alcance transnacional e comparativo, ao defender a construção da América do Norte como resultado da implantação da sua fronteira no território.

(Turner, Frederick Jackson, *The Frontier in American History*, Tucson: University of Arizona Press, 1997.)

15. Nugent, Paul e A. I. Asiwaju (ed.), *African Boundaries, Barriers, Conduits and Opportunities*, Londres: Pinter, 1996 e Wilson, Thomas M. e Hastings, Donnan (ed.), *Border Identities: Nation and the State at International Frontiers*, Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

16. Subrahmanyam, Sanjay, “Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia”,

A cidade foi um nó em diferentes tipos de redes, regionais, nacionais e transnacionais. A transferência cultural ocorreu aqui sem qualquer interrupção, durante o tempo pré-colonial e colonial, tendo tido desde sempre impacto evidente na história urbana, uma vez que foi na cidade e no espaço urbano onde as translações transnacionais foram mais evidentes ou se manifestaram mais facilmente. Para cada cultura, foi representada a imagem do chamado “Outro”, construída a partir de diferentes aspetos e recorrentemente perceptível, quer na arquitetura quer na cidade. O facto de Diu ser um lugar de fronteira e mais ainda uma região onde as fronteiras mudaram ao longo da história, favoreceu a transferência cultural.

O hibridismo de formas arquitetónicas e urbanas foi a manifestação material em Diu dessa transferência. Aconteceu em diferentes níveis: na forma urbana (ruas, praças, etc), nos edifícios (estilo, tipos, ornamento, materiais, etc), nas instituições (conselhos, comissões, etc), nos agentes envolvidos no processo de construção (proprietários, arquitetos, construtores, etc), na economia, na governança e nas políticas espaciais e, na força de trabalho. A mistura não significou apenas e necessariamente o sincretismo de duas entidades, pelo contrário, também enfatizou particularidades ou desigualdades.

Em Diu foi tentado definir através da cultura material o “verdadeiro oriente” versus “verdadeiro ocidente”. As práticas de hibridização mantiveram e reproduziram uma linguagem ou cultura material existente e que permaneceu viva de pleno direito desde o século XVII até aos dias de hoje, sem diluição de identidade genealógica. Tal aconteceu ao contrário de outras formas híbridas transientes, que desapareceram quando o contacto com uma das comunidades que as originou se extinguiu. As formas híbridas em Diu tiveram uma gramática distinta e são linguagens pelo seu direito próprio, resultando num fenómeno de expansão artística, em que o todo, além da soma das partes, é diferente e mais do que cada uma das partes. Aqui, o hibridismo de formas de arquitetura e de urbanismo continua a manter uma identidade separada entre ligações assimétricas com afinidades locais e conexões europeias. Clivagens e classificações resultado da construção colonial de fronteira, foram um traço deixado para trás no mundo

pós-colonial, como resultado da interação e da categorização constante de pessoas e lugares, hierarquização de raça, classe e género.

Em situações de confronto, negociação ou tradução, Diu enfatizou a relação com os vizinhos e com os seus distantes e o que a torna lugar de encontro e lugar de diferença.

Bibliografia

Anderson, Benedict (2006), *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, London: Verso, [1993].

Antunes, Luís Frederico Dias (1999), “Diu, espaços e quotidianos”. In *Espaços de um Império: Estudos*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, pp. 149-159.

Ashcroft, Bill, Griffiths, Gareth, Tiffin, Helen (1998), *Key Concepts in Post-colonial Studies*, London: Routledge.

Baud, Michiel e Schendel, Willem van. (1997), “Towards a Comparative History of Borderlands”, *Journal of World History*, 8:2, Hawai: University of Hawai Press, pp. 211-242.

Bhabha, Homi K. (1990), *Nation and Narration*, New York: Routledge.

Chatterjee, Partha (1993), *The Nation and Its Fragments: Colonial and Postcolonial Histories*, Princeton: Princeton University Press, 1992.

—, Partha (2003), *Nationalist Thought and the Colonial World: a derivative discourse*, Minnesota: University of Minnesota Press.

—, Partha (2010), *Empire and Nation: Selected essays*, New York: Columbia University Press.

Cohn, Bernard S. (1987), “An Anthropologist Among the Historians: A Field Study” and “History and Anthropology: The State of Play,” in Bernard S. Cohn, ed. *An Anthropologist Among the Historians and Other Essays*. Delhi: Oxford University Press, pp. 1-49.

Febvre, Lucien (1973), “Frontière: The Word and the Concept”, in *A New Kind of History and Other Essays*, Peter Burke (ed.), New York: Harper & Row, 1928, pp. 208-218.

Fernandes, José Manuel (1993), “De Cochim a Diu -Análise de alguns espaços urbanos da Índia de influência portuguesa”, in *Encontros sobre Portugal e a Índia -referências e vivências culturais*, Lisboa: Fundação Oriente, pp. 153-165.

Modern Asian Studies, 31 (3), 1997, 745.

17. Santos, Catarina
Madeira, *Goa é a chave de toda a Índia, Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999.

- Gellner**, Ernest (2009), *Nations and Nationalism*, Cornell: Cornell University Press.
- Grancho**, Nuno (2003), “Diu: uma tentativa de cidade”, in *Oriente*, 6, Lisboa: Fundação Oriente, pp. 86-101.
- Hobsbawn**, E. J. (2012), *Nations and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Kopytoff**, Igor (1989), *The African Frontier. The Reproduction of Traditional African Societies*, Bloomington-Indianapolis: Indiana University Press.
- Ludden**, David (2005), “Where is Assam? Using Geographical History to Locate Current Social Realities”, *Himal South Asia*, Kathmandu.
- Magedera**, Ian H. (2009), “India cross-referenced: Western encyclopaedias and the word “India” 1728-1886”, in Catherine Delmas (ed.) *Stories/Histories of India*, New Delhi: Macmillan India, pp. 13-24.
- Mattoso**, José (1998), *A Identidade Nacional*, Lisboa: Gradiva.
- Nugent**, Paul e A. I. Asiwaju (ed.) (1996), *African Boundaries, Barriers, Conduits and Opportunities*, London: Pinter.
- Pratt**, Mary Louise (1992), *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*. London: Routledge.
- _____, Mary Louise (1991), “Arts of the Contact Zone”, *Modern Language Association: Profession* 91, pp. 33-40.
- Rossa**, Walter (1997), *Cidades Indo-Portuguesas: contribuições para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, pp. 68-76.
- Rossa**, Walter e Grancho, Nuno (2010), “Diu: urbanismo, arquitectura militar e arquitectura religiosa”, in José Mattoso (org.), *Património de Origem Portuguesa no Mundo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, volume 3 - Ásia e Oceânia, pp. 112-127.
- Santos**, Catarina Madeira (1999), *Goa é a chave de toda a Índia, Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- Shokoohy**, Mehrdad & Natalie H. (2010), “The Island of Diu, its Architecture and Historic Remains”, *South Asian Studies*, London: 26:2, pp. 161-191.
- _____, Mehrdad & Natalie H. (2010), “The Karao Jāmi’ Mosque of Diu in the Light of the History of the Island”, *South Asian Studies*, 16:1, pp. 55-72.
- Subrahmanyam**, Sanjay (1997), “Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia”, *Modern Asian Studies*, 31 (3), pp. 745.

____, Sanjay (2005), *Explorations in Connected History: From the Tagus to the Ganges*, Delhi: Oxford University Press.

Turner, Frederick Jackson (1997), *The Frontier in American History*, Tucson: University of Arizona Press.

Van Schendel (2002), “Geographies of Knowing, Geographies of Ignorance: Jumping Scale in Southeast Asia”, *Environment and Planning: Society and Space*, 20(6): pp. 650-651.

Wilson, Thomas M. e Hastings, Donnan (ed.) (1998), *Border Identities: Nation and the State at International Frontiers*, Cambridge: Cambridge University Press.

A (de)composição analítica das fronteiras

Hugo M. Oliveira

Introdução

Dentro da diversidade de habitats ocupados pela química, existe uma disciplina que vive na fronteira, multifacetada através da construção de múltiplas conexões, quer para outras áreas científicas, quer para a sociedade: a química analítica (Murray, 1996). Embora a definição de química analítica seja complexa e dependente dos vários contextos onde possa estar inserida, a sua missão primária passa por fornecer informação (bio)analítica robusta e de qualidade (Simonet and Valcárcel, 2006; Valcárcel, 2012). Após uma breve reflexão, não é difícil identificar alguns dos gestos da vida quotidiana em que a química analítica está envolvida. Da água aos medicamentos, da arte à agricultura, dos alimentos aos combustíveis, rapidamente compreendemos a necessidade de conhecer, de uma forma precisa e exacta, a composição química do mundo que nos rodeia, podendo distinguir claramente dois níveis de informação: a qualitativa, que diz respeito à natureza dos componentes químicos presentes, e a quantitativa, que procura as proporções de cada componente. A informação analítica nas suas diferentes vertentes é o produto final das metodologias analíticas, assumindo-se como um auxiliar essencial aos processos de decisão. Para além do mais, a sua próxima e contínua interacção com a sociedade cria uma fronteira dinâmica, e que propícia, em simultâneo, o avanço do conhecimento analítico e uma resposta permanente aos desafios sociais.

Deste modo, a presente reflexão procura identificar, interpretar, perspectivar e compreender a multiplicidade de fronteiras entre a sociedade e química analítica, estabelecendo como ponto de partida a visão social da ciência analítica, e decompondo estas linhas de interacção, dinâmicas e eternamente inacabadas.

A fronteira dinâmica - sociedade e química analítica

A fronteira sociedade - ciência é uma questão complexa, em virtude da presença de uma visão social, que busca uma “utilidade”

para cada descoberta, e que é, muitas vezes, contrastante com a visão científica, que se baseia, sumariamente, numa procura contínua do conhecimento. Esta é uma fronteira particularmente paradoxal, uma vez que sociedade e ciência não só se complementam, como necessitam de conviver e evoluir em plena simbiose. E a química analítica não é excepção, embora possua a vantagem de habitar mais perto da sociedade, em virtude de estar envolvida, directa ou indirectamente, em diversas actividades quotidianas.

É neste contexto que, Simonet e Valcárcel (Simonet and Valcárcel, 2006) identificaram o problema analítico como a interface entre química analítica e sociedade. Este modelo defende que o problema analítico gera fluxos de informação bi-direccionais que dinamizam e sobrepõe a ciência analítica e a sociedade. Daqui resulta o desenvolvimento da química analítica no sentido da sua aplicabilidade, bem como novos compromissos sócio-económicos, que possam resultar das decisões apoiadas pelos seus resultados. Será possível afirmar ainda que, em complementaridade ao problema analítico primário, nasce um correspondente desafio analítico, que estimula e catalisa a geração de soluções inovadoras por parte da comunidade científica.

Estabelece-se, assim, uma forte dinâmica de fronteira, em que as barreiras são construídas e destruídas em função da demanda social e da capacidade de superação dos desafios analíticos, que correspondem à capacidade de medir determinadas grandezas químicas com elevado grau de robustez. A consequência desta dinâmica é uma alteridade, capaz de definir duas zonas dicotómicas. Assim, conceitos como toxicidade, autenticidade, qualidade, doença e crime, são definidos pela informação analítica.

Fronteiras em acção - segurança, fraude e ambiente

Estes desafios analíticos surgem da natural evolução da escala de valores sociais, e servem como ferramenta de decisão na formulação de respostas a inúmeros problemas. Para esta reflexão, foram seleccionadas três temáticas, que têm sido abordadas em conjunto pela química analítica e pelas sociedades contemporâneas. São elas a segurança, a fraude e a protecção ambiental.

Desde o início deste século temos assistido uma securitização analítica das fronteiras. Sob o foco da protecção contra o terrorismo, os controlos de segurança transfronteiriços, nomeadamente nos aeroportos, tem sido intensificados, com a implementação de estratégias para o rastreio abrangente de substâncias químicas (Potyrailo et al., 2012). Contudo, as metodologias de rastreio de largo espectro, que tem beneficiado da forte evolução da instrumentação analítica, necessitam ainda de melhorias substanciais uma vez que conduzem a ineficiências operacionais e riscos acrescidos (Feng, 2007). Isto contribui para uma espécie de alquimia da segurança, em que os cidadãos são confrontados com uma representação ilusória de segurança, e não com um menor risco real.

A fraude é igualmente um grande objecto de estudo analítico. A fronteira da verdade está frequentemente nas mãos de uma (de)composição química. Neste particular, podem destacar-se dois importantes exemplos: a fraude económica e a fraude desportiva. A fraude económica observa-se nas mais diversas áreas, mas tem tido especial impacto social e mediático na área alimentar. De facto, a fraude alimentar com motivações económicas está bastante disseminada e é difícil de controlar, mesmo recorrendo às mais sofisticadas técnicas analíticas (Ellis et al., 2012). Com a diminuição das barreiras comerciais, estes fenómenos tendem a crescer em frequência e complexidade, desembocando muitas vezes em graves problemas de segurança alimentar e saúde pública (Sharma and Paradakar, 2010). Por outro lado, a fraude desportiva tem sido objecto de discussão intensa e recorrente na opinião pública. Mais do que a adulteração da competição, a fraude no desporto possui uma intrincada componente emocional, numa amálgama de paixão e rivalidade. O controlo anti-doping é um dos maiores desafios analíticos (Harrison, 2013) por duas razões fundamentais: está continuamente inacabado (envolve uma contínua corrida contra a imaginação) e resulta na confirmação ou negação da verdade. Esta decisão na fronteira dos valores extrapola o resultado analítico para uma realidade simbólica de fronteira. Assim, o herói e o vilão, o culpado e o inocente, vivem numa ténue linha analítica.

O ambiente tem igualmente servido de fonte de desafios analíticos altamente complexos. As fontes analíticas de informação são um dos mais importantes activos na monitorização ambiental. A evolução da ciência analítica tem igualmente revolucionado os processos de análise ambiental, permitindo, por um lado, detectar de forma selectiva o indetectável, e, simultaneamente, acumular informação numa longa base temporal. Estas características têm permitido a compreensão de fenómenos bioquímicos, biológicos e geológicos altamente complexos, e estabelecido o quadro de base científica para a compreensão de problemas chave da humanidade, como por exemplo as alterações climáticas. Num nível inferior de complexidade, a informação analítica tem permitido suportar processos inovadores de identificação de novas entidades poluentes de origem antropogénica (Xu et al., 2013), e contribuído igualmente para o planeamento e controlo de políticas ambientais sustentáveis (Pawlowski, 2011).

Eternas e novas fronteiras - incerteza, sustentabilidade e contexto

Para além da sua acção social, a química analítica desafia-se dentro das suas próprias fronteiras. Algumas novas, outras nem por isso. Incerteza, sustentabilidade e contexto são palavras de fronteira, com química à mistura.

Uma palavra chave transversal a todas as medições analíticas é a incerteza, cuja medição é essencial para gerar informação de qualidade. Esta é a fronteira de vida de um resultado analítico, uma vez que determina a sua própria existência enquanto tal. A ciência analítica almeja a incerteza nula, mas não consegue passar da incerteza mínima. E esta busca encontra certamente um paralelismo no comportamento humano, cujo comportamento tende para a uma resistência à mudança e para a busca da condição de conforto e segurança, situações estas que almejam igualmente a incerteza mínima.

Um destaque deve ser feito relativamente à sustentabilidade da química analítica. Uma vez que a actividade laboratorial sofre da utilização de substâncias perigosas, tem existido uma preocupação crescente sobre o impacto ambiental e sustentabilidade das

metodologias analíticas. É neste contexto que surge o conceito de química analítica verde (Armenta et al., 2008), que resulta da adopção de doze princípios genéricos fundamentais que procuram colocar a química na rota da sustentabilidade ambiental (Anastas, 1999). Fundamentalmente, esta moldura conceptual procura encontrar formas de minimizar a utilização de reagentes tóxicos, bem como diminuir drasticamente a quantidade de resíduos produzidos durante os procedimentos analíticos. É possível considerar que a evolução neste ponto tem sido positiva e rápida, com um vasto esforço da comunidade científica rumo a técnicas mais “limpas”. Por estas razões não será de estranhar que esta componente ambiental esteja a ser assimilada e integrada também como uma componente social da química analítica através de “procedimentos que devem minimizar impactos, quer no operador, quer no meio ambiente” (Valcárcel and Lucena, 2012). Será importante destacar que, normalmente, as vantagens ambientais estão correlacionadas com vantagens económicas, sendo possível melhorar simultaneamente, desempenho analítico, ambiental e económico (Gałuszka et al., 2013)

A comunicação dos resultados também é uma questão chave e muitas vezes negligenciada por todos os agentes envolvidos no processo. Uma interpretação incorrecta pode implicar um alarme social ou provocar a formação de uma opinião fundada em informação inquinada pelo processo de comunicação. A informação é o activo primário da química analítica e resulta de uma construção, residindo na fronteira entre os dados analíticos e o conhecimento (Valcárcel, 2012). Deste modo, as mais recentes reflexões sobre o papel social da química analítica (Valcárcel, 2012; Valcárcel and Lucena, 2012), tem destacado a importância da correcta contextualização da informação e da utilização de uma linguagem apropriada para a comunicação de resultados que possam ter um forte impacto social. Esta é uma questão que vai para além da comunicação e toca na própria representação social da ciência. Baseia-se numa equação complexa que envolve, em simultâneo, as capacidades de comunicação do emissor e as capacidades de percepção do receptor. Se a isto acrescentarmos a utilização indevida (e muitas vezes fácil) da credibilidade científica, compreendemos rapidamente a importância de uma informação analítica rigorosa e contextualizada. Neste mesmo caderno, poderão ser

encontradas duas reflexões, da autoria de Bruno Pinto e de David Marçal, e que se debruçam sobre as fronteiras da ciência e da sua comunicação. Certamente que aí o leitor encontrará mais pistas que lhe permitirão compreender a complexidade desta temática.

Para além das fronteiras - e agora?

As novas metodologias analíticas são capazes de produzir grandes quantidades de resultados, sendo capazes de desafiar, quer as fronteiras da interpretação, quer as fronteiras éticas. No primeiro caso, a geração massiva de dados analíticos estão a trazer à ciência analítica até à era do “big data”. Esta disponibilidade está actualmente a criar novas necessidades, no sentido do desenvolvimento de metodologias de análises de dados baseadas em modelos dinâmicos, capazes de se fortalecerem e adaptarem a um mundo onde a geração de informação se faz em tempo real e onde a interpretação dos resultados procura ser feita na mesma escala temporal (Buydens, 2013). Contudo, esta informação analítica massiva e disseminada muitas vezes numa nuvem informática ubíqua, desafia as fronteiras éticas. A privacidade e a capacidade de acesso a informação analítica que pode conter um impacto social forte, pode criar dicotomias e linhas de decisão extremas cuja capacidade de controlo por parte dos cidadão é, muitas vezes, diminuta ou nula. A manipulação, utilização e publicação indevida da informação pode assim ter consequências imprevisíveis na sociedade.

Uma palavra dever ser dada igualmente à responsabilidade social. Embora esta seja uma prática sobretudo conotada com o contexto empresarial, deu já os primeiros passos na química analítica (Valcárcel and Lucena, 2012). A responsabilidade social é um conceito complexo, mas cujo alcance pode ser compreendido em função do ecossistema social em que a química analítica habita. Esta responsabilidade parte de três pilares fundamentais da ciência analítica, que são os seus protocolos (procedimentos), a informação (bio)analítica e os seus alvos futuros, mas que apenas conquistam significado com sua inclusão social. Outro passo decisivo é a incorporação deste conceito nos programas de estudos (Valcárcel et al., 2013), de modo a que exista, na formação dos profissionais da área, um referencial social sobre a actividade analítica.

Ainda no contexto educacional, é de salientar o desenvolvimento de novas metodologias pedagógicas no âmbito da química analítica baseadas num “compromisso cívico” (do inglês, civic engagement) (Leckrone, 2010). Embora ainda não tenha sido possível concluir que esta estratégia pedagógica possibilite desempenhos académicos superiores, a contextualização cívica e social dos conceitos da química analítica quebra as fronteiras da percepção, conduzindo à formação de cidadãos mais capazes, e melhorará certamente a percepção e a correcta contextualização de fenómenos cientificamente complexos. Por outro lado, a educação superior vive igualmente tempos de mudança com consequências imprevisíveis no médio-longo prazo. O florescer das plataformas de ensino online (como por exemplo a Khan academy, Coursera, Udacity e Edx) onde os conteúdos educativos estão acessíveis de forma gratuita e contínua, estão a eliminar importantes barreiras do ensino e vão certamente ter impacto na sociedade e na sua forma de apreender e perceber a ciência. Na mesma linha, a web e a sua socialização são ainda uma nova fonte de enigmas e oportunidades. Por exemplo, espera-se que a interacção sociedade-química analítica seja fortalecida por estas novas dinâmicas, com um envolvimento directo dos cidadãos em programas científicos de monitorização a larga escala, uma experiência que já está no terreno na área ambiental (Hartwell and Shafer, 2011).

A (de)composição analítica do mundo é também uma (de)composição social, mediada pela química. Certamente que o binómio sociedade-química analítica não nos deixará de surpreender com as suas novas fronteiras, que acompanharão as necessidades e valores da humanidade. A constante evolução e a imprevisibilidade das fronteiras, por mais concretas ou abstractas, físicas ou conceptuais que possam ser, faz com que este exercício de reflexão esteja condenado a reescrever-se. Mas esta também é a beleza da química, eternamente condenada a reescrever-se a partir do seu alfabeto periódico dos elementos.

Agradecimentos

Quero agradecer a todos os participantes do Mateus DOC V pelo estímulo e contributo para esta reflexão, bem como ao Instituto In-

ternacional Casa de Mateus pelo apoio à participação neste evento.

Bibliografia

Anastas, Paul T. (1999), “Green chemistry and the role of analytical methodology development”, *Critical Reviews in Analytical Chemistry*, 29: 167-175.

Armenta, Sérgio, Garrigues, S., de la Guardia, M. (2008), “Green analytical chemistry”, *TrAC - Trends in Analytical Chemistry*, 27: 497-511.

Buydens, Lutgarde (2013), “Towards tsunami-resistant chemometrics”, *Analytical Scientist*, pp. 24-30.

Ellis, David I., Brewster, V. L., Dunn, W. B., Allwood, J. W., Golovanov, A. P., Goodacre, R. (2012), “Fingerprinting food: current technologies for the detection of food adulteration and contamination”, *Chemical Society Reviews*, 41, pp. 5706-5727.

Feng, Qian M. (2007), “On determining specifications and selections of alternative technologies for airport checked-baggage security screening”, *Risk Analysis*, 27, pp. 1299-1310.

Gałuszka, Agnieszka, Migaszewski, Z., Namieśnik, J. (2013), “The 12 principles of green analytical chemistry and the SIGNIFICANCE mnemonic of green analytical practices.” *TrAC - Trends in Analytical Chemistry*, 50, pp. 78-84.

Harrison, Christopher R. (2013), “The analytical challenges of anti-doping analysis.” *Analytical and Bioanalytical Chemistry*, 405, pp. 9615-9616.

Hartwell, William T., Shafer, D. S. (2011), *Public Involvement as an Element in Designing Environmental Monitoring Programs*. Environmental Monitoring. D. E. Ekundayo, InTech, DOI: 10.5772/27822. Available from: <http://www.intechopen.com/books/environmental-monitoring/public-involvement-as-an-element-in-designing-environmental-monitoring-programs>.

Leckrone, Kristen J. (2010), “Implementing Civic Engagement Ideals in Analytical Chemistry”, *Science Education and Civic Engagement: The Sencer Approach*. R. D. Sheardy. 1037, pp. 85-108.

Murray, Royce W. (1996), “The Permanency of Fading Boundaries”, *Analytical Chemistry*, 68, pp. 457A-457A.

Pawłowski, Lucjan (2011), “Environmental monitoring in evaluation of sustainability”, *World Academy of Science, Engineering and Technology*, 58, pp. 296-300.

Potyrailo, Radislav A., Nagraj, N., Surman, C., Boudries, H., Lai, H., Slocik, J. M., Kelley-Loughnane, N., Naik, R. R. (2012), “Wireless sensors and sensor net-

works for homeland security applications”, *TrAC - Trends in Analytical Chemistry*, 40, pp. 133-145.

Sharma, Kirti, Paradakar, M. (2010), “The melamine adulteration scandal”, *Food Security*, 2, pp. 97-107.

Simonet, Bartolomé M., Valcárcel, M. (2006), “Analytical chemistry in modern society: what we can expect”, *Microchimica Acta*, 153, pp. 1-5.

Valcárcel, Miguel (2012), “Analytical Chemistry Today and Tomorrow”, *Analytical Chemistry*, I. S. Krull, in Tech, DOI: 10.5772/50497. Available from: <http://www.intechopen.com/books/analytical-chemistry/analytical-chemistry-to-day-and-tomorrow>.

Valcárcel, Miguel, Christian, G. D., Lucena, R. (2013), “Teaching Social Responsibility in Analytical Chemistry”, *Analytical Chemistry*, 85, pp. 6152-6161.

Valcárcel, Miguel, Lucena, R. (2012), “Social responsibility in analytical chemistry”, *TrAC - Trends in Analytical Chemistry*, 31, pp. 1-7.

Xu, Weiguang, Wang, X., Cai, Z. (2013), “Analytical chemistry of the persistent organic pollutants identified in the Stockholm Convention: A review”, *Analytica Chimica Acta*, 790, pp. 1-13.

IV. Conhecimento Transfronteiriço

Rubén Castro Redondo e Rosario Mascato

Na última jornada do Mateus DOC V, as fronteiras físicas discutidas no dia anterior, tornaram-se de maior complexidade, passando a ser discutida a construção da ideia de pertença identitária a uma comunidade conformada a partir da sequenciação espacial e temporal dos poderes administrativos sobre um determinado território, com o exemplo do entorno da raia seca entre a Galiza e Portugal na Idade Moderna, época na que a multiplicidade de limites de imposição (especialmente tributária) deriva numa utilização meramente utilitária (sobretudo em termos económicos) de parte dos habitantes deste espaço.

Por outra parte, mais alá das fronteiras físicas, territoriais e administrativas, debatidas amplamente nas anteriores sessões, acrescentou-se uma nova perspetiva: a dos controversos limites entre disciplinas académicas no âmbito investigador, nomeadamente no das Humanidades, submetidas ao escrutínio público no que diz respeito a sua rendibilidade (especialmente económica) em tempos de crise.

Unha reflexión sobre a fronteira da Galicia moderna

Rubén Castro Redondo

1. A fronteira como novidade historiográfica

Os estudos fronteirizos na época moderna non contan cunha longa tradición ás súas costas. En realidade, só a partires da década de 1970 a fronteira consegue atraer a un número cada vez maior de traballos que reflexionan sobre este espazo no Antigo Réxime. Varios factores explican este crecente interese polo fenómeno fronteirizo, os mesmos que o conseguiron upar ata convertelo hoxe en día nunha moda historiográfica ou tema recorrente.

En primeiro lugar, os propios acontecementos políticos europeos do presente. No caso español as datas máis precisas levaríanos dende a Transición Democrática (1975-78) ata a entrada – ó mesmo tempo que Portugal – na Unión Europea (1986). Ambos acontecementos agochan no caso de España certo paradoxo: ó mesmo tempo que desaparecen as fronteiras externas con Portugal e Francia – o control tradicional aduaneiro vese substituído pola libre circulación entre países – prodúcense novos límites interiores coa creación das Comunidades Autónomas, no marco da renovación administrativa do territorio estatal. Sexa como for, os historiadores españois retrotraeron as cuestións relativas ás fronteiras territoriais á Idade Moderna.

Non foron nin os primeiros nin os únicos. O medievalismo creara arredor do feito fronteirizo co Islam unha das grandes liñas explicativas da súa disciplina, periodizando as etapas precisamente pola posición xeográfica do límite entre cristiáns e musulmáns.

O certo é que á altura de 1970 a historiografía modernista imperante en España e Portugal non contaba entre os seus intereses coa análise fronteiriza. A escola francesa de *Annales* -predominante no modernismo de ambos países – propuxo dende a súa creación nos anos vinte do S. XX uns principios metodolóxicos que trataban de comprender as sociedades modernas a partir do estudio dos seus caracteres estruturais: poboación, economía

e sociedade. Así as cousas, baixo esta perspectiva non se podía atender á demanda que propoñemos e que só se atendeu renovando o panorama historiográfico precedente.

Velaquí unha mostra do traballo que resta por facer.

2. Claves para o estudio da administración territorial na Galicia Moderna

Se algo caracteriza á administración territorial da Idade Moderna en Galicia é a súa heteroxeneidade. Dende o século XVI ata 1833 o Reino de Galicia aparece dividido en sete provincias baixo as cales se estende unha complexa e densa rede de xurisdicións, partidos, terras e cotos, que dan conta da fragmentación administrativa do territorio. As fontes censais da coroa de Castela na segunda metade do S. XVIII permítennos ós historiadores achegarnos de primeira man á realidade administrativa de cada poboación para a etapa final do Antigo Réxime.

O poder real tivo que lidar durante toda a modernidade cos poderes xurisdicionais para impoñer, con maior ou menor fortuna, a súa política. Segundo o Intendente Bañuelos (Saavedra Fernández, 2013: 16 e ss.), a finais do S. XVIII Galicia contaba nada máis e nada menos que con 664 xurisdicións e 496 coutos, que a priori serían os encargados de seguir conducindo a comunicación -que deixamos á altura das provincias- entre o monarca e o individuo, e viceversa. A caótica situación non era descoñecida a esa altura para os contemporáneos, que incluso denunciaban semellante atomización (Herbella de Puga, 1767; Lucas Labrada, 1804) para urxir á política a reformar o sistema xurisdiccional galego. O problema vai máis alá da complexidade de tratar con tal número de unidades administrativas, pois entre a variedade de termos xa sinalados únense unha manifesta heteroxeneidade nas súas funcións e unha continua modificación dos nomes e poboacións que representa cada unidade. Por exemplo, unha poboación podía pertencer a partidos fiscais diferentes segundo a taxa impositiva a recaudar. Coñecemos casos incluso nos que parroquias do Reino de Galicia contribúen segundo qué taxa nun partido fiscal castelán, rompendo por tanto a fronteira en materia fiscal.

Todas estas singularidades do sistema xurisdiccional de Galicia ían en contra da aplicación eficiente das políticas monárquicas, como tamén perxudican a labor dos historiadores á hora da investigación. Como resultado, a precisión territorial e poboacional que non aportan estas unidades administrativas civís para a etapa moderna obriga ós especialistas a acudir á administración eclesiástica; noutras palabras: coa análise dos partidos civís non se obteñen resultados rigorosos.

Pola contra, a parroquia sí nos permite unha análise máis rigorosa e precisa, por diferentes razóns. Esta unidade territorial mostra, no seu conxunto, unha permanencia inaudita durante todo o período moderno, difícil de imaxinar se contamos que á vez a poboación se multiplicou polo menos por cinco entre 1490 e 1800 (Saavedra, 2009: 77). Namentres, o número de parroquias apenas se modificou, contando arredor dunhas 3.600. A estabilidade do número de parroquias, a fidelidade do territorio que congregan baixo o sino da súa igrexa e incluso do seu nome son as vantaxes máis salientables dende o punto de vista do investigador con respecto ós partidos fiscais.

3. Proposta de análise: a fronteira na Galicia de finais do Antigo Réxime

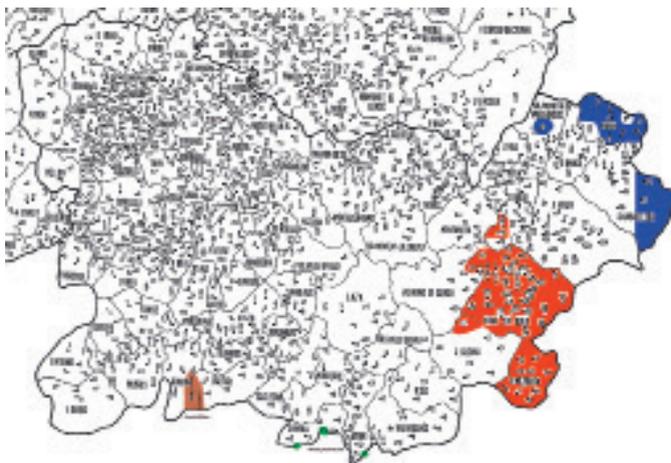
Hoxe en día nos países occidentais entendemos a fronteira como a liña divisoria onde tódalas áreas do poder dun Estado converxen e se separan das mesmas áreas dun Estado diferente.

Da mesma maneira que os caracteres do poder condicionan a natureza das súas fronteiras, a análise destas últimas posibilita un coñecemento sobre o poder que delimitan. É dicir, o estudio das fronteiras dun poder permite indirectamente coñecer en qué momento de construción se atopa este último ou o control que exerce dende o centro sobre o territorio periférico.

O razoamento que serviu de estímulo para reflexionar sobre a fronteira da Galicia Moderna é simple, ¿qué aspecto administrativo estudar para coñecer ata ónde chegan os confíns do Reino de Galicia?, ¿podemos falar dunha fronteira para o mesmo reino onde se superpoñen tódolos límites de cada unha das estruturas administrativas presentes nesa periferia?

Propoñemos para esta reflexión os seguintes exemplos administrativos.

Por un lado, o territorio fiscal. Os datos que nos ofrece o Catastro de Ensenada para mediados do S. XVIII indícanos o partido e a provincia á que pertencen as distintas unidades de poboación a efectos fiscais – case sempre parroquias, con maior presenza dos “lugares” no territorio da actual provincia de Ourense –. Toda a xurisdición de Viana do Bolo contribúe coa provincia de Valladolid: un total de setenta poboacións – parroquias, pero tamén “lugares” – nos actuais concellos de Viana do Bolo, A Mezquita, O Bolo, Vilariño de Conso e A Gudiña. O resultado territorial da fiscalidade no borde ourensán sitúanos unha cantidade para nada insignificante de poboacións que a efectos impositivos non pertencen ó Reino de Galicia. Así, a fronteira que resulta retrotráese ata as inmediacións de Manzaneda.



En vermello, o territorio fiscal en Galicia que en 1753 contribúe na provincia de Valladolid.

En azul, os territorios actuais galegos que no momento do Catastro pertencían a tódolos efectos á provincia de León. Ademais, os enclaves do Couto Misto e os Povos Promiscuos.

A situación que se describe no Catastro caduca na década de 1780, pois no Nomenclátor de Floridablanca (1789) xa non se

1. A provincia de Tui, que tamén fai fronteira co Reino de Portugal, non é interesante para a análise actual dado que os seus límites están ben delimitados a estas alturas coas augas do Río Miño.

advirte tal situación. A investigación deberá atender de inmediato á orixe desta artificial administración, que non é exclusiva deste territorio galego. Os territorios fiscais da artificial provincia de Valladolid non gozan dun mínimo de continuidade, con partidos espallados e incrustados noutras provincias e, como é o caso, en provincias ben alexadas e coas que non compartiu nunca nin comparte líneas divisorias.

En segundo lugar, a administración territorial exercida dende os bispados. Non é unha novidade a estas alturas da investigación sinalar que a administración eclesiástica e civil non representan territorios iguais; non soamente existen dioceses que non teñen paralelo na articulación provincial (Astorga, para o noso caso), senón que provincias e dioceses que comparten nome non representan territorios idénticos.

Como dicimos, non é unha aportación novedosa nese sentido, pero si interesante para a nosa análise dos bordes e da súa identidade. Mostraremos brevemente que acontece nos extremos cara a Castela e Portugal das provincias de Mondoñedo, Lugo e Ourense respectivamente¹.

As provincias modernas de Mondoñedo e Lugo – actualmente provincia de Lugo – limitan ó leste coa coroa de Castela, sen cambios territoriais relevantes coa actualidade, agás pequenos enclaves e poboacións mixtas. Pola contra, as respectivas dioceses de Mondoñedo e sobre todo Lugo si presentan variacións importantes nos seus límites orientais, tanto en relación coas provincias do momento como coas mesmas dioceses na actualidade. O cambio fundamental é a penetración da diócese de Oviedo en Santiago de Ría de Abres e Santiago de Vilaodríz (provincia de Mondoñedo) e, sobre todo, no gran concello de Burón na provincia de Lugo. Expresándonos sobre un mapa actual, tódalas parroquias do concello de Negueira de Muñiz serían administradas polo bispo de Oviedo, ó igual que vinte das vinte e nove parroquias do hoxe concello de A Fonsagrada e as parroquias máis nororientais do concello de Navia de Suarna. Ademais, tódalas parroquias da xurisdición de Quiroga quedan administradas eclesiasticamente pola diocese *nullius* de Astorga e civilmente pola provincia de Ourense, converténdose en territorio singular no sur da actual

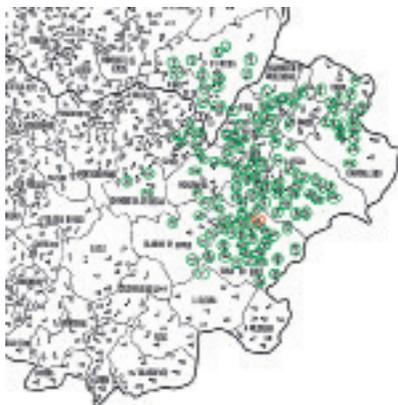
provincia de Lugo. Polo tanto, a efectos dos seus bordes, provincia e diocese de Lugo circunscriben áreas ben diferentes.

En verde, parroquias na provincia de Lugo pertencentes á diocese de Oviedo, 1826-1828, (Diccionario de Miñano)



E non son as únicas posesións da citada diocese *nullius* no Reino de Galicia, senón que soamente unha pequena parte. O groso do territorio que controla a diocese de Astorga atópase na provincia de Ourense. Cara 1830 obtemos o seguinte mapa diocesano, que é practicamente igual en toda a Idade Moderna, pois as parroquias que sinalamos como parte da diocese de Astorga para a primeira metade do S. XIX xa non aparecían baixo o bispo de Ourense no *tumbo* de 1489 da mesma diocese, onde se dá conta dos beneficios baixo a súa directa administración. O bispo de Ourense, na mesma tesitura, congregaba baixo o seu báculo parroquias máis alá dos límites provinciais, na actual provincia de Zamora (Hermisende, p. e.) ou no norte de Portugal (Tourem, p. e.).

Como vemos, o territorio máis oriental da actual provincia de Ourense conforma unha complexa administración ó longo da Idade Moderna, sendo o que máis modificacións territoriais presenta con respecto á actualidade.



En verde, parroquias da diocese nullius de Astorga en territorio galego, 1826-1828 (Diccionario de Miñano)

A confusión que supoñían estas singularidades entre a cartografía civil e eclesiástica coa nova administración liberal do S. XIX foi o elemento clave para que se puxeran os esforzos en arranxar os seus límites coas dioceses inmediatas e superpoñer na medida do posible os bordes diocesanos sobre os bordes das novas provincias, respectando na base poboacional a unidade das parroquias e dos concellos. Todo o proceso de acomodación dos lindes acométese na segunda metade do S. XIX -aínda no Diccionario de Madoz de 1850 obtéñense datos moi parecidos, proba de que a reforma non fora acometida-, onde se iniciará o camiño para a situación actual de ambas unidades administrativas.

En terceiro lugar, a xurisdición exercida pola Real Audiencia de Galicia. Concebida en 1480 polos Reis Católicos para rematar pola vía xudicial coas loitas internas do Reino de Galicia, dende o seu inicio se entende que exerce a autoridade real no territorio galego. Como método de investigación, todos aqueles lugares representados nas causas levadas ante este máximo tribunal na Galicia Moderna deberán ser atribuídos ó Reino de Galicia.

Isto permítenos realizar varias observacións. Por unha banda, analizar ata ónde chega a súa xurisdición nos bordes orientais das provincias de Mondoñedo, Lugo e Ourense, e os bordes meridionais de novo nesta última e na provincia de Tui – provincia

e diocese ben delimitada cara o sur polas augas do río Miño. Os resultados amósannos qué a xustiza da coroa chega con eficacia a todo o territorio do Reino. Incluso, se atendemos á Provisión de 7 de outubro do mesmo 1480 – ano fundacional da Real Audiencia-, sinálase que as facultades do citado tribunal esténdense territorialmente “*según e por la forma e manera que lo tienen en el dicho Reino de Galizia*” al Bierzo y Tierra de Valcarce (Fernández Vega: 1982, 254), se ben non se pode precisar aínda ata que momento se mantivo esta extralimitación expresada séculos atrás.

Os bordes do Reino están presentes nas causas atendidas ante o real tribunal, e incluso nalgunhas destas causas participan as poboacións do outro lado da divisoria, como constatamos por exemplo con Villarrubín, Castromil de Castilla da coroa de Castela ou Alcobças e Castro Leboreiro da coroa de Portugal.

Por outra banda, os territorios citados que fiscalmente contribuían na provincia de Valladolid en 1753 están claramente representados no tribunal, o que redunda na nosa apreciación da pertenza á provincia vallisoletana só por motivos de contribución, porque queda claro deste xeito que se as causas das mesmas poboacións eran atendidas ante a Real Audiencia e ésta atendía só as causas do Reino de Galicia – e excepcionalmente a Terra de Valcarce e o Bierzo –, as mesmas poboacións eran igualmente galegas a efectos xurisdicionais.

4. Unha reflexión entre a fronteira e o poder do Estado

O obxectivo da presente e breve comunicación é dobre: por unha banda coñecer o estado da fronteira do Reino de Galicia para finais do Antigo Réxime e, por outra banda, derivar as características dos bordes para reflexionar sobre o momento no que se atopa a construción do estado monárquico. Dúas cousas son evidentes:

As distintas administracións territoriais ó final da Idade Moderna non converxen, nin nas unidades territoriais que dirixen, nin nos límites das mesmas.

Incluso dentro da administración directa da monarquía se producen heteroxeneidades importantes: a fiscalidade

real das provincias galegas e a xurisdición do tribunal real en Galicia non administran territorios iguais.

Así as cousas, a fronteira – a pesares do que se poida pensar – non é inmutable nin posúe unha lóxica única: é cambiante no tempo e no espazo e, se ben se pode explicar, iso non significa que o proceso constitutivo da mesma fose único, nin tan sequera obvio.

Para mostra, as singularidades que presentan os bordes do Reino de Galicia na etapa xa final do Antigo Réxime. Cando falamos da fronteira para momentos anteriores á construción do Estado-Nación – ó longo do S. XIX – non se pode realizar unha análise como sí poderemos facer para a etapa posterior ata o presente. A diferenza fundamental está no Estado, pouco ou menos desenvolvido nun primeiro momento e cun réxime de monopolio – de competencias, da administración, da forza – para a etapa postdecimonónica. O camiño non se inicia dende cero no século XIX, pero sí se acelera acorde con outros factores como o crecemento da administración ou as posibilidades e innovacións das ciencias positivistas.

Hoxe en día, e claramente como un anacronismo a vencer, as fronteiras que funcionan para a delimitación da Comunidade Autónoma de Galicia coas comunidades autónomas de Asturias e Castela-León e coa fronteira estatal con Portugal, son liñas divisorias onde se superpoñen tódolos niveis da administración civil e eclesiástica, dende a parroquia á comunidade autónoma pasando pola provincia ou a diocese – salvando a excepción aínda vixente da diocese de Astorga –. Queda así taxativamente diferenciado o ámbito de acción de cada administración, precisamente para redundar no control do territorio e evitar as singularidades e ambigüidades dos territorios periféricos. Para un momento anterior ó século XIX, e sen ese monopolio exercido polo Estado, as análises administrativas ofrecen resultados e límites territoriais dispares.

Fontes

Respuestas Generales del Catastro del Marqués de la Ensenada. Consulta en rede: <http://pares.mcu.es/Catastro/servlets/ServletController>

Censo español executado por orden del Rey, comunicada por el Excelentísimo Señor Conde de Floridablanca, Madrid, Imprenta Real, 1787.

Diccionario geográfico-estadístico de España y Portugal, Imprenta de Pierart-Peralta, Madrid 1826-1828.

Diccionario geográfico-estadístico-histórico de España y sus posesiones de Ultramar, est. Literario Tipográfico de P. Madoz y L. Sagasti, 1845-1850.

Bibliografía

Fernández Vega, L. (1983), *La Real Audiencia de Galicia, órgano de gobierno en el Antiguo Régimen (1480-1808)*, Diputación Provincial de A Coruña, A Coruña.

Ríos Rodríguez, M^a L. (2010), *Memorial tumbo de parroquias e beneficios da diocese auriense (1489)*, Grupo Filatélico e Numismático de Noia, Noia (A Coruña).

Saavedra Fernández, P. (2013), *Demarcacións, topónimos, papeis, memoria. Sobre a división e o control do territorio na Galicia moderna*, Real Academia Galega.

Saavedra Fernández, P. (2009), “A rede parroquial desde finais do século XV ata mediados do XIX”, en García Pazos, F., *A parroquia en Galicia: pasado, presente e futuro*, Ed. Xunta de Galicia, Santiago de Compostela.

Torres Luna M^a P., **Pérez Fariña**, M^a L., **Santos Solla**, J. M., (1989) *Municipios y parroquias de Galicia*, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela.

Outros

Herbella de Puga, B. (1767), *Discurso sobre la necesidad de que se establezcan corregimientos en el Reino de Galicia...*, Santiago de Compostela.

Labrada, L. (1804), *Descripción económica del Reino de Galicia*, Ferrol.

Culture Research - Digital Humanities: (de)construindo as fronteiras da produção/difusão do conhecimento

Rosario Mascato Rey

“Nisi vtile est quod facimus stvlta est gloria”

(Fedro, Fábulas, Livro III, 17, 12)

1. Um dos últimos contributos publicados nesta extensa polémica é o do Prémio Nobel Andy Schekman, que num artigo aparecido recentemente no diário britânico *The Guardian* (2013) questiona precisamente os mecanismos de seleção para a publicação utilizados por três das grandes revistas científicas existentes hoje em dia no âmbito das Ciências Experimentais.

1. *Publish or perish vs. Slow Science*

A investigação no âmbito das Humanidades está a experimentar uma profunda remodelação motivada por diversos fatores:

a) a implementação tecnológica acontecida nos últimos anos no mundo académico;

b) no referente aos processos de avaliação da produção científica, a aplicação universal de critérios quantificáveis, fixados com caráter internacional, que até há poucos anos estavam limitados ao âmbito das ciências experimentais, e cuja natureza está em causa, dado o questionamento do binómio “fator de impacto-qualidade”, que resulta claramente adulterado de acordo com o sistema de incentivos utilizados nos rankings de revistas/publicações/referees/etc.; isto é, assistimos ao processo de standardização duma nova meritocracia;¹

c) a implantação da lógica do capitalismo académico na produção científica (Paraskeva, 2009), que traz consigo a redução de recursos (económicos e humanos) destinados à investigação (e a conseguinte precariedade) nestas áreas.

Em contraposição, frente a este *publish or perish*, apresenta-se o *Slow Science Manifesto* – uma iniciativa paralela a outras do *Slow Movement*, como o *Slow Food*, as *Cittaslow (slow cities)* ou o *Slow Parenting* (Honoré, 2005) – que nada tem a ver com uma volta a velhos parâmetros de funcionamento da investigação, mas com um firme posicionamento sobre as responsabilidades da Universidade

a respeito das mudanças sistêmicas que leva aparelhada a construção duma sociedade do conhecimento. Convém, portanto, em opinião dos apoiantes deste texto, reclamar a intervenção das instituições acadêmicas no debate público desde o respeito para com todas as áreas e todas as tipologias de saber:

School (scholè) means free time, as opposed to ‘busy-ness’, to business (a-scholè). Research entities with a mandate of public knowledge production should aim at becoming universal, inclusive places, where critical debate fosters social, political, cultural, economic and environmental awareness. Science, education and research are too important, maybe especially at this moment in history, to privatize them – for the problems are huge and the stakes high. Independent science, then, should not be confused with indifferent science.

(...) It needs to be protected from the rush for the fast, generally undemocratic solutions as promoted by the knowledge economy. It needs time to craft both questions and answers in demanding co-productive relation with people concerned by those questions and answers. The highest aim of scientific research and education should be and remain, to ask often difficult questions and to form critical, creative and committed people.

Science, education and research are and should remain part of the commons; exclusionary production and appropriation of knowledge is irresponsible and devastating. Or put positively: the democratization of knowledge is imperative. (Slow Science Manifesto)

2. Novas coordenadas para as Humanidades

No caso das Humanidades, para além do referido supra, devemos acrescentar uma mudança radical de paradigma (ainda em processo de definição e implementação) no que diz respeito aos modos e ferramentas de trabalho do pessoal investigador, já que:

- a) variam os objetivos de pesquisa, com uma tendência a procurar não tanto a análise hermenêutica dos textos/factos/ideias, como o estudo do próprio processo de construção, produção e circulação do conhecimento (Sarmatim, 2010) gerado no campo académico;

2. Veja-se para um estudo em pormenor deste assunto Torres Feijó (2012) ou os trabalhos do Grupo Galabra da USC, do que o mencionado professor é diretor.

b) é necessário, portanto, utilizar novas metodologias, ferramentas e *corpus* de trabalho, num processo de aproximação das Ciências Sociais, com o objetivo de garantir o *workflow* e o controlo de qualidade na investigação (numa não menos conflitiva relação dialética com os parâmetros de trabalho das Ciências Naturais e Exatas).

E fruto, ademais, da mencionada necessidade de divulgação e transferência do conhecimento, é o alargamento dos modos de difusão científica, focando a internacionalização e socialização dos resultados da investigação, também por meio de ferramentas digitais, como por exemplo as redes sociais de tipo académico (*Academia.edu / ResearchGate*).

No caso dos estudos literários, esta viragem tem propiciado o interesse dos investigadores pela formação e colaboração com outras disciplinas (como a sociologia, a antropologia, a filosofia da linguagem, as ciências da comunicação, a análise do discurso, ...) para, no fim, dar corpo a uma nova corrente de *culture research* (Even Zohar, 2005-2010) que se reflete também na metodologia e terminologia utilizada em artigos e monografias que estudam o fato literário em sentido extenso: produtores, agentes, campo cultural, trajetórias, instituições, processos de canonização, *corpus* mediático, produção textual, discurso público, etc.²

Em paralelo, o imperativo das novas tecnologias, enfrenta as Humanidades com novas possibilidades de trabalho abrindo caminhos para a utilização de mais heterogêneos e volumosos *corpus* de pesquisa, e habilitando, em consequência, novos mecanismos e objetivos para os investigadores: produzir edições e bibliotecas digitais de acordo com critérios unificados a nível europeu (*European Data Model*); construir ferramentas digitais para o processado do diferentes corpora trabalhados procurando a sua análise quantitativa, qualitativa e relacional (Deegan and McCarthy, 2012); etiquetar os materiais com sistema de codificação TEI para a representação de todo tipo de textos literários para o ensino e investigação *online* (Burnad and Bouman, 2013); ou utilizar ferramentas e aplicações para o tratamento desta informação, como por exemplo a análise do discurso ou a análise de redes sociais (neste último caso, veja-se Samartim, 2010 ou So & Long, 2013).

Trata-se, portanto, duma forte mudança de paradigma, em que frente às Humanidades tradicionalmente consideradas, assistimos ao surgimento duma nova disciplina denominada *Digital Humanities* (definida como a *summa* de Artes, Humanidades, Ciência e Tecnologia).

Nesta conjuntura, o fluxo de informação *liqua* fronteiras: produto desta interconexão habilitada pelas novas tecnologias é possível prescindir em grande medida da presencialidade nas relações acadêmico-profissionais (o que, por sua vez, contribui também para a diluição dos tempos e espaços dedicados ao trabalho e ao lazer) e constituir redes de partilha de interesses e atividade investigadora. E este esforço colaborativo mesmo se materializa na criação de novos órgãos acadêmicos e associativos que visam, por uma parte, a reorganização e transformação curricular do ensino superior nestas áreas a fim de dar corpo a esta nova realidade;³ e, por outra parte, a maior institucionalização e visibilidade internacional da disciplina, criando-se a estes efeitos organizações para a coordenação de atividades e ferramentas para a difusão da investigação.⁴

Mas, nestas circunstâncias são, porém, construídas novas lindes que projetam por sua vez novas fraturas (*gaps*) com a tradição acadêmica do século XX, nomeadamente no caso dos estudos literários: *traditional teaching vs. digital teaching, senior researchers vs. young researchers (status, prospects, career development, professional-laboral conditions), traditional publications vs. digital publications and its peer-reviewed evaluation, Open Access and Open Data Policies vs. Legal security, etc...*⁵

Uma nova fronteira que se torna especialmente desafiante no tocante aos modos de relacionamento e perspectivas acadêmicas dos novos investigadores, que publicamente fazem constar que a falta de reconhecimento institucional desta nova realidade pode constituir uma ameaça para a engrenagem da comunidade acadêmica no seu conjunto⁶. Uma situação que, por outra parte, acabaria por refletir o que é já uma nova realidade também em termos sociais: a emergência – no âmbito universitário, neste caso – do *preariado ilustrado* (Standing, 2011), nova classe caracterizada, sobretudo, pelo denominado “*truncated status or status discord*”,

3. Pioneiro neste senso é o *Digital Humanities Department*, do King’s College de Londres.

4. A estes efeitos, convém salientar a *Alliance in Digital Humanities Organizations* que visa promover a investigação e pedagogia digital.

5. Elementos todos eles recolhidos no manifesto *Yes, We Digital*, formulado em 2013, em que os assinantes reclamam:

- a) no plano geral: a posta em valor do trabalho desenvolvido pelos humanistas digitais, especialmente por parte de seus pares, reconhecendo que esta disciplina requer conhecimentos e infraestruturas específicas
- b) no referente às instituições de investigação e ensino superior: o desenvolvimento de estratégias digitais coerentes, sustentáveis a longo prazo, constituindo grupos especializados de trabalho, isto é, a criação de novos “ecossistemas científicos”
- c) pelo que atinge às agências de avaliação e financiamento: a implantação de programas específicos para a construção de redes internacionais de investigação e a instauração de novos processos de avaliação que tenham em conta esta nova realidade.

6. No já mencionado Manifesto *Yes, We Digital*, faz-se constar: “*The widening gap between flourishing digital practices and their institutional acknowledgment represent a threat for the academic community as a whole and for young scholars in particular, since it casts uncertainty on their future as research professionals.*” (*Yes, We Digital*, itálicos meus).

assim como pela falta de segurança (já não só em termos económicos, mas de desenvolvimento profissional e pessoal).

3. A Digital Pedagogy in Humanities

Mas a universidade também enfrenta o desenvolvimento de novas ferramentas e metodologias para o ensino, assim como a formação de pessoal docente, especialmente no quadro do Espaço Europeu de Educação Superior. Surge assim, em paralelo a este discurso alternativo à realidade fraturada, e frente à figura tradicional, a do docente “*knowmad*” (veja-se Moravek, 2013), cujo propósito não é outro que criar novas pontes entre um mundo em constante mudança e os processos de desenvolvimento pessoal e profissional, mediante o trabalho nas seguintes frentes:

- a) habilidades interpessoais e sociais
- b) a inovação no setor educativo (especialmente a respeito do uso de novas tecnologias)
- c) a mobilidade, como capacidade para interatuar e aprender em novos contextos (laborais, profissionais, disciplinares...) e comunidades (linguísticas, culturais...)

Devemos, portanto, inculcar nos estudantes a habilidade de observar a realidade com o fim de obter novos prismas sobre um mesmo objeto de estudo (Hirsch, 2012: 22-25), incorporando todos os elementos citados.

Em consequência, estes parâmetros obrigam-nos, de igual maneira, a interrogar-nos sobre a nossa formação, experiência e habilidades como docentes, já não só com respeito das necessidades dos estudantes (que aprendem e como o aprendem), mas, sobretudo, a como desde o outro lado do binómio, os “*educators* (in the broad sense of the term) construct the ideological and political positions from which they speak” (Giroux, 1990). Como bem assinala o *Slow Science Manifesto*, o “ethos” investigador deve estender-se ao âmbito docente, ensinando desde e para uma consciência ativa da maneira em que o conhecimento se constrói e adquire relevância em cada novo e problemático contexto, a que só se pode dar resposta a partir de uma focagem

formativa em que se dá prioridade ao fomento da inteligência e da criatividade coletivas:

We need the practitioners of specific scientific practices to be trained not in ‘monasteries’ protected from the noise of the world, but in ‘schools’ where they learn to situate what matters for them among the wide variety of what matters for others. (Slow Science Manifesto)

Neste contexto, a um tempo, de fronteiras a diluam-se enquanto outras são construídas em seu lugar, no âmbito da Universidade e a Investigação, o objetivo último deste processo de incorporação de ferramentas digitais, metodologia interdisciplinar, trabalho colaborativo, corpora diversificados e, sobretudo e como ponto de partida, análise do conhecimento construído, não é outro que desenvolver o juízo crítico, a capacidade de análise, o pensamento científico e a vontade de ação em rede, competência chave para o desenvolvimento de qualquer profissional do século XXI, e elementos que convertem, outra vez, as Humanidades (Digitais) numa ferramenta de indubitável utilidade social e cultural hoje em dia, um facto que convém destacar.

Bibliografia

Burnard, Lou / Syd Bauman (2013), TEI P5: *Guidelines for Electronic Text Encoding and Interchange*. Charlottesville, Virginia, Text Encoding Initiative Consortium. Disponível em: <http://www.tei-c.org/Vault/P5/2.4.0/doc/tei-p5-doc/en/html/> [Última consulta: 13/12/2013].

Deegan, Marylyn / William McCarthy (Eds.) (2012), *Collaborative Research in the Humanities*, Farnham, Ashgate Publishing.

Even-Zohar, Itamar (2005-2010), *Papers in Culture Research*, Electronic Self-Edition. Disponível em: http://www.tau.ac.il/~itamarez%20/works/books/EZ-CR-2005_2010.pdf [Última consulta: 13/12/2013].

Giroux, Henry A. (1990), “Rethinking the Boundaries of Educational Discourse: Modernism, Postmodernism and Feminism”, *College Literature*, 17 (2/3). The Politics of Teaching Literature, pp. 1-50.

Hirsch, Brett D. (2012), “Digital Humanities and the Place of Pedagogy”, in Brett D. Hirsch (Ed.), *Digital Humanities and the Place of Pedagogy: Practices, Principles and Policies*, Open Book Publishers, pp. 3-30.

Honoré, Carl (2005), *In Praise of Slow. Challenging the Cult of Speed*, Orion.

Moravek, John W. (2013), *Knowmad Society*. Education Futures. Disponível em: <http://www.knowmadsociety.com/> [Última consulta: 13/12/2013]

Paraskeva, João Menelau (Ed.) (2009), *Capitalismo Acadêmico. Eutanasia Neo-liberal ao Ensino Superior Público*, Lisboa, Edições Pedagogo.

Samartim, Roberto (2010), “Défices projetivos e estratégias de planificação cultural no campo editorial dum sistema periférico (Galiza: 1968-1978)”, em M^a Amparo Tavares Maleval e Laura Tato Fontaiña (Eds.), *Estudos Galego-Brasileiros 4. Lingua, Literatura, Identidade*, A Corunha, Universidade da Corunha, pp. 255-276. Disponível em: <http://www.grupogalabra.com/component/content/article/55-roberto-lopez-iglesias-samartim.html> [Última consulta: 13/12/2013].

Shekman, Randy (2013), “How Journals like Nature, Cell and Science are damaging Science”. *The Guardian* [Edição OnLine]. Londres, 9 de Dezembro. Disponível em: <http://www.theguardian.com/commentisfree/2013/dec/09/how-journals-nature-science-cell-damage-science> [Última consulta: 13/12/2013].

So, Richard Jean / Hoyt Long (2013), “Network Analysis and the Sociology of Modernism”, *Boundary 2. An International Journal of Literature and Culture*, 2013, 40 (2), pp.147-182. Disponível em: <http://boundary2.dukejournals.org/content/40/2/147.abstract> [Última consulta: 13/12/2013]

Standing, Guy (2011), *The Precariat. The New Dangerous Class*, London, Bloomsbury.

Torres Feijó, Elias J. (2012), “Reorientação dos estudos literários para a aplicabilidade e a transferência: da feitiçaria para a medicina e os capitais em jogo”, *Revista da Universidade Federal de Goiás*, XIII, 12, Julho, pp. 154-173. Disponível em: http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/julho2012/arquivos_pdf/16.pdf [Última consulta: 13/12/2013]

Sites

Academia.edu: www.academia.edu [Última consulta: 13/12/2013]

Alliance in Digital Humanities Organizations: www.adho.org [Última consulta: 13/12/2013]

Digital Humanities Department, King’s College, London: <http://www.kcl.ac.uk/artshums/depts/ddh/index.aspx> [Última consulta: 13/12/2013]

Europeana Data Model: <https://joinup.ec.europa.eu/asset/edm/description> [Última consulta: 13/12/2013]

Grupo Galabra, Universidade de Santiago de Compostela: www.grupogalabra.com [Última consulta: 13/12/2013]

ResearchGate: www.researchgate.net [Última consulta: 13/12/2013]

Slow Science Manifesto: http://www.petities24.com/slow_science_manifesto [Última consulta: 13/12/2013].

Yes, We Digital: <http://dhdhi.hypotheses.org/1855> [Última consulta: 13/12/2013].

V. Ciência e Fronteira

Bruno Pinto e David Marçal

Esta sessão focou a comunicação de ciência como área de fronteira e a distinção entre o que é ciência e pseudociência, tendo sido utilizados exemplos práticos para ilustrar ambos os temas. Inicialmente, foram comparados seis diferentes formatos de comunicação de ciência, realçando o seu carácter multidisciplinar no que diz respeito a conteúdos. Após uma breve introdução sobre a comunicação de ciência em Portugal, foi feita uma descrição sobre o modo como estes seis formatos foram utilizados, uma caracterização das suas principais vantagens e desvantagens e uma reflexão sobre alguns dos desafios propostos a quem se dedica a esta área de fronteira. Posteriormente, foi apresentada a ideia de que existe uma clara fronteira entre a ciência e a falsa ciência, sendo a primeira assente em provas e a segunda em figuras de autoridade. Foram, também, expostos exemplos de falsa ciência como as polémicas em torno das alterações climáticas por emissão de gases com efeito de estufa e acerca de hipótese do Desenho Inteligente (tradução livre da expressão inglesa *Intelligent Design*), uma teoria alternativa à Evolução que pretende explicar a biodiversidade. Durante esta sessão, foi ainda discutido o papel fundamental que a comunicação de ciência tem no mundo, argumentando-se que uma política científica na actualidade não pode descurar este aspecto. Por último, foi considerado importante que os cientistas tomem parte no debate público sobre questões científicas, uma vez que a sua ausência facilitará a emergência de actores que advogam a pseudociência.

Comunicação de Ciência — uma área de Fronteira

Bruno Pinto

Introdução

A comunicação de ciência pode ser definida como o uso de mecanismos apropriados tais como actividades, palestras, exposições ou outros meios, com o objectivo de promover uma ou mais das seguintes respostas à ciência: sensibilizar, desfrutar, despertar interesse, ajudar a formar opinião e promover a compreensão (Burns et al., 2003). É praticada habitualmente em centros e museus de ciência, em filmes, televisão, rádio e imprensa, em sítios na internet, em espectáculos como teatro sobre ciência, em eventos como palestras, debates, dias abertos, festivais e competições e ainda em livros e revistas de divulgação científica (Burns et al., 2003).

Em Portugal, os museus de ciência associados às universidades (Lisboa, Porto e Coimbra), os jardins botânicos, os aquários e os jardins zoológicos são exemplos de instituições que se dedicam há mais tempo à divulgação de ciência (Fiolhais, 2011). Mais recentemente, em 1996, o Ministério da Ciência e da Tecnologia criou a Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (Ciência Viva), que tem como principal objectivo a promoção da cultura científica e tecnológica junto da população portuguesa. Actualmente, esta Agência conta com 20 centros de ciência distribuídos de norte a sul de Portugal Continental, Madeira e Açores (Ciência Viva, 2013). Para o crescimento da comunicação de ciência no nosso país, também têm contribuído a publicação de livros de divulgação científica (por exemplo, pela editora Gradiva), as acções das associações de ciência, a publicação de artigos na imprensa em jornais como o Expresso, o Público ou o Sol e em sítios da internet, programas de rádio e, mais ocasionalmente, programas de televisão (Fiolhais, 2011).

Para acompanhar a recente expansão desta área no nosso país, aumentou também o número e diversidade de comunicadores de ciência em Portugal nos últimos 20 anos. Alguns indicadores de que esta comunidade está em processo de consolidação como classe profissional são a realização do 1.º Congresso de

Comunicadores de Ciência em Maio de 2013 no Pavilhão do Conhecimento (Lisboa) com mais de 270 profissionais, o agendamento de um segundo Congresso no Porto para Maio de 2014 e o aumento das possibilidades de formação nesta área tais como um mestrado em Comunicação de Ciência na Universidade Nova de Lisboa e vários workshops de curta duração (Antunes et al., 2013; Trench and Miller, 2012). Este processo também pode beneficiar de um maior conhecimento por parte da sociedade portuguesa sobre o que é um comunicador de ciência.

Assim, este artigo pretende ilustrar e comparar o uso de diferentes formatos para fazer comunicação de ciência em Portugal, bem como evidenciar o seu carácter multidisciplinar no que diz respeito a conteúdos. Para além disso, pretende-se discutir sucintamente em que medida é que a comunicação de ciência pode ser considerada uma área de fronteira.

I. Formatos de comunicação de ciência utilizados

De seguida, apresentam-se seis formatos utilizados em projectos desenvolvidos entre 2009 e 2014 pelo autor.

1. Exposição

Descrição: A exposição intitulada “Linces, lobos e águias-reais: o passado, o presente e o futuro da conservação em Portugal” esteve integrada no programa português “Bioeventos 2010” que celebrou 2010 como o Ano Internacional da Biodiversidade. Foi coordenada pelo autor e apresentou uma visão histórica sobre a conservação de espécies no nosso país, tendo beneficiado do patrocínio de uma empresa privada. Esta exposição esteve patente numa sala com cerca de 190 metros quadrados no Museu Nacional de História Natural e da Ciência (Lisboa) entre 2 de Dezembro de 2010 e 17 de Abril de 2011, tendo sido visitada por cerca de 5600 pessoas.

Vantagens: Este formato permitiu o contacto directo do público com diversas maneiras de ilustrar a nossa história ambiental, tais como imagens, textos, objectos, vídeo e som. Para além disso, permitiu também aos visitantes alguma interacção e participação

na exposição, o que aumentou o seu potencial de aprendizagem. Em relação a outros formatos, a exposição teve a vantagem de estar acessível aos visitantes durante mais de quatro meses durante as horas de funcionamento do museu. É, ainda, de notar a realização de actividades paralelas à exposição (e.g. visitas guiadas) dirigidas a grupos escolares e outros, bem como a possibilidade de empréstimo da exposição a outras instituições ou a sua posterior repositão no mesmo museu onde foi concebida.

Desvantagens: A elaboração desta exposição implicou custos consideráveis com a contratação de pessoal técnico (e.g. pintores, carpinteiros, designer gráfico, editor de vídeo), materiais para a exposição, transporte e seguro de objectos. Uma vez que estavam para além dos recursos disponíveis no museu, foram suportados por um patrocinador. Houve, assim, a necessidade da articulação destes meios externos com os recursos existentes no museu. Para além disso, a coordenação da exposição foi uma tarefa complexa que representou um grande investimento de tempo, uma vez que foi necessário ter em atenção inúmeros factores tais como a forma e o conteúdo da exposição (textos, imagens, objectos, vídeos, design gráfico, planta da exposição, etc.), as condições da sala (iluminação, som, segurança, circulação de público, etc.), a manutenção e promoção da exposição e também a sua montagem, desmontagem e armazenamento. Existiu, ainda, uma grande dependência de outros profissionais para a concretização deste projecto.

2. Artigos publicados on-line

Descrição: A revista “Visão” tem um sítio da internet dedicado a assuntos de ambiente chamado “Visão Verde”, onde o autor tem publicado crónicas com uma periodicidade mensal desde Julho de 2011 até ao presente. Cada crónica tem o objectivo principal de informar sobre a ecologia e conservação de uma determinada espécie faunística portuguesa, sendo constituída por cerca de 800-900 palavras (incluindo bibliografia) e ilustrada por uma fotografia. Recorre-se, também, ao seu património cultural associado a cada espécie e ao humor como forma de cativar os leitores. De acordo com dados fornecidos pela “Visão” em Junho de 2012, a média do número de visitas (pageviews) de cada crónica publicada até essa data era cerca de 5000.

Vantagens: Uma das maiores vantagens é o seu baixo investimento, uma vez que estas crónicas requerem apenas algum tempo para serem escritas, não havendo custos financeiros associados ao uso das imagens ou à publicação *on-line*. Para além disso, este é um meio de comunicação baseado numa página de internet de acesso livre, não estando o público limitado a determinada área geográfica, horário ou pagamento para a sua consulta. Outras vantagens são a possibilidade de publicar ao longo do tempo e de forma espaçada (neste caso, com uma periodicidade mensal), bem como a possibilidade de publicação futura de um livro que reúna todas as crónicas escritas.

Desvantagens: Um texto ilustrado com uma imagem numa página de internet tem um potencial limitado para cativar o público. Outra desvantagem é que, uma vez que o autor não controla essa página de internet onde são publicadas as crónicas, existem outros elementos tais como a sua apresentação ou o destaque dado a outras notícias que podem influenciar o número de visitas (*pageviews*). Por último, o impacto deste meio depende da visibilidade do sítio. Neste caso particular, foi feita a opção por um sítio de uma revista semanal em detrimento da publicação num sítio com um público mais restrito (por exemplo, sítio do Museu Nacional de História Natural e da Ciência).

3. Peça de teatro

Descrição: No âmbito da Noite dos Investigadores 2010 (iniciativa financiada pela Comissão Europeia) que se realizou em Lisboa, o autor escreveu uma peça de teatro sobre conservação da biodiversidade, que foi representada por cientistas e encenada por dois actores profissionais. Esta peça de teatro intitulada “Os últimos dos texugos” tinha uma duração de cerca de 50 minutos e foi apresentada apenas uma vez a 24 de Setembro de 2010 no Jardim Botânico Tropical (Belém, Lisboa) para uma audiência estimada de 300-350 espectadores.

Vantagens: Esta foi uma forma simples e eficaz de explicar conceitos técnicos tais como a conservação do habitat, a reprodução em cativeiro ou a reintrodução de espécies, ilustrando-os com um exemplo prático. Uma vez que estes temas foram abordados usando o drama e a comédia, esta peça de teatro também foi

considerada um modo lúdico de fazer comunicação de ciência (Dowell and Weitkamp, 2012). Para além disso, a opção de escolher biólogos da conservação como personagens principais teve o benefício de humanizar esses cientistas, tornando-os mais próximos do público.

Desvantagens: A maior desvantagem deste meio foi a exigência de meios técnicos e logísticos, economicamente suportados pela Comissão Europeia. Devido às dificuldades em obter financiamento adicional, não foi possível repetir a apresentação da peça, restringindo assim esta iniciativa a um único evento. Portanto, este meio de comunicação só esteve acessível ao público de uma forma muito pontual, o que limitou bastante o seu impacto. Houve, ainda, alguma dependência dos dois actores profissionais e também dos cientistas-actores, que asseguraram a concretização bem-sucedida deste projecto.

4. Apresentação de *stand-up comedy* sobre ciência

Descrição: O autor participou em três espectáculos distintos do projecto de *stand-up comedy* sobre ciência intitulado “Cientistas de Pé”, que foi coordenado por um comunicador de ciência e por um actor profissional e financiado pela Comissão Europeia e pelo Prémio Ideias Verdes- edição de 2010 (Fundação *Luso* e jornal *Expresso*). Entre 2009 e 2013, este grupo apresentou espectáculos em diversos locais, que foram no entanto centradas na região de Lisboa. No total, foram feitas 38 apresentações até à data, com um público estimado de mais de 6000 pessoas.

Vantagens: Este meio de comunicação tem a vantagem de estabelecer uma estreita relação com o público, o que pode ser explicado pelo uso de humor, linguagem informal e interacção entre o cientista e o público. Outra vantagem é que tem um valor de entretenimento pelo uso do humor, o que pode beneficiar a aprendizagem sobre ciência (Roth *et al.*, 2011; Garner, 2006). Assim, os espectáculos foram apresentados em áreas dedicadas à comunicação da ciência, como museus e centros de ciência, mas também em outros locais mais destinados à *stand-up comedy*, tais como festivais de comédia, teatros, feiras do livro e hotéis, podendo chegar assim a um público mais amplo (Bultitude and Sardo, 2012). Para além disso, este meio exigiu poucos recursos

(geralmente, um microfone e um amplificador eram suficientes), o que tornou fácil a sua apresentação e adaptação a diferentes circunstâncias. Por último, verificou-se ainda alguma versatilidade em relação aos conteúdos dos textos, o que permitiu introduzir referências específicas a determinado público e/ou dar destaque a notícias recentes.

Desvantagens: A simplicidade deste meio de comunicação é, simultaneamente, uma força e uma fraqueza. Como tal, o *stand-up comedy* parece menos adequado para explicar questões científicas complexas. Uma vez que a comédia pode ser ambígua, é também necessário cuidado para comunicar de forma clara e correcta, a fim de evitar mal-entendidos. Por último, e à semelhança da peça de teatro, só esteve acessível ao público de forma pontual.

5. Livro de banda desenhada

Descrição: O autor escreveu o argumento da banda desenhada “Lince-ibérico: a sua história em Portugal”, trabalhando em parceria com o ilustrador José Garcês. Este livro dirigido a jovens focou a ecologia e conservação do lince-ibérico, que é uma espécie endémica da Península Ibérica classificada como criticamente ameaçada de extinção (Cabral et al., 2005). Esta iniciativa foi financiada através de um programa LIFE (financiado pela Comissão Europeia) e coordenada pela Organização Não Governamental Liga para a Protecção da Natureza. Os 3000 exemplares deste livro foram distribuídos de forma gratuita por bibliotecas, escolas, municípios e jovens dentro da área de intervenção deste projecto (sudeste de Portugal) entre 2011 e 2012.

Vantagens: Esta é uma forma bastante directa e apelativa de comunicar ciência a crianças e jovens, que são particularmente receptivas a formas de comunicação mais visuais (Weitkamp and Burnet, 2007). Outra vantagem deste meio de comunicação foi a facilidade em chegar a uma região como o Alentejo, que inclui áreas isoladas e economicamente deprimidas. Neste caso particular, milhares de jovens puderam ler este livro, que estava acessível em bibliotecas locais. Para além disso, é de notar que o mesmo exemplar pôde ser lido por diversas pessoas, estando ainda a maioria destes livros disponíveis para empréstimo.

Desvantagens: Uma vez que este meio se baseia sobretudo nas ilustrações, o comunicador de ciência que não fizer os seus próprios desenhos torna-se bastante dependente do ilustrador ou ilustradores com quem trabalha. Isto é particularmente importante quando os desenhos têm de ser precisos, porque mesmo um argumento bem escrito não irá incluir todos os detalhes necessários à elaboração das ilustrações. Outra desvantagem deste meio foi a dificuldade em abordar questões mais teóricas que sejam difíceis ou pouco interessantes de mostrar através de imagens. Por último, é de registar a dificuldade em angariar financiamento para pagar ao ilustrador, e também para publicação do livro, uma vez que as editoras portuguesas praticamente não investem em banda desenhada nacional dedicada à ciência.

6. Documentário

Descrição: Este documentário de baixo orçamento sobre o estudo dos morcegos em Portugal resulta de uma parceria entre o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, o Museu Nacional de História Natural e da Ciência e a empresa Fotosoft. As filmagens estão a decorrer desde Março de 2013, estando a finalização deste documentário prevista para meados de 2014. Para além de assistência durante as filmagens e na edição do documentário, o autor está encarregue de coordenar a escrita do argumento. Prevê-se que este possa ser apresentado em festivais de ambiente e/ou de documentário, mas também a um público mais alargado num canal de televisão português generalista.

Vantagens: O documentário tem a grande vantagem de poder chegar ao grande público, o que é difícil acontecer com os outros meios de comunicação de ciência anteriormente referidos. Mesmo nos casos em que determinado documentário só é visionado em festivais especializados ou apenas na *internet*, continua a haver um público potencial alargado. Esta boa receptividade advém da capacidade de comunicar directamente com imagens, mostrando desta forma algo que poderá ser difícil de visualizar na vida real. Por exemplo, no caso deste documentário, é possível mostrar grutas e morcegos cavernícolas a que apenas espeleólogos e biólogos têm normalmente acesso.

Desvantagens: A elaboração de um documentário, mesmo de baixo orçamento, é uma tarefa técnica que exige experiência e material especializado. Por isso, e apesar deste material ser mais acessível actualmente do que no passado, é recomendável a parceria com cineastas que tenham experiência com este formato, para garantir a boa qualidade do documentário. É, também, uma tarefa morosa, passando por uma fase de planificação, filmagens, montagem, pós-produção e distribuição e/ou promoção até chegar à fase final de exibição.

II. Discussão

Como vimos anteriormente, cada um dos seis meios de comunicação usados tem características particulares que devem ser equacionadas antes da sua escolha (ver Tabela 1). Provavelmente, um dos mais exigentes a todos os níveis é a exposição, sendo por isso aconselhável que o autor tenha experiência anterior em comunicação de ciência e uma ponderação se a afluência de público esperada justifica esta opção. No caso dos artigos *on-line*, as suas grandes vantagens são o facto de não implicarem custos e de estarem sempre acessíveis a um público alargado, o que torna este formato especialmente indicado a quem tenha poucos meios. Quanto às peças de teatro e aos espectáculos de *stand-up comedy*, ambas são formas de comunicação com um carácter lúdico que é aliciante para o público, mas as peças de teatro requerem geralmente mais meios logísticos. No que diz respeito à banda desenhada, é um formato bastante indicado para crianças e jovens, que poderão ser menos receptivos a outros meios de comunicação (Weitkamp and Burnet, 2007). No caso do documentário, este formato tem a vantagem de poder chegar a um público mais alargado, sendo também uma maneira interessante de ilustrar determinados temas que poderão não ser tão acessíveis de outra forma. Portanto, estes seis formatos de comunicação de ciência apresentados têm vantagens e desvantagens, sendo aconselhável ponderar tanto a sua adequabilidade aos objectivos propostos como a sua relação de custo/benefício.

Tabela 1: Resumo de principais vantagens e desvantagens dos seis meios de comunicação usados

	Exposição	Artigos on-line	Peça teatro
Vantagens	<ul style="list-style-type: none"> a. Uso de diversos media; b. Possibilidade de alguma interacção com público; c. Acessível de forma contínua durante mais de 4 meses; d. Possibilidade de actividades paralelas; e. Possibilidade de reposição e empréstimo/aluguer 	<ul style="list-style-type: none"> a. Baixo investimento por parte do autor; b. Público tem geralmente acesso livre via internet; c. Publicação de artigos ao longo do tempo; d. Possibilidade de publicação de livro reunindo artigos 	<ul style="list-style-type: none"> a. Exposição de ideias usando exemplos práticos; b. Valor lúdico (drama e comédia); c. Maior humanização dos cientistas
Desvantagens	<ul style="list-style-type: none"> a. Exigente em termos de recursos utilizados; b. Articulação de diferentes equipas na sua montagem; c. Coordenação de diversos factores durante a sua elaboração; d. Grande dependência de outros profissionais 	<ul style="list-style-type: none"> a. Potencial de atracção limitado; b. Sem controlo em relação ao sítio; c. Visibilidade e impacto dos artigos também depende dos editores do sítio onde são publicadas 	<ul style="list-style-type: none"> a. Necessidade de meios técnicos e logísticos; b. Dependência de encenadores e actores; c. Acessível de forma pontual

	Stand-up comedy	Banda desenhada	Documentário
Vantagens	<ul style="list-style-type: none"> a. Maior ligação com o público; b. Valor lúdico (humor); c. Pode chegar a público sem interesse específico em ciência; d. Poucos meios logísticos usados; e. Versatilidade 	<ul style="list-style-type: none"> a. Apelativo a crianças e jovens (e adultos com pouca instrução); b. Adequado para regiões isoladas e pobres; c. Possibilidade de doação a bibliotecas de modo a aumentar o número de leitores 	<ul style="list-style-type: none"> a. Potencial de difusão junto do grande público; b. Comunicação directa; c. Potencial para mostrar algo de difícil visualização na vida real
Desvantagens	<ul style="list-style-type: none"> a. Dificuldade em abordar temas complexos; b. Comunicação usando humor pode ser ambígua; c. Acessível de forma pontual 	<ul style="list-style-type: none"> a. Dependência do ilustrador; b. Dificuldade em abordar assuntos com pouco impacto visual; c. Dificuldade de financiamento para ilustração e edição 	<ul style="list-style-type: none"> a. Meio técnico que requer material e pessoal especializado; b. Processo moroso; c. Incerteza de meios de difusão que serão usados

A comunicação de ciência é, portanto, uma área de fronteira relativamente aos temas que engloba. Exige, naturalmente, um conhecimento sobre os assuntos científicos que são abordados, mas pode beneficiar da multidisciplinaridade e interação com outras áreas do conhecimento. Por exemplo, a ligação entre as ciências naturais e a cultura recorrendo à história ambiental, à etnografia e à arte associada à biodiversidade foi um recurso frequentemente utilizado na maioria dos projectos de comunicação de ciência anteriormente descritos.

É, também, uma área de fronteira relativamente à forma como se comunica, podendo integrar texto, fotografia, vídeo, desenho, som e teatro, entre outros. Neste caso, é também de notar a importância de competências transversais que facilitem o uso dos diferentes formatos, apesar das particularidades inerentes a cada um destes. Por exemplo, a familiaridade com a escrita de teatro torna mais fácil a escrita de um texto humorístico de *stand-up comedy*, bem como a construção da história e dos diálogos em banda desenhada. Da mesma forma, a familiaridade com a fotografia foi aplicável à escolha e edição de fotos que ilustram as crónicas, às fotos incluídas em exposições, à assistência nas filmagens e edição do documentário e mesmo na interação com o ilustrador sobre os desenhos a usar no livro de banda desenhada.

Por último, é de realçar o papel do comunicador de ciência como mediador entre o conhecimento científico (e os cientistas) e o público em geral. Por exemplo, é frequente caber-lhe a missão de tradução de uma linguagem técnica usada em ciência para uma linguagem mais simples, que possa ser acessível à maioria do público. Para além disso, um comunicador de ciência também tem de saber distinguir a ciência da pseudociência, para que possa informar o público sobre este assunto (para mais detalhes sobre este assunto, veja o artigo do bioquímico David Marçal, que faz parte deste caderno Mateus DOC V).

Bibliografia

Antunes, Joana L., Malheiros, José V., Castro, Sílvia and Mendes, Sílvia (2013), *Livro de resumos do 1º Congresso de Comunicadores de Ciência*. http://comunicacaodeciencia.files.wordpress.com/2012/11/livro_abstracts_scicom_final.pdf.

Bultitude, Karen and Sardo, Ana M. (2012), “Leisure and Pleasure: science events in unusual locations”, *International Journal of Science Education*, vol.34 (18), pp. 2775-2795.

Burns, Terry W., O’Connor, John and Stocklmayer, Susan (2003), “Science communication: a contemporary definition”, *Public Understanding of Science*, vol.12, pp. 183-202.

Cabral, Maria J., Almeida, Júlia, Almeida, Pedro R., Dellinger, Thomas, Ferrand de Almeida, Nuno, Oliveira, Maria E., Palmeirim, Jorge M., Queiroz, Ana I., Rogado, Leonor and Santos-Reis, Margarida (eds) (2005), *Livro Vermelho dos Ver-tebrados de Portugal*, Instituto da Conservação da Natureza.

Ciência Viva (2013), *Ciência Viva*. Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica. <http://www.cienciaviva.pt/home>.

Dowell, Ellen and Weitkamp, Emma (2012), “An exploration of the collaborative processes of making theatre inspired by science”, *Public Understanding of Science*, vol. 21, pp. 891-901.

Fiolhais, Carlos (2011), *A ciência em Portugal*, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Garner, Randall (2006), “Humor in Pedagogy: How Ha-Ha can lead to Aha!”, *College Teaching*, vol. 54 (1), pp. 177-180.

Roth, Wolff M., Ritchie, Stephen M., Hudson, Peter and Mergard, Victoria (2011), “A study of laughter in science lessons”, *Journal of Research in Science Teaching*, vol. 48 (5), pp. 437-458.

Trench, Brian and Miller, Steven (2012), “Policies and practices in supporting scientists’ public communication through training”, *Science and Public Policy*, vol. 39, pp. 722-731.

Weitkamp, E. and Burnet, Frank (2007), “The Chemedian brings laughter to the chemistry classroom”, *International Journal of Science Education*, vol. 29 (15), pp. 1911-1929.

A Fronteira entre a Ciência e a falsa Ciência é clara

David Marçal

As descobertas portuguesas e espanholas nos séculos XV e XVI trouxeram com elas uma transferência de autoridade de conhecimento. Num espaço de 70 anos, as navegações dos países ibéricos deixaram de ser confinadas ao Mar Mediterrâneo para percorrerem o mundo. Com estas navegações para lugares longínquos, são descobertos animais e plantas que não se sabia existirem e muitos dos que se pensava que existiam não foram encontrados. Em vez de unicórnios, os marinheiros viram rinocerontes. O conhecimento baseado em figuras de autoridades entrou em confronto com o conhecimento baseado na experiência. Nos séculos XVII e XVIII, com a emergência da ciência moderna, ficou definitivamente estabelecido que o conhecimento científico é baseado na observação e na experiência. Independentemente do estatuto de quem propõe uma nova hipótese ou teoria, tem que apresentar provas que a sustentem. No entanto, este confronto entre o conhecimento baseado na observação e na experiência e o conhecimento assente em figuras de autoridade está longe de ter ficado resolvido no século XVI. É uma questão absolutamente contemporânea, no cerne de vários equívocos que levam a que muitas vezes se confunda ciência com falsa ciência.

Dito de outro modo, o que está na origem da confusão entre ciência e falsa ciência é o desconhecimento das características da ciência e do método científico. Para isso contribuem vários factores, entre os quais um défice no ensino experimental das ciências (que, em Portugal, só demasiado tardiamente é introduzido nos currículos escolares e, por vezes, de forma muito insipiente), a representação distorcida da ciência nos *media* e na cultura popular (que muitas vezes retrata a ciência como um conjunto de curiosidades avulsas e os cientistas como figuras quasi-caricatas). Essa imagem enviesada da ciência, fruto da falta de cultura científica, resulta por vezes numa visão mitificada da ciência. Nessa visão, a ciência é erradamente vista como sendo capaz de fornecer solução para todos os problemas, infalível e imperscrutável. De algum modo é a ciência como uma espécie de religião, em que o conhecimento científico é apresentado como uma

crença, validada por figuras de autoridade. A visão da ciência mitificada, hermética e onnipotente é o terreno fértil para semear ideias falsamente científicas.

Importa referir que o conhecimento não se divide exclusivamente entre ciência e falsa ciência. Há, evidentemente, conhecimento útil que não tem nem pretende ter uma base científica. Por exemplo, podemos estudar cientificamente o humor, como recurso educativo ou até os mecanismos da comicidade (porque é que nos rimos de certas coisas?). Mas não existe um processo científico para escrever humor. É claro que há muito conhecimento útil, válido, que não tem uma base científica. A escolha de exemplos chega a a ser constrangedora. Aqui, discuto apenas aquilo que se faz passar por ciência sem o ser, não pretendendo desvalorizar por atacado todo e qualquer conhecimento que não seja científico (embora também não valide por atacado todo o conhecimento que não seja científico e não o afirme ser).

A credibilidade da ciência é hoje um selo apetecível. Há muita gente que não hesita em apregoar como ciência coisas que de ciência não têm nada. Os exemplos de falsa ciência estão por todo o lado: na internet, nos meios de comunicação social, nas prateleiras dos supermercados, na saúde e, pasme-se, também nas escolas e mesmo nas revistas científicas (caso das fraudes científicas). A decisão política é também muitas vezes influenciada por concepções erradas de ciência. Não há lugares seguros. No entanto, para conseguir distinguir os casos de falsa ciência, não é necessários conhecê-los todos (seria impossível!). A ciência e a falsa ciência têm características bem distintas.

Argumento aqui que a fronteira entre a ciência e a falsa ciência é muito clara. A ciência assenta em provas, a falsa ciência em figuras de autoridade. Argumento também que a comunicação de ciência, a forma como a ciência é apresentada à sociedade, é fundamental para definir o papel que a ciência tem no mundo e que não é possível actualmente conceber uma política científica sem ter esse aspecto em consideração. Defendendo que o envolvimento dos cientistas na comunicação de ciência é fundamental para contrariar a proliferação de ideias falsamente científicas. Se os cientistas não ocuparem o seu espaço no debate público, essa

lacuna facilitará a emergência de actores que advogam ideias falsamente científicas.

Começo por rebater alguns equívocos comuns acerca da natureza do conhecimento científico e que por vezes servem para argumentar em abono de ideias falsamente científicas. Salvo casos muito excepcionais, a fronteira entre a ciência e a falsa ciência é bem definida. A posição contrária toma por vezes a forma da polémica científica (há cientistas que pensam de maneiras diferentes acerca de uma questão) ou do “síndrome do novo Galileu” (um génio solitário que, em contra-ciclo com toda a ciência estabelecida, descobre algo que interesses vis conspiram para sonegar).

Se é certo que há verdadeiras polémicas científicas, são por vezes criadas artificialmente polémicas sociais que não correspondem a nenhuma verdadeira polémica científica. Exemplo disso são as polémicas à volta das alterações climáticas ou acerca da hipótese do desenho inteligente (tradução livre de *intelligent design*, uma teoria que procura ser uma alternativa à evolução para explicar a biodiversidade).

No caso das alterações climáticas, todo o corpo de ciência publicada apoia a ideia vigente de que o planeta está a aquecer por causa do aumento da concentração de gases de efeito de estufa na atmosfera, resultantes da actividade humana. Esta ideia é apoiada por sucessivas e revisões sistemáticas da literatura (Oreskes, 2004) e pelos vários relatórios de avaliação do Painel Internacional das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (IPCC, na sigla inglesa)¹, que resultam da revisão e análise de toda a publicação científica mundial acerca de alterações climáticas. Se é certo que há cientistas que expressam publicamente o seu cepticismo, essa posição não é concretizada com trabalhos científicos publicados em revistas científicas com revisão pelos pares, sujeitas ao processo de escrutínio habitual da ciência. A opinião de um cientista não é necessariamente ciência! Só o é, se for acompanhada de provas. No entanto, existe uma percepção pública de que há uma polémica científica acerca das alterações climáticas, quando ela é inexistente. Essa controvérsia artificial é, por vezes, intencional e conscientemente fomentada.

1. À data de preparação deste manuscrito, parte do quinto relatório de avaliação do IPCC já estava publicado, sendo esperada a publicação das restantes secções durante o ano de 2014. Todas as publicações do IPCC podem ser obtidas no sítio de Internet do painel: <http://www.ipcc.ch/>

Por exemplo, no dia 2 de Fevereiro de 2007 uma nota de imprensa da agência Lusa (que citava como fonte uma notícia do jornal britânico *The Guardian*) dava conta de que a companhia petrolífera norte-americana Exxon Mobil estava a oferecer um prémio de dez mil dólares a cientistas que encontrassem falhas no quarto relatório do IPCC. Esta oferta foi feita por intermédio de uma organização financiada pela Exxon Mobil, chamada American Enterprise Institute, dirigida por um ex-presidente da Exxon Mobil. Não tendo como fundamentar cientificamente a sua posição de negação das alterações climáticas e da responsabilidade da actividade humana nessas alterações, o objectivo do American Enterprise Institute seria fabricar uma controvérsia artificial. De um lado, um relatório do IPCC que tem como base toda a literatura científica mundial sobre alterações climáticas, realizado ao longo de vários anos e com a participação voluntária de cientistas de todo o mundo. Do outro, um convite para produzir críticas avulsas a esse relatório, pagas, e produzidas em meia dúzia de meses.

O caso do desenho inteligente (a ideia de que foi necessária a intervenção de um grande arquitecto inteligente para projectar todos os seres vivos) tem algumas semelhanças. Após uma série de derrotas judiciais nos Estados Unidos da América, que impedem que o Desenho Inteligente seja ensinado nas aulas de ciências a par com a evolução, os seus partidários enveredaram pela estratégia de “ensinar a controvérsia”. Um dos principais actores da estratégia de fazer passar o desenho inteligente por ciência é o Discovery Institute, uma organização privada norte americana sem fins lucrativos, que promove a campanha “ensinar a controvérsia”, cujo objectivo é criar a ideia de que existe uma verdadeira controvérsia entre duas correntes científicas igualmente válidas. Esta disputa é inexistente no plano científico e o Discovery Institute limita-se, por isso, a inventar. Essa controvérsia do ponto de vista científico também é inexistente. A evolução tem um corpo de provas avassalador, patente no registo fóssil, na observação das espécies actuais e é compreendida ao nível molecular. A evolução é de tal forma central para compreender os processos biológicos, que o biólogo ucraniano Theodosius Dobzhansky (1900-1975) escreveu, em 1973:

“Nada em biologia faz sentido excepto à luz da evolução”

Por exemplo, para conceber uma estratégia de tratamento para a infecção com o vírus da imunodeficiência humana (VIH), que causa a SIDA, é necessário ter em conta que, em cada doente infectado, há uma corrida entre a capacidade de resposta do sistema imunitário e a capacidade de evolução do vírus.

No caso da estratégia do génio solitário, quando a esmagadora maioria da comunidade científica considera que uma ideia de uma determinada pessoa é um disparate, é porque provavelmente é um disparate. Um exemplo paradigmático foi tristemente protagonizado pelo inglês Andrew Wakefield, um médico que publicou um artigo (Wakefield et al., 1998) no qual sugeria haver uma ligação entre o autismo e a vacina tríplice (contra o sarampo, papeira e rubéola). Ou seja, segundo defendia Wakefield, a vacina seria a causa directa de, pelo menos, alguns casos de autismo. Esse trabalho de investigação, publicado em 1998, era absolutamente fraudulento (tendo entretanto sido retirado²) e veio-se a descobrir que Wakefield era avençado por uma empresa de advogados que pretendia processar os fabricantes da vacina. Wakefield acabou por ser impedido de exercer medicina, desacreditado na comunidade científica e, em 2012, a revista Time incluiu-o numa lista das seis maiores fraudes científicas de sempre (Park, 2012). No entanto, e por causa do prestígio de Wakefield e da revista em que foi publicado o artigo (The Lancet), tudo isto levou muito tempo a esclarecer: cerca de 10 anos. Entretanto, Wakefield foi levado aos ombros pela imprensa inglesa como um herói solitário contra a indústria farmacêutica, alimentando o perigoso movimento antivacinas (cujos partidários ainda hoje consideram Wakefield um herói). Num estudo publicado em 2004 (Speers e Lewis, 2004), investigadores da Universidade de Cardiff, no Reino Unido, consideraram que a extensa cobertura noticiosa do caso foi parcial, no sentido de favorecer o ponto de vista contrário às vacinas, e que o público foi mal informado. As taxas de vacinação baixaram em alguns locais do Reino Unido (Murch, 2003), levando ao aumento da prevalência do sarampo, papeira e rubéola, que nalguns casos têm complicações graves.

Em geral, os avanços da ciência não são produto de génios solitários. São tendências que se consolidam ao longo de anos, e que envolvem vários grupos independentes que repetem as experiências

2. A versão digital deste artigo actualmente disponível nos repositórios científicos contém uma risca vermelha de alto a baixo, juntamente com o aviso de que foi retirado.

realizadas pelos seus pares, confirmando ou refutando os resultados obtidos. Há muitos artigos científicos que estão errados. Na maioria dos casos não por razões de fraude deliberada, como no caso de Wakefield, mas por problemas metodológicos que vão sendo descobertos à medida que o assunto é aprofundado.

A probabilidade de um resultado de investigação estar certo depende, em primeiro lugar, da probabilidade de estar certo antes do trabalho de investigação ser realizado. Ou seja, quando surge um resultado de investigação que contraria uma certa tendência estabelecida, o mais provável é que não se venha a confirmar. Só depois de vários grupos independentes fazerem um conjunto razoável de estudos acerca do mesmo assunto é que poderemos ter confiança nesse resultado de investigação. Se estiverem envolvidos interesses económicos ou se tratar de uma área “quente”, a probabilidade de um resultado de investigação inesperado estar errado é ainda maior. John Ioannidis, um investigador grego, fez uma excelente discussão acerca destes assuntos, que publicou em 2005 na revista de acesso livre PLoS Medicine (Ioannidis, 2005).

Por isso, apenas um artigo científico, ou o resultado de apenas um grupo de investigação, muitas vezes não devem ser considerados suficientes para fundamentar uma determinada hipótese. É preciso olhar para a paisagem toda e não escolher a dedo apenas um postal. Nesse sentido, as revisões sistemáticas da literatura e as meta-análises de dados são ferramentas muito úteis. Génios solitários há poucos, não é Galileu quem quer!

Chegamos assim a uma outra característica que distingue a ciência da pseudociência: a ciência erra e corrige os seus erros com base em novas observações e experiências. Já a falsa ciência, segundo os seus partidários, está sempre certa. No entanto, esta característica plástica da ciência não pode ser aproveitada para alegar que todo o conhecimento poderá ser eventualmente válido. Há coisas que, por muita abertura de espírito que tenhamos para as considerar no quadro da ciência, sabemos já que estão absolutamente erradas. Isto, porque há provas reprodutíveis que refutam inequivocamente a sua validade.

As falácias da falsa ciência assentam numa visão distorcida da ciência, que resulta do desconhecimento do próprio método

científico. Um trabalho de investigação científica parte de uma hipótese, para a esclarecer é concebida uma experiência, obtêm-se resultados, que são interpretados e que podem ajudar, ou não, a esclarecer essa hipótese. Os resultados experimentais são condicionados pelos métodos escolhidos (que têm limitações) e a sua interpretação tem uma margem de subjectividade. Por isso é importante a confirmação por grupos de investigação independentes, se possível através de métodos diferentes. Tudo isto está habitualmente ausente de grande parte do discurso de ciência de grande difusão. Quer seja nos meios de comunicação social, que em muitos casos apenas dão notícias de conclusões de trabalhos científicos (como se todo o processo que a elas conduz fosse acessório), da publicação de artigos científicos em revistas como a *Nature* e a *Science* (o que é diferente de notícias de ciência) ou de curiosidades avulsas. Na publicidade, o processo científico é por vezes apresentado, mas de uma forma distorcida. São frequentemente escolhidos estudos a dedo, nalguns casos com grandes falhas metodológicas, sendo ignorada uma miríada de outros estudos com conclusões contrárias.

Não devemos ter ilusões: enquanto a ciência tiver credibilidade, haverá sempre quem dela se queira servir para promover as suas ideias e produtos, que de ciência não têm nada. O único antídoto contra a falsa ciência é a cultura científica. A promoção da cultura científica tem que se alicerçar naturalmente na escola (que deveria iniciar o ensino experimental das ciências bem mais cedo), mas compreende também a formação de jornalistas especializados em ciência (que infelizmente são cada vez menos), a aposta nos centros e museus de ciência, entre outras vertentes. No entanto, para contrariar a difusão de uma imagem distorcida da ciência e de ideias falsamente científicas, defendo que o envolvimento dos cientistas na comunicação de ciência é fundamental.

Por exemplo, e no caso da cobertura noticiosa: apesar de 56% dos cidadãos dos países da EU27 (e 40% dos portugueses) se declararem muito satisfeitos ou razoavelmente satisfeitos com as notícias de ciência, 52% dos europeus preferiam que a informação científica para o grande público fosse transmitida por cientistas (Eurobarómetro, 2007), o que é uma indicação de que os

européus desejariam que os conteúdos de ciências nos media fossem mais fiáveis e rigorosos.

Os cientistas não são, claro, os únicos interlocutores que podem apresentar uma visão realista da ciência. Os jornalistas especializados em ciência, professores e divulgadores de ciência também poderão assumir esse papel. Mas, os cientistas são os protagonistas da ciência e devem tomar esse espaço no debate público. Se não fizerem, irão facilitar a proliferação de outros interlocutores, que alardeiam a ciência de um modo distorcido e conveniente aos seus interesses. No caso da pseudociência, o envolvimento dos cientistas é particularmente relevante. É preciso que, com o seu espírito crítico, questionem e exponham as aldrabices falsamente científicas. O que está em causa é o modo como a ciência é socialmente percebida. E isso condiciona o seu papel no mundo.

Referências bibliográficas

Eurobarometer (2007), “Scientific research in the media”, *Special Eurobarometer 282* http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/ebs/ebs_282_en.pdf

Ioannidis, John (2005), “Why Most Published Research Findings Are False”, *PLoS Medicine*, 2(8): e124. doi:10.1371/journal.pmed.0020124

Murch, Simon (2003), “Separating inflammation from speculation in autism”, *Lancet*, vol. 362 (9394): 1498–9. doi:10.1016/S0140-6736(03)14699-5.

Oreskes, Naomi (2004), “Beyond the Ivory Tower, The Scientific Consensus on Climate Change”, *Science*, vol. 306, pp. 1686 <http://www.sciencemag.org/cgi/reprint/306/5702/1686.pdf>

Park, Alice. (2012), “Great Science Frauds”, *Time*, edição de 13 Janeiro. <http://healthland.time.com/2012/01/13/great-science-frauds/>

Speers, Tammy e Lewis, Justin (2004), “Journalists and jabs: media coverage of the MMR vaccine”, *Communication & Medicine*, vol. 1, n. 2, pp. 171-81. doi:10.1515/come.2004.1.2.171

Wakefield et al. (1998), “Ileal-lymphoid-nodular hyperplasia, non-specific colitis, and pervasive developmental disorder in children”, *Lancet*, vol. 351(9103), pp. 637-41.

Notas Biográficas

Biographical Notes

Bruno Pinto Biólogo e comunicador de ciência, com um doutoramento em história ambiental e experiência profissional no Instituto de Conservação da Natureza (Ministério do Ambiente) e empresas privadas de ambiente. Desde 2009 que centra as suas actividades na comunicação de ciência, estando actualmente a realizar um projecto de pós-doutoramento no Museu Nacional de História Natural e Ciência (Lisboa) sobre a comunicação de temas ambientais usando diferentes formas de comunicação tais como banda desenhada, crónica, teatro e documentário.

Biologist and science communicator, with a PhD in environmental history and working experience in the Nature Conservation Institute (Ministry of Environment) and private environmental companies. Since 2009, he focuses his activities on science communication and he is currently out a postdoctoral project about the communication of environmental issues using different media such as cartoon, chronicle, theatre play and documentary at the Natural History and Science Museum (Lisbon).

David Marçal Doutorado em Bioquímica pela Universidade Nova de Lisboa (2008). Fez investigação em contexto industrial e académico. Entre 2003 e 2011 foi autor do *Inimigo Público*, um suplemento satírico do jornal *Público*, tendo escrito numerosos textos de humor sobre temas científicos. Entre 2004 e 2005 foi redactor da revista *Kulto*, uma publicação dirigida a crianças dos 7 aos 13 anos distribuída com o jornal *Público*, na qual escreveu sobre temas de ciência. Foi também jornalista de ciência no jornal *Público*, por um curto período em 2006 no âmbito do programa “Cientistas na redacção”. Desde 2009 é coordenador dos *Cientistas de Pé*, um grupo de *stand-up comedy* formado por investigadores científicos. Autor de vários espectáculos de teatro e programas de televisão sobre temas científicos. Co-autor, juntamente com Carlos Fiolhais, dos livros “*Darwin aos tiros e outras histórias de ciência*” (Gradiva, 2011) e “*Pipocas com telemóvel e outras histórias de falsa ciência*” (Gradiva, 2012). Co-autor e coordenador do livro “*Toda a Ciência (Menos as Partes Chatas)*” (Gradiva, 2013). Em 2010 ganhou o Prémio Químicos Jovens (atribuído pela Sociedade Portuguesa de Química) e o Prémio Ideias Verdes.

With a degree in chemistry and a PhD in biochemistry, has conducted research both in an industrial context and academia. Was for a short while a science journalist for the Portuguese leading reference newspaper Público and an author of science themes for children for the magazine kulto. From 2003 to 2011 was an author of scientific humour for the satiric newspaper Inimigo Público. He is the coordinator of a stand-up-comedy group with scientist performers (“Cientistas de

Pé”) and the author of several theatre plays and television shows about science. He is one of the authors (together with the physicist Carlos Fiolhais) of the science popularization books “Darwin shooting and other science stories” (Gradiva, 2011) and “Making popcorn with cell Phone and other fake science stories” (Gradiva, 2012). Co-author and coordinator of the book “All science (except the boring bits)” (Gradiva, 2013). In 2010 has won the “Ideias Verdes” award (for an innovative project on environmental education, involving the stand-up-comedy group “Cientistas de Pé”) and the Portuguese Young Chemists Award (awarded by the Portuguese Chemical Society).

Diana Miranda Diana Miranda é doutoranda em Sociologia no Centro de Investigação em Ciências Sociais (Instituto de Ciências Sociais - Universidade do Minho). O seu projeto de doutoramento intitula-se “A identificação criminal e a identidade do criminoso: percepções de reclusos e agentes de controlo sobre as práticas de vigilância e classificação do corpo delinquente”. É licenciada em Sociologia (Universidade do Minho), com especialização em Criminologia pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Os seus interesses de pesquisa centram-se na área dos estudos sociais da ciência e tecnologia, estudos da vigilância e criminalidade.

Diana Miranda is a PhD student in Sociology at the Centre of Research in Social Sciences (Institute of Social Sciences - University of Minho). Her doctoral project is titled “The criminal identification and identity of the criminal: perceptions of prisoners and agents of control over the practices of surveillance and classification of delinquent body.” She is graduated in Sociology (University of Minho) and post-graduated in Criminology at the Faculty of Law of the University of Porto. Her research interests focus on the area of social studies of science and technology, studies of surveillance and crime.

Hugo Oliveira Hugo Oliveira é investigador de pós-doutoramento do laboratório associado REQUIMTE / Universidade do Porto, tendo obtido o seu doutoramento em Química Analítica em 2010 na mesma universidade. Possui igualmente formação pré-graduada na área das Ciências Farmacêuticas e na Química Analítica Ambiental. Os seus actuais interesses de investigação passam pelo desenvolvimento de novas metodologias analíticas sustentáveis para a análise de matrizes ambientais e alimentares, bem como pela identificação e aplicação analítica de novos biomarcadores para o rastreio das emissões de metano resultantes da produção animal.

Hugo Oliveira is a post-doctoral fellow at REQUIMTE / University of Porto. He obtained his PhD degree in Analytical Chemistry in 2010 in the University of Porto (Faculty of Pharmacy), and also holds a BSc in Pharmaceutical Sciences and a MSc in Environmental Analytical Chemistry. His current research interests are focused on the development of sustainable methods to the analysis of environmental and food matrices, and also with the identification and analytical use of new biomarkers to trace livestock farming emissions.

José Alberto Loureiro dos Santos O general José Alberto Loureiro dos Santos nasceu em Setembro de 1936 e assentou praça na Escola do Exército em 1953. Foi Comandante-chefe das Forças Armadas da Madeira, Diretor do Instituto de Altos Estudos Militares, Chefe do Estado-Maior do Exército, Encarregado do Governo e Comandante-Chefe de Cabo Verde, Secretário Permanente do Conselho da Revolução, Ministro da Defesa Nacional (nos IV e V Governos Constitucionais), membro do Conselho da Revolução (por inerência, nas funções de Vice CEMGFA), e membro (cooptado) do Conselho Geral da Universidade Nova de Lisboa. É sócio efectivo da Academia de Ciências de Lisboa, membro do Conselho Científico do Centro de Investigação de Segurança e Defesa do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) e do Conselho de Honra do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP). Tem 16 títulos publicados, na área da estratégia, segurança, defesa, história e relações internacionais, o último dos quais em 2012, “Forças Armadas em Portugal”. Efectua conferências e colabora em vários órgãos de comunicação social.

General José Alberto Loureiro dos Santos was born in September 1936 and enlisted in the Army School in 1953. He was Commander-in-Chief of the Armed Forces in Madeira Archipelago, Director of the Institute of Advanced Military Studies, Chief of Staff of the Portuguese Army, Acting Governor and Commander-in-Chief in Cape Verde, Permanent Secretary of the Council of the Revolution, Minister of the National Defence (in the IV and V Portuguese Constitutional Governments), member of the Council of the Portuguese Revolution and member of the General Council of the New University of Lisbon. He is an effective member of the Academy of Sciences of Lisbon, member of the Scientific Board of the Centre for Research and Security Defence of the Institute of Advanced Military Studies and member of the Honor Council of the School of Social and Political Sciences. Has published 16 titles focusing on strategy, security, defense, international relations and history, the last of which entitled “ Armed Forces in Portugal” (in 2012). He regularly speaks in conferences and collaborates with various Portuguese media.

Maria João Guia Maria João Guia é doutoranda do programa em “Direito, Justiça e Cidadania no Séc. XXI” na Universidade de Coimbra, autora da tese “Imigração, Crime Violento e “Crimigração”, investigadora do Ius Gentium Conimbrigae - Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, SYLFF Fellow, assistente convidada do Mestrado em Criminologia e Licenciatura em Direito do Instituto Superior Bissaya Barreto e dinamizadora da rede internacional CINETS Crimmigration Control International Net of Studies (www.crimmigrationcontrol.com).

Maria João Guia is finishing her PhD in “Law, Justice and Citizenship in the XXI century” by the University of Coimbra. She is the author of the thesis “Immigration, Violent Crime and ‘Crimmigration’”. She is also researcher for the Ius Gentium Conimbrigae - Centre of Human Rights of the Faculty of Law of the University of Coimbra. She is a SYLFF Fellow and invited assistant Professor to the Criminology Master degree and to the Bachelor in Law degree of the High Institute Bissaya Barreto and dynamizer of the international network CINETS - Crimmigration Control International Net of Studies (www.crimmigrationcontrol.com).

Nuno Grancho Nuno Grancho é arquiteto e urbanista. Tem investigado em temas relacionados com a arquitetura, história da arquitetura, história do urbanismo e planeamento urbano em Portugal, na Europa e na Índia. Foi co-autor de *Património de Origem Portuguesa no Mundo: arquitetura e urbanismo*, editado pela Fundação Calouste Gulbenkian que abrange a história da arquitetura portuguesa e a história do urbanismo português desde o século XVI até ao presente. Outras publicações incluem autoria de capítulos em livros e artigos na sua área de especialização. Tem tido envolvimento ativo em questões cívicas, tendo servido em comissões para a preservação de património histórico, arquitetónico e urbano e questões ambientais. De 2003 a 2005, foi supervisor para a Arquitetura, Urbanismo e Património da paisagem cultural *ALTO DOURO VINHATEIRO*, classificada Património Mundial pela UNESCO. Licenciado em Arquitetura pela Universidade de Coimbra (2001) e mestre em Planeamento e Desenho Urbano pela Universidade do Porto (2009). Desde 2010, é doutorando do programa de doutoramento *Patrimónios de Influência Portuguesa* do Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra, com a dissertação “Diu: território, cidade e arquitetura” tendo como orientador o Professor Paulo Varela Gomes (Universidade de Coimbra, Portugal) e como co-orientadores o arquiteto Professor Rahul Mehrotra (Universidade de Harvard, EUA) e o Professor Edward Simpson (University of London, School of Oriental and African Studies). Desde 2012, é membro do Conselho Editorial do portal <http://www.hpip.org> (Património de Influência Portuguesa) da Fundação Calouste Gulbenkian e Universidade de Coimbra, Universidade Nova de Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa e Universidade de Évora, Portugal. A par com a atividade profissional de arquiteto, tem-se dedicado à investigação em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, em especial sobre temas da Arquitetura e do Urbanismo Português na Índia. É autor de vários artigos e de textos em livros nas suas áreas de especialização. É afiliado com a Universidade de Coimbra (III - UC, Instituto de Investigação Interdisciplinar e CES - UC, Centro de Estudos Sociais) e Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Nuno Grancho is a practicing architect and an urban designer. He has written and lectured on issues to do with architecture, architectural history, urban history and urban planning in Portugal, Europe and India. His writings include coauthoring Portuguese Heritage Around the World: architecture and urbanism, edited by Calouste Gulbenkian Foundation which covers portuguese architectural history and urban history from the 1500s to the present. His other publications include text books and several articles he has authored in his areas of expertise. He has long been actively involved in civic and urban affairs, having served on commissions for historic preservation and environmental issues. From 2003 to 2005, he was supervisor of the cultural landscape, ALTO DOURO WINE REGION, classified World Heritage by UNESCO. Since 2010, he is a student of the doctoral program Heritage of Portuguese Influence at the University of Coimbra, with the dissertation “Diu: territory, city and architecture” supervised by Prof Paulo Varela Gomes (University of Coimbra, Portugal) and co-supervised by the indian architect Prof Rahul Mehrotra (Harvard University, USA) and by Prof Edward Simpson, (University of London, School of Oriental and African Studies). Since

2012, he is a Member of the Editorial Board from the portal <http://www.hpip.org> (Heritage of Portuguese Influence) of Calouste Gulbenkian Foundation and University of Coimbra, New University of Lisbon, Technical University of Lisbon and University of Évora, Portugal. He graduated in architecture in the School of Architecture from the University of Coimbra (2001) and graduated with a Master's degree in Planning and Urban Design from the University of Porto (2009). Along with the professional activity as an architect, has been dedicated to research in Theory and History of Architecture and Urbanism, particularly on issues of Architecture and Urbanism in India (Diu, Goa and Mumbai). He is affiliated with the University of Coimbra (IIIUC, Institute for Interdisciplinary Research and CES - UC, Center for Social Studies) and Foundation for Science and Technology, Portugal.

Rosario Mascato Rey Natural de Ogrobe (Galiza), é doutora em Filologia Hispânica e pertence desde 1996 ao Grupo de Investigación Valle-Inclán da USC. Lecionou nas Universidades de St. Andrews (Escócia), Clássica de Lisboa, Santiago de Compostela e Vigo. Ganhou os prémios de investigação Valle-Inclán (2008) e Concepción Arenal (2012). Especializada no estudo e análise da imprensa de inícios do século XX, tem-se centrado sobretudo na importância da mesma para a análise dos processos de reconhecimento e canonização no campo literário. Como investigadora de pós-doutoramento da USC, estuda as relações entre agentes portugueses e espanhóis no período de pré-guerra, durante uma estadia em Portugal como colaboradora do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (Universidade do Porto), o Instituto de História Contemporânea (Universidade Nova de Lisboa) e o Centro de Estudos Humanísticos (Universidade do Minho). Os seus outros interesses investigadores estão relacionados com os campos da Literatura Comparada, os Estudos Ibéricos e as Humanidades Digitais.

Born in Ogrobe (Galiza), she has a Ph.D. in Hispanic Philology and since 1996 belongs to the Grupo de Investigación Valle-Inclán (University of Santiago de Compostela). She worked for the Universities of St. Andrews (Scotland), Clássica de Lisboa, Vigo and Santiago de Compostela, where she currently holds a postdoctoral contract in the Department of Spanish Literature, Literary Theory and General Linguistics. She was awarded two different research prizes: Valle-Inclán (2008) and Concepción Arenal (2012). Being specialized in the study and analysis of historical press regarding canonization and consagracion processes in the literary field, she is now studying the relationships between Portuguese and Spanish agents in the pre-Civil War period, during a research stay in Portugal, collaborating with the Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (Universidade do Porto), the Instituto de História Contemporânea (Universidade Nova de Lisboa) and the Centro de Estudos Humanísticos (Universidade do Minho). Other research interests have to do with Comparative Literature, Iberian Studies and Digital Humanities.

Rubén Castro Redondo Rubén Castro Redondo (Begonte, 1987) estudou História na Universidade de Santiago de Compostela, onde também concluiu o mestrado a fim de que pudesse lecionar no nível secundário. Em 2011 ele obteve

uma bolsa de estudos para desenvolver sua tese a respeito da História Moderna na Galícia intitulada: “ Conflitividade Social na Galícia do Antigo Regime. Conflitos sobre medidas e limites”, orientada pela professora Ofelia Rey Castelao.

Rubén Castro Redondo (Begonte, 1987) studied History in University of Santiago de Compostela, where he also did a Master in order to being able to teach at high-school level. In 2011 he won a public scholarship to do his thesis about Early Modern History in Galicia, titled “Social conflictivity in the Galicia of the Ancien Regime. Conflicts about measures and limits”, directed by professor Ms. Ofelia Rey Castelao.

Sérgio Ferreira Nasceu no Porto (1975) e reside em Bragança há 12 anos. Presentemente exerce funções de Técnico Superior de Sociologia, na Câmara Municipal de Bragança, na Divisão de Educação, Cultural e Ação Social (desde 2004). Desde 2009, tem exercido pontualmente a atividade docente em instituições de ensino superior público (Instituto Politécnico de Bragança) e privado (Instituto Piaget - Mirandela) no distrito de Bragança, lecionando disciplinas como Introdução às Ciências Sociais e Teorias Sociológicas. A sua carreira académica tem sido apoiada regularmente por diferentes instituições financiadoras. Dissertação de licenciatura em Sociologia (Faculdade de Letras da Universidade do Porto - 1998) na área de Mudança Social, Trabalho e Emprego, com o apoio do PRODEP II, denominada “O Mundo Social da Burocracia: a motivação e satisfação no trabalho, duas dimensões (irre)conciliáveis? (Um estudo sobre o comportamento organizacional do Centro Regional de Segurança Social do Norte)”. Dissertação de Mestrado em Sociologia (Faculdade de Letras da Universidade do Porto 2001-2004), na área de Construção Europeia e Mudança Social em Portugal, denominada “A periferia como lugar central. Práticas e representações sociais dos jovens sobre as novas tecnologias de informação e comunicação (Internet): um estudo centrado no nordeste transmontano” e apoiada pela FCT/MCTES. Tese de Doutoramento em Sociologia em desenvolvimento (2007-2013), apoiada pela FCT/MCTES (2011-2012), no âmbito da uma investigação denominada “Classe, cultura e língua nas Terras de Miranda - Um estudo sociológico sobre a produção e crise de reprodução da cultura e língua mirandesas” Interesses académicos: presentemente desenvolve investigação em áreas como a sociologia da cultura, sociologia rural, línguas minoritárias, língua mirandesa, sociologia das classes sociais, demografia social, sociologia da linguagem. Mantém especial atenção a temas como as desigualdades sociais, assimetrias regionais, periferia, o processo social de transição da segunda língua oficial portuguesa (mirandês), metodologia e epistemologia das ciências sociais.

Born in Oporto in 1975, he lives in Bragança for over a decade. He currently works as a sociologist in the Educational, Cultural and Social Division at the City Council of Bragança, where he is a civil servant since 2004. From 2009, he has also taught at several higher education institutions in the district of Bragança, namely the Polytechnic Institute of Bragança and the Piaget Institute in Mirandela. His academic career was regularly supported by different scholarships: PRODEP II for his bachelor degree's dissertation on the world of red tape and work satisfaction (“O Mundo Social da Burocracia: a motivação e satisfação no trabalho, duas dimensões (irre)conciliáveis?”), a survey conducted at the North Centre of Social

Security in 1998; FCT/MCTES for his master's dissertation on the periphery as a focal point as far as ICT is concerned ("A periferia como lugar central. Práticas e representações sociais dos jovens sobre as novas tecnologias de informação e comunicação (Internet): um estudo centrado no nordeste transmontano"), completed in 2004; and finally FCT/MEC for his ongoing doctorate thesis on the re-production crisis of the Mirandese language and culture ("Classe, cultura e língua nas Terras de Miranda - Um estudo sociológico sobre a produção e crise de reprodução da cultura e língua mirandesas"). Academic interests: develops research in the following areas - cultural sociology, rural sociology, minority languages, Mirandese language, sociology of social classes, social demography, language sociology; intently follows topics, such as social inequality, regional asymmetries, periphery, social process in the transition for a second official language in Portugal, and methodology and epistemology of social sciences.

Xerardo Pereiro Xerardo Pereiro é “doutor europeu” em antropologia sociocultural pela Universidade de Santiago de Compostela e doutor em turismo pela Universidade de La Laguna. Foi investigador visitante na Universidade Complutense de Madrid, na de Milão, ISCTE (Lisboa), Edimburgo e Birmingham. Atualmente é professor auxiliar com agregação, pelo ISCTE, de antropologia e turismo cultural no pólo de Chaves da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). É investigador efectivo do CETRAD (Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento: www.cetrad.info) e membro do Departamento de Economia, Sociologia e Gestão da UTAD. Foi coordenador da licenciatura em Antropologia Aplicada da UTAD, prémio Vicente Risco de Ciências Sociais 1994, prémio FITUR 2007, prémio National Geographic Society 2007 (junto com Cebaldo de León), finalista do prémio Angel Carril 2010 de antropologia, e prémio Sol-Meliá 2011 de estudos turísticos, entre outras distinções. Foi professor visitante nas universidades de Vigo, Santiago, Corunha, Salamanca, Nova de Lisboa, Pablo Olavide de Sevilha, Fernando Pessoa, Sevilla, Panamá e Costa Rica. Pesquisa sobre relações rural-urbanas, património cultural e turismo. Tem realizado trabalho de campo antropológico nas Astúrias, Galiza, Norte de Portugal e Panamá. Contacto: xperez@utad.pt Web pessoal: www.utad.pt/~xperez/

Xerardo Pereiro holds a European PhD in Social Anthropology from the University of Santiago de Compostela (Galicia - Spain) and another PhD in Tourism from the University of La Laguna (Canarias - Spain). He is assistant teacher with habilitation of anthropology and cultural tourism in UTAD (Portugal). He conducts research about anthropology of tourism and cultural heritage in CETRAD (Centre for Transdisciplinary Development Studies) of UTAD. He has done fieldwork research in Asturias and Galicia (Spain), Portugal and Panama. He was the Head of Applied Anthropology Degree Course of UTAD, and visitor teacher in the universities of Vigo, Coruña, Santiago de Compostela, Pablo Olavide (Seville), Salamanca, Panamá, “Universidade Nova de Lisboa” and others. He was awarded with 1994 Vicente Risco Award of Social Anthropology and Social Sciences, 2007 FITUR in research tourism and 2011 Sol-Meliá - University of Balears Islands Awards for Tourism Research. Nowadays is doing research on indigenous tourism in Guna Yala (Panama) and about new ruralities in Galicia and North of Portugal. Web: www.utad.pt/~xperez/

Mateus DOC V Fronteira Agenda

Sexta, 18 de outubro

Chegada dos Participantes: será assegurado transporte desde as estações de autocarros de Vila Real.

18:00

Boas-vindas, receção dos participantes na Adega

Introdução ao programa e ao Mateus DOC,
António M. Cunha, Teresa Albuquerque,
Jorge Vasconcelos 10min
Apresentação dos participantes 20min

19:00

Sessão de Abertura

General José Alberto Loureiro dos Santos

19:30

Jantar-debate no Lagar

Com intervenções de João de Deus Ramos, Emídio Gomes, António Fontáinhas Fernandes, Helena Sousa, Miguel Albaroado e Gonçalo de Almeida Ribeiro.

Sábado, 19 de outubro

8:30

Pequeno-Almoço no Lagar

Sessão 1: Fronteira e Segurança

Fronteiras – conceito-chave em estudos sobre imigração, crime e “crimigração” – Maria João Guia

Fronteira - “Os muros, as cortinas, são a arquitetura do medo. E o medo somos nós” – Diana Miranda

11:00 Fim da sessão 1

12:00

Partida para Almoço na Quinta da Costa

Sessão 2: Economia de Fronteira

Fronteira, língua e cultura – para uma economia das trocas fronteiriças – Sérgio Ferreira

As fronteiras e o turismo – Xerardo Pereira

16:30

Fim da sessão 2 e regresso à Casa de Mateus

19:30

Jantar no Lagar

Sessão 3: Fronteira e Alteridade

Cidades de fronteira – Nuno Grancho

A (de)composição analítica das fronteiras – Hugo Oliveira

Domingo, 20 de outubro

8:30

Pequeno-Almoço no Lagar

Sessão 4: Conhecimento Transfronteiriço

A fronteira na Idade Moderna: Conflitos em torno à raia seca entre a Galiza e Portugal – Rubén Castro

As fronteiras da produção literária – Rosario Mascato

Sessão 5: Ciência e Fronteira

Comunicação de Ciência: na fronteira entre a ciência, a escrita e as artes visuais – Bruno Pinto

A clara fronteira entre a ciência e a falsa ciência – David Marçal

12:00

Fim da sessão 5

13:00

Almoço – Conclusões e encerramento

Desvio *Detour*

**Apresentação
de resumo**

Abstract submission

Até 07 de Março

Until March 07th

+ info: www.iicm.pt

Casa de Mateus

30 Maio *May* -

01 Junho *June*

2014

Multidisciplinary debate amongst researchers

Following previous editions of "Mateus DOC", the IICM is now focussing on the issue of "Detour". The purpose is to gather a group of around 12 researchers willing to cross disciplinary boundaries together discussing common issues and problems in this important topic, bridging different perspectives from several areas of knowledge, during a weekend in the "Casa de Mateus". Your view on the subject is welcome: check our guidelines and place your proposal by completing the application form.

Programa Mateus DOC

Apoios Sponsors



© **Instituto Internacional Casa de Mateus e autores individuais**

and individual authors

Todos os direitos reservados All rights reserved

Editado por Published by

IICM - Instituto Internacional Casa de Mateus

Casa de Mateus

5000-291 Vila Real

Portugal

T +351 259 323 121

F +351 259 326 553

info@iicm.pt

<http://www.iicm.pt>

Design

www.ic.com.pt

Depósito Legal n.º 327 162/11

ISBN 978-989-97281-1-0

ISSN 2182-1569 (impresso)

ISSN 2182-1577 (em linha)